



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG-PsiCC

**O AGENCIAMENTO OBSERVATÓRIO PSICANALÍTICO FEBRAPSI:
UM ACONTECIMENTO NA PSICANÁLISE BRASILEIRA**

MARIA ELIZABETH MORI

Brasília (DF)

2024



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PPG-PsiCC

**O AGENCIAMENTO OBSERVATÓRIO PSICANALÍTICO FEBRAPSI:
UM ACONTECIMENTO NA PSICANÁLISE BRASILEIRA**

MARIA ELIZABETH MORI

Defesa de tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura
(PPG-PsiCC) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), como
requisito para a obtenção do título de doutora em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eliana Rigotto Lazzarini

Brasília (DF)

2024

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Defesa de tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPG-PsiCC) do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof^a Dr^a Eliana Rigotto Lazzarini.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Eliana Rigotto Lazzarini

(Universidade de Brasília - UnB)

Presidente

Prof. Dr. Claudio Laks Eizirik

(International Psychoanalytical Association – IPA)

Membro Externo

Prof. Dr. Moysés da Fontoura Pinto Neto

(Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)

Membro Externo

Prof^a Dr^a Eliane Maria Fleury Seidl

(Universidade de Brasília – UnB)

Membro Interno

Prof. Dr. Roque Tadeu Gui

(International Association for Analytical Psychology – IAAP)

Suplente

Escrever é sem dúvida reescrever; você faz e refaz cem vezes o mesmo parágrafo, e às vezes joga um capítulo inteiro no lixo e volta a escrevê-lo com mudanças importantes. Mas a verdade é que, uma vez escrita uma ideia ou uma cena, essa imagem já fica de certo modo aprisionada pela realidade, manchada pela forma que você lhe deu. Você nunca mais será tão livre na busca por uma expressão exata como quando a história ainda não havia saído ao mundo e se limitava a girar na sua imaginação, virgem ainda de palavras concretas.

(Rosa Monteiro em *O perigo de estar lícida*)

Dedicatória

Às minhas filhas, Natália e Cecília, com profundo amor e gratidão. Esta tese é reflexo do apoio, da parceria e da inspiração que sempre recebi de vocês. Somos frutos do que aprendemos juntas, e cada conquista minha carrega o amor, a crítica e o engajamento que moldaram nossa história familiar. Obrigada por serem minha maior motivação.

Ao meu marido, Roque, pela escuta generosa, pelo apoio incondicional e pela inspiração constante. Sua sensibilidade e olhar crítico me ajudaram a sustentar uma posição ética e criativa ao longo de minha trajetória na psicanálise. Este trabalho é, também, fruto do que construímos juntos.

Aos meus netos, Pablo e Marina, pela curiosidade infantil, frescor e inspiração que renovam minha capacidade de aprender e enxergar o mundo sob novas perspectivas. Obrigada por transformarem minha vida com tanta riqueza e leveza.

A Narciso e Lucila, meus pais, *in memoriam*.

Agradecimentos

À Eliana Rigotto Lazzarini, amiga de longa data, por abrir meus olhos para o Observatório Psicanalítico Febrapsi como um objeto de estudo científico. Sua generosidade, apoio e respeito à minha liberdade de pensar foram fundamentais ao longo deste percurso, ajudando-me a conciliar pesquisa, prática clínica e trabalho institucional.

À querida amiga Cíntia Albuquerque, por sua generosidade e sagacidade. Sua acolhida às primeiras ideias do Observatório Psicanalítico e sua capacidade de oferecer observações precisas foram cruciais para dar forma e sentido a este projeto. Agradeço pela amizade, parceria e pelo apoio fundamental em nossa jornada conjunta.

Aos colegas psicanalistas que participam da construção cotidiana do Observatório, sem os quais o OP não existiria, e àqueles que aceitaram prontamente o convite para participar da pesquisa.

Às companheiras da Curadoria, Ana Valeska Maia, Camila Reinert, Carlos Frausino, Cíntia Albuquerque, Daniela Boianovski, Gabriela Seben, Giuliana Chiapin, Gizela Turkiewicz, Helena Di Ciero, Ian Favero, Joyce Goldstein (in memoriam), Lina Schlachter, Ludmila Frateschi, Marina Bilenky, Rafaela Degani, Renata Zambonelli, Rossana Nicoliello, Vanessa Correa e Wania Cidade, que fizeram ou fazem parte da equipe de cuidado com o OP. O trabalho diário de vocês assegura que o Observatório se mantenha vivo e criativo.

A Rodrigo Txotxa e Quim Vasconcellos, produtores técnicos dos programas do podcast Mirante, pelo trabalho criativo e consistente.

Aos profissionais de outros campos da cultura que aceitaram dialogar com colegas psicanalistas no podcast Mirante, contribuindo para a ampliação de nossa visão de mundo.

À querida amiga Regina Benevides de Barros, por tudo que aprendi ao seu lado a partir de 2003 no Ministério da Saúde, na formulação e implementação da Política Nacional de Humanização. Com você expandi minha compreensão sobre a potência do trabalho grupal. Seu pensamento na condução de grupos tem sido fundamental na minha trajetória e segue ressoando nesta tese

À querida amiga Cláudia Carneiro, pela amizade construída ao longo da nossa vida pessoal e profissional.

Ao Sebastião Venâncio e ao Lucas do Nascimento, monitores da disciplina obrigatória de docência, facilitaram o diálogo com a juventude universitária. Agradeço especialmente ao Lucas pela contribuição à organização do material de pesquisa desta tese.

A Claudio Eizirik, Eliane Seidl e Moysés Pinto-Neto por terem gentilmente aceito o convite para participar da banca examinadora. A interlocução com vocês sobre a clínica e a instituição psicanalítica, pesquisa científica e filosofia foi fundamental para a realização deste trabalho.

À Ana Lúcia, por sua presença diária na minha vida familiar. Sua generosidade e dedicação foram essenciais para que eu, liberada das demandas domésticas, pudesse me dedicar a este trabalho.

Lista de abreviaturas e siglas

ABP – Associação Brasileira de Psicanálise

Febrapsi – Federação Brasileira de Psicanálise

Fepal – Federação Latino-Americana de Psicanálise

GG – Grupo Google de e-mails

IPA – Associação Internacional de Psicanálise

MS – Ministério da Saúde

OP – Observatório Psicanalítico Febrapsi

PNH – Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS

PNSM – Política Nacional de Saúde Mental

SPBsb – Sociedade de Psicanálise de Brasília

SBPSP – Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo

SPPA – Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre

SPRJ – Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro

SUS – Sistema Único de Saúde

UnB – Universidade de Brasília

Resumo

Pretende-se analisar o Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP), estratégia clínica-política criada pela Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi) em 2017, como um *acontecimento* no campo da psicanálise brasileira. O OP proporciona aos psicanalistas a elaboração dos impactos dos acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais no Brasil e no mundo. Essa elaboração ocorre por meio da escrita de ensaios e do diálogo interdisciplinar promovido pelo *podcast* Mirante, conectando os profissionais ao espírito da época em que vivemos. Enquanto atividade de *clínica extensa*, o OP pretende contribuir para a vitalidade da Instituição Febrapsi, interferindo no debate sobre a democratização institucional. Por meio de sua atuação, os psicanalistas se colocam como partícipes na construção da pôlis contemporânea e na produção de subjetividades desejantes de um bem-estar comum. O estudo procurou definir as bases epistemológicas e conceituais que fundamentam o OP. De natureza qualitativa, a pesquisa adota o método de análise temática, com foco na identificação de núcleos de sentido — percepções, sentimentos e julgamentos — atribuídos ao OP pelos participantes. Foram entrevistados 28 psicanalistas atuantes no Observatório, provenientes de diferentes segmentos da Instituição. A análise identificou seis núcleos de sentido principais: (1) grupalidade e pertencimento; (2) comunicação e expressão de ideias; (3) democratização e fortalecimento da instituição psicanalítica; (4) espaço de formação; (5) articulação entre psicanálise, cultura e política; e (6) articulação entre psicanálise e sociedade. Os resultados indicam que o OP se tornou um *agenciamento coletivo transversal* dentro da Febrapsi, ampliando significativamente seu propósito inicial. O argumento desenvolvido neste estudo é sustentado, em parte, pela experiência da autora como coordenadora do Observatório Psicanalítico Febrapsi.

Palavras-Chave: observatório psicanalítico; psicanálise extensa; elaboração psíquica; acontecimento; agenciamento coletivo.

Abstract

This study aims to analyze that the Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP), a clinical-political strategy created by the Brazilian Federation of Psychoanalysis (Febrapsi) in 2017, as a significant event in the field of Brazilian psychoanalysis. The OP provides psychoanalysts with a space to elaborate the impacts of sociopolitical, cultural, and institutional events in Brazil and worldwide. This elaboration occurs through the writing of essays and interdisciplinary dialogue promoted by the podcast *Mirante*, connecting professionals to the spirit of the times we live in. As an extended clinical activity, the OP seeks to contribute to the vitality of the Febrapsi Institution by engaging in debates about institutional democratization. Through its activities, psychoanalysts position themselves as active participants in the construction of the contemporary *polis* and in the production of subjectivities oriented toward a collective well-being. The study aimed to define the epistemological and conceptual foundations underpinning the OP. Employing a qualitative approach, the research utilized the thematic analysis method, focusing on the identification of thematic cores — perceptions, feelings, and judgments — attributed to the OP by its participants. Twenty-eight psychoanalysts actively involved in the Observatório, representing various segments of the Institution, were interviewed. The analysis identified six main thematic cores: (1) group belonging and sense of community; (2) communication and expression of ideas; (3) democratization and strengthening of the psychoanalytic institution; (4) space for training and development; (5) articulation between psychoanalysis, culture, and politics; and (6) articulation between psychoanalysis and society. The findings indicate that the OP has evolved into a collective agency within Febrapsi, significantly expanding its initial purpose. The argument developed in this study is partially supported by the author's experience as the coordinator of the Observatório Psicanalítico Febrapsi.

Keywords: psychoanalytic observatory; extensive psychoanalysis; psychic elaboration; event; collective agency.

Sumário

Inquietações Iniciais	1
Introdução	5
Do Que Trata A Tese?	13
Estrutura da Tese	13
Capítulo 1	16
Envolvimento da Pesquisadora com seu Objeto de Pesquisa: A Busca de um Saber Situado e Corporificado	16
Clínica, Cultura e Política	24
A Psicanálise no Espaço Público	28
Acontecimentos, Trauma e Elaboração	39
O Trauma, a Catástrofe e o Efeito Perturbador	41
O Trauma, a Narrativa e o Ensaio	45
O Acontecimento e o Observatório Psicanalítico Febrapsi	51
Acontecimento na Filosofia	51
<i>Acontecimento para Deleuze e Derrida</i>	54
O Observatório Psicanalítico Febrapsi Como Acontecimento	59
<i>Acontecimentos Contemporâneos</i>	60
<i>Acontecimentos no Observatório Psicanalítico</i>	63
Capítulo 2	67
Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP): Criação, Desenvolvimento e Estado Atual	
67	
Tempos de Elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi	71
<i>Tempo Zero – Acontecimentos</i>	71

<i>Tempo Um – Os Psicanalistas Escrevem seus Ensaios</i>	74
<i>Tempo Dois – O Mirante</i>	76
<i>Tempo Três – Os Psicanalistas Conversam Entre Si</i>	78
<i>Tempo Quatro – Falam os Seguidores do Observatório nas Redes Sociais</i>	78
<i>Tempo Cinco – Falam as Curadoras do Observatório</i>	79
O Que Pensam os Psicanalistas: Uma Pesquisa Qualitativa	84
Pesquisa em Psicanálise e Análise Qualitativa Reflexiva	84
Método	86
<i>Participantes</i>	86
<i>Procedimentos</i>	86
Resultados	88
Discussão	95
Capítulo 3	108
O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional	108
Em Defesa do Observatório Psicanalítico como Agenciamento	126
Considerações Finais	137
Referências	140

Inquietações Iniciais

Quando o muro separa, uma ponte une
Se a vingança encara, o remorso pune
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E, se a força é tua, ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós, olha aí...”

(*Pesadelo*, de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, 1972)

Este manuscrito começou bem antes de me decidir por fazê-lo.

Tenho uma lembrança infantil, quando morava em São Paulo, de minhas idas ao Hospital Psiquiátrico do Juqueri, com uma tia querida que visitava sua mãe. Lembro do sofrimento psíquico das pessoas ali internadas, somado ao meu estranhamento diante do isolamento social de suas vidas, com pouco (ou quase nada) de convívio com suas famílias. Lembro, também, das férias em Botucatu, no casarão dos meus avós italianos, quando observava minha avó no contato com a loucura, mais particularmente sua relação com um rapaz, segundo minha avó, “muito aflito” e conhecido como “o biruta da rua”. Diferente dos demais adultos, minha avó conversava longamente com ele, enquanto o alimentava e procurava suprir suas necessidades mais imediatas. No final dessas conversas, ele seguia seu caminho bem mais tranquilo do que estava ao chegar. Cenas como essas marcaram minha vida infantil e talvez explique meu interesse mais tarde pela Psicologia e a participação direta, no período de 1972 a 1977, como estudante da UnB, na defesa dos direitos humanos.

Cheguei a Brasília em 1964, uma garota assustada com a aridez e o calor daquela cidade recém-inaugurada. Tudo parecia estranho e distante das minhas referências da metrópole onde cresci. Mas foi na vista da Esplanada dos Ministérios que encontrei um

inesperado conforto. Aquela praça monumental, aberta e organizada, me trouxe uma sensação de liberdade, lembrando meu desejo infantil de viver sem as opressões da cidade grande.

Minha vida se entrelaçou com a história política do Brasil. Em 1964, ainda criança, testemunhei o golpe militar, a censura, as perseguições. Em maio de 68, o acontecimento internacional de revolta contra os valores culturais conservadores, o patriarcado e a repressão da sexualidade, a nova música trazida por jovens como os *Beatles*, *The Rolling Stones* e outros roqueiros me constituíram.

Na década de 1970, a participação no movimento estudantil no ensino médio e durante a graduação em psicologia, na UnB, marcaram minha vida pessoal e futura vida profissional, por meio do engajamento com as questões políticas da época. Vivíamos, então, em plena ditadura.

Mais tarde, nos anos 1980, participei das Diretas Já, acreditando na força da democracia. Acompanhei com entusiasmo a criação da Constituição Cidadã, em 1988. Vi a posse de um operário como presidente e celebrei esse marco em 2003. Mas também presenciei as divisões que marcaram 2016, quando um muro cortou o gramado da Esplanada durante o impedimento de Dilma Rousseff. De um lado, o vermelho; do outro, o amarelo. A cena simbolizava uma polarização que ainda persiste (Mori, 2018b).

Brasília moldou quem eu sou, como pessoa e como cidadã. Esta cidade, com seus traços únicos e contrastes marcantes, tornou-se um espaço de aprendizado, esperança e reflexão sobre as promessas e desafios do nosso país.

O mestrado, também realizado no Instituto de Psicologia, na UnB, no período de 2000 a 2002, quando pensei sobre a clínica ampliada, levou-me a atuar, a partir de 2004, como consultora do Ministério da Saúde, quando me envolvi diretamente na formulação da política pública de saúde – Política Nacional de Humanização da Gestão e Atenção (PNH) do Sistema Único de Saúde (SUS) – e apoiadora institucional nas demais políticas desse Ministério,

dentre elas a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM). Implicada na intervenção em processos de trabalho da saúde coletiva, meus incômodos se intensificaram em face dos modos instituídos de lidar com a vida no campo da saúde.

Nesse mesmo período, iniciei minha formação institucional em psicanálise na Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb). Ali pude me confrontar com a institucionalização da psicanálise e suas vicissitudes: experimentei como *candidata* uma sociedade psicanalítica atravessada pela burocratização e verticalização do espaço institucional.

Meu engajamento na psicanálise, em interface com a política, é descrito por meio dos artigos que publiquei em anos recentes (Mori, 2018a, 2018b, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024a, 2024b, 2024c). Os textos trazem um pouco de quem sou e da minha necessidade de cuidar do contexto em que vivo. Em relação ao tema deste trabalho, apresentam vivências, elaborações e reflexões teóricas que buscam responder a algumas perguntas:

- a) O que pensam os demais colegas psicanalistas da Febrapsi sobre a realidade em que todos estamos inseridos?
- b) Estariam implicados com o nosso patrimônio original, o pensamento freudiano, que propõe estender o olhar para a cultura, mas que foi, ao longo do tempo, abandonado por muitos psicanalistas ao adotarem uma prática clínica restrita, voltada unicamente para a escuta do intrapsíquico nos consultórios privados?
- c) Concordariam que o mundo atual exige a ampliação do método psicanalítico para abranger a escuta de fenômenos sociopolíticos, culturais e institucionais que nos atravessam e produzem mal-estar?
- d) A psicanálise praticada pelos psicanalistas, mesmo em suas clínicas, dialoga com outros campos interdisciplinares, como as artes e as humanidades (política, sociologia, antropologia, filosofia etc.)?

e) Estariam os psicanalistas engajados em novas intervenções que ampliem o acesso à psicanálise?

Questões que me movem.

Introdução

Já se vão 100 anos de análise, as pessoas cada vez mais sensíveis e o mundo cada vez pior. Talvez seja a hora de encarar isso de frente. Ainda localizamos a psique dentro da pele. Você entra para localizá-la, examina os seus sentimentos, os seus sonhos, que só a você pertencem. Ou suas inter-relações, o intrapsíquico, entre sua psique e a minha. Estende-se um pouco aos sistemas familiares e ao ambiente de trabalho – mas a psique, a alma, ainda permanece só dentro das pessoas e entre elas. Constantemente trabalhamos nossas relações, nossos sentimentos e nossas reflexões, mas observe quanta coisa fica de fora. [...] O que sobra é um mundo deteriorado.

(Hillman & Ventura, 1992/1995, p. 14).

James Hillman (1926 – 2011) expressa o receio de que as psicoterapias possam ser cooptadas para moldar a adaptação individual às normas sociais, negligenciando a realidade de que o mundo está em um estado doentio. Argumenta que os psicoterapeutas, ao focarem exclusivamente na alma dos indivíduos, podem perder de vista "a alma do mundo". A citação critica a ênfase exclusiva no indivíduo, apontando para a necessidade de considerar também as condições sociais e sistêmicas.

O panorama atual é marcado por desafios abrangentes que assolam a sociedade e comprometem a estabilidade global. A crise climática, refletida em enchentes, secas e extremos de temperatura, evidencia o apelo urgente do planeta por atenção. Pandemias, guerras, violência, refugiados, feminicídios, infanticídios, racismo, preconceito e intolerância agravam as disparidades sociais. Paralelamente, ataques às democracias, a ascensão da extrema-direita e os genocídios intensificam a instabilidade política.

A crise sociopolítica contemporânea fragmenta e exclui, gerando sofrimentos coletivos. Conflitos internacionais, desinformação e o avanço tecnológico – de armas à inteligência artificial – amplificam os desafios. Nos grandes centros urbanos, persistem violência, pobreza, fome e fluxos migratórios forçados. Em resposta, líderes globais, reunidos na Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, apoiaram iniciativas para reduzir a fome e a miséria no mundo.

O interesse de Sigmund Freud (1856 –1939) pelos fenômenos sociais e a influência desses sobre a constituição do indivíduo marcarão sua obra. Freud (1919/2010d), em “Deve-se ensinar a psicanálise nas Universidades?”, afirma que “a psicanálise segue um método próprio, cuja aplicação não se limita ao âmbito dos distúrbios psíquicos, mas se estende igualmente à resolução de problemas na arte, na filosofia e na religião” (p. 380).

Olhamos para o mundo e nele nos vemos. Constituídos e constituintes do mundo. Olhe para os acontecimentos. Neles nos veremos. Não podemos negligenciar o fato de que o mundo, doente, nos adoece. Portanto, não basta, e talvez seja impossível, curar-nos sem curar o próprio mundo, como nos diz Hillman (Hillman & Ventura, 1992/1995).

O que fazer para compreender os acontecimentos que nos impactam, e agir sobre o que nos cabe como cidadãos e psicanalistas? Implicar-nos na transformação das condições que adoecem o mundo e as subjetividades.

Utopia? Um devir-revolucionário? Sim, mas um sinal de que sentimos a premência de *ver* o mundo e tentar reverter ou mitigar os impactos antes que eles se tornem irreversíveis. O racismo, preconceito e intolerância intensificam as disparidades. Ataques às democracias, ascensão da extrema-direita e genocídios desafiam a estabilidade política. A geofisiologia planetária reage às agressões antropocênicas: chuvas torrenciais, enchentes, calor extremo, secas, frios intensos. Enfrentamos problemas ambientais graves e urgentes que exigem ações imediatas e significativas para evitar consequências desastrosas (mudanças climáticas,

desmatamento e perda da biodiversidade, poluição, degradação de recursos naturais). O Planeta clama por atenção. O (des)conerto entre as nações também. O coletivo sofre, e as subjetividades também. A micropolítica que se produz nas ruas, nos espaços das relações de poder, fora e dentro das instituições, nos interessa.

No Brasil, nossa realidade mais próxima, temos a árdua tarefa de realizar os compromissos assumidos pela Constituição Cidadã de 1988, marco civilizatório de nossa nacionalidade. Ainda efetivamos insuficientemente os direitos ali prescritos. Privilégios historicamente concedidos a alguns, decorrentes de uma herança colonial, opõem-se aos direitos sociais para todos. A vulnerabilidade social de muitos conduz a situações de violência que reverberam na esfera psíquica, gerando traumas e sofrimento.

Nós, psicanalistas, não podemos negar, somos uma categoria profissional incluída nesse sistema de privilégios. E se assim admitimos, é inevitável que nos perguntemos: como poderíamos contribuir para o enfrentamento dessa problemática, no âmbito de nossa atuação?

O SUS é o maior sistema público do mundo. Dentre suas políticas de saúde, a PNSM prevê a oferta de dispositivos sociais voltados para a saúde mental, dentre os quais a escuta psicológica. Entretanto, é limitado o acesso da população aos equipamentos criados, fazendo com que o tratamento psicológico seja uma oportunidade para poucos. Algo a enfrentar...

Freud (1919/2010b), em “Caminhos para a terapia psicanalítica”, defendeu a universalização do acesso à psicanálise ao entender que todas as pessoas poderiam se beneficiar do trabalho analítico. Para ele, os governos deveriam garantir clínicas públicas para a escuta de sua população. Mas, seja como quer que "se configure essa psicoterapia para o povo, quaisquer que sejam os elementos que a componham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa" (p. 292). Algo a escutar...

O método clínico, criado por Freud, libertará a própria psicanálise do enquadre clássico (a técnica-padrão da análise), possibilitando a construção de novos *settings* para que o encontro analítico aconteça da melhor maneira possível (Hermann, 2003 in Barone, 2005).

Algo a fazer...

Sandor Ferenczi (1873 – 1933), psicanalista contemporâneo de Freud, trabalhou com pacientes precocemente traumatizados, o que fez com que ele experimentasse e pensasse sobre a necessária “Elasticidade da técnica psicanalítica” (Ferenczi, 1927-1928/2011). Explicitou princípios éticos do ato de cuidar, tais como hospitalidade, acolhimento ativo, sensibilidade, empatia diante das comunicações verbais e não verbais, recomendando tato do analista em suas intervenções.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1939 e 1966, Donald Woods Winnicott (1896 – 1971), pediatra e psicanalista inglês, não se satisfez em atender apenas àqueles que chegavam ao seu consultório, e participou da cena política por meio do uso da radiofonia. A voz de Winnicott, transmitida pela Rádio BBC de Londres, chegou a uma multidão de pessoas por meio de uma série de conversas dirigida aos pais, inicialmente intitulada *Happy Children*. Ele fez chegar sua palavra, tecendo laços e constituindo uma forte rede de acolhimento (Mori & Boianovsky, 2022). Criou “um ambiente seguro, um envelope sonoro acolhedor” (Prado, 2021, p. 91), auxiliando seus ouvintes a elaborar suas experiências de dor (pessoais e familiares) produzidas pela destrutividade da guerra.

Assim, novos dispositivos clínicos são criados para que ocorra a simbolização das experiências subjetivas e coletivas. Novos enquadres são estabelecidos sob medida, considerando a presença dessa qualidade clínica no funcionamento do ambiente enquanto “meio maleável” (Roussillon, 2012/2019).

O *método psicanalítico*, ao anteceder a concepção da teoria, possibilita aos psicanalistas seguir pensando teoricamente a clínica que realizam em consultórios privados,

ambulatórios de serviços de saúde e demais instituições, com diferentes sujeitos e grupos.

Coloca também em análise o modo de funcionamento das instituições. Com isso, somos convocados para uma escuta sensível às questões da pólis e para novas maneiras de fazer psicanálise (Mori, 2018a).

Freud disse, mais de uma vez, após seu rompimento com Breuer em 1884, ter desenvolvido a psicanálise num período de dez anos de nostálgico “esplêndido isolamento” em Viena. Apesar disso, manteve ricos intercâmbios com colegas estrangeiros, por meio de cartas, como foi o caso do berlimense Wilhelm Fliess (1858 – 1928). Suas correspondências, além de alguns encontros presenciais que ele chamava de “congresso”, se transformaram numa “caixa de ressonância para o desenvolvimento de suas ideias”. Em 1902, o grupo Sociedade Psicológica de Quarta-feira, criado inicialmente por Stekel, Adler, Kahane e Reiter, se reunia semanalmente para discutir o trabalho de Freud. Em 1908, com 14 membros, dentre eles Ferenczi, o grupo passou a se chamar Sociedade Psicanalítica de Viena e, mais tarde, recebeu outros convidados, como Eitingon, Jung, Abraham e Jones, importantes no desenvolvimento da psicanálise. No encontro de 1910, no Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Nuremberg, a Associação Internacional de Psicanálise (IPA) foi criada. (https://pt.ipa.world/IPA/en/IPA1/ipa_history/history_of_the_ipa.aspx).

No Brasil, a Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi) foi fundada em 1967 como Associação Brasileira de Psicanálise (ABP)¹, para congregar sociedades psicanalíticas e grupos de estudos filiados à IPA, organizar e fortalecer suas atividades de divulgação, difusão e ensino da psicanálise e participar da Federação Latino-Americana de Psicanálise (Fepal)².

A participação nos congressos nacionais e internacionais, realizados por essas instituições – Febrapsi, Fepal e IPA – e o acesso às publicações, tais como a Revista

¹ www.febrapsi.org

² www.fepal.org

Brasileira de Psicanálise (RBP), possibilitaram-me compreender que a psicanálise brasileira, associada à IPA, estendia-se para além do meu universo regional.

Eizirik (2009), em seu artigo “Sobre os 100 anos da IPA: entre a informalidade e a institucionalização”, ao refletir sobre o centenário da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), analisa os aspectos históricos, desafios e avanços da psicanálise ao longo de sua trajetória, ajudando-nos a compreender a complexa trama de relações, atividades, estruturas e histórias que não cessam de entretecer.

Para o bem ou para o mal (dependendo de quem fala, ou estado mental cambiante de cada um) ser um analista da IPA tem definitivamente um significado para quem é e para quem não é. (pp. 33-34).

Entre os pontos levantados por Eizirik, destaco:

- 1) A importância histórica da IPA, fundada por Freud em 1910, que desempenhou um papel central na institucionalização e disseminação da psicanálise ao redor do mundo, criando uma rede de filiação e pertencimento para analistas;
- 2) A relação entre psicanálise e sociedade, mais especificamente, as mudanças nas demandas sociais ao longo dos anos e como a psicanálise se ajustou para responder a novos contextos culturais, científicos e clínicos;
- 3) Os desafios da formação psicanalítica: os debates sobre os critérios de formação, a relação entre teoria e prática, e os limites impostos pela estrutura institucional da IPA, destacando a necessidade de manter o rigor sem engessar a prática psicanalítica;
- 4) As críticas e tensões internas, com conflitos e debates que marcaram a história da IPA, tais como as disputas entre diferentes escolas teóricas e os desafios de manter a unidade em meio à diversidade de abordagens;

5) A proposta de que a psicanálise deve continuar se reinventando para permanecer relevante, mantendo seu compromisso com o inconsciente e os processos subjetivos, mas dialogando ativamente com outras disciplinas e demandas contemporâneas.

Em sua análise, Claudio Eizirik menciona alguns desafios que fizeram sentido para mim e me moveram. Cito-os:

como encontrar formas mais democráticas e participativas em nossas instituições [...] como aumentar a presença de nossas instituições no espaço público, tornando-nos reais interlocutores nos assuntos relevantes e candentes da cidadania, da política, da ecologia, da saúde, do ensino? (2009, p. 38).

Estimulada por esses desafios, propusemos à Febrapsi, em 2017, a criação do *Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP)*, para operar o método psicanalítico de clínica extensa, como uma ação institucional, no âmbito da Diretoria de Comunidade e Cultura (DCC). A ampliação da prática psicanalítica para além do *setting* tradicional de consultório abre novas possibilidades de atuação do psicanalista em outros contextos.

Segundo Herrmann (2003 in Barone, 2005) embora a clínica extensa ultrapassa o espaço físico do consultório, ela preserva a ética psicanalítica. O psicanalista, ao intervir em outros territórios, leva consigo a postura de escuta, a atenção ao inconsciente e a compreensão da dinâmica transferencial. Possibilita que a psicanálise participe ativamente da construção de novas subjetividades em espaços coletivos e sociais, ajudando na elaboração de conflitos e promovendo maior autonomia psíquica. Esse conceito, portanto, emerge de uma reflexão sobre a necessidade de a psicanálise dialogar com a cultura, a sociedade e os desafios contemporâneos, com um olhar voltado para mundo e para a própria instituição.

A criação de um observatório psicanalítico, portanto, seguiu a lógica de um olhar dirigido *para fora e para dentro* da Instituição, acessível à participação de todos os membros, de diferentes segmentos, fortalecendo a própria Febrapsi. O compartilhamento das práticas

entre as federadas, também no âmbito da gestão dos processos de trabalho, na formação e na clínica, iria contribuir, como evidenciaremos mais adiante neste trabalho, para a produção de conhecimento sobre os feitos e os efeitos da *vida institucional*, referidos por muitos de nós como o *quarto eixo da formação*, além daqueles estabelecidos pela IPA: análise didática; seminários clínicos e teóricos; supervisão clínica.

O laço estabelecido entre psicanalistas por meio de correspondências, encontros presenciais e virtuais, grupos de estudos, sociedades, congressos e a criação no Brasil da Federação (Febrapsi), faz parte do modo de se fazer psicanálise e mantê-la viva. Dado o caráter solitário do ofício, os congressos psicanalíticos (internacionais e brasileiros) são muito esperados por todos como momentos de encontro e debates científicos. No entanto, por serem bienais e sazonais, diferem do Observatório Psicanalítico (OP), que possibilita uma conversa cotidiana e contínua, promovendo uma atualização permanente por meio de um grupo de e-mails denominado Grupo Google (GG). Essa dinâmica contribui para um olhar crítico sobre a realidade que nos cerca. O *podcast* Mirante, criado em 2022, reforça a dimensão dialógica do Observatório Psicanalítico, situando a psicanálise no diálogo interdisciplinar com outros campos da cultura, tais como as artes (plásticas, literatura, música, teatro etc.) e as humanidades (filosofia, ciência política, sociologia, antropologia, psicologia etc.).

O OP, inserido na psicanálise brasileira como um agenciamento coletivo para atuar na vida pública, torna-se um *acontecimento* para os psicanalistas da Febrapsi, Fepal e IPA, e para os demais cidadãos que os acessam; afinal, nossos conflitos não são apenas pessoais ou familiares, mas também ideológicos, políticos e históricos. A Febrapsi, assim, estimula os psicanalistas a refletir sobre o mundo externo que atravessa a psicanálise e suas instituições, e impulsiona a criação de outras ações institucionais, mantendo a vivacidade da psicanálise.

Como nos lembra Luz (2019), “esse envolvimento institucional [dos psicanalistas] centra-se na ideia de que a atividade institucional fortalece o desenvolvimento da identidade

analítica.” Mas, aqui, já estamos nos antecipando naquilo que desenvolveremos com maiores detalhes ao longo deste trabalho.

Do Que Trata A Tese?

O objetivo deste trabalho é compreender o Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP) como um *acontecimento* na psicanálise brasileira, voltado para a elaboração de acontecimentos contemporâneos, sociopolíticos, culturais e institucionais do Brasil e do mundo. Essa elaboração é realizada por psicanalistas pertencentes às instituições psicanalíticas vinculadas à IPA, e por profissionais de outros campos da cultura, convidados para o diálogo com a Psicanálise. Para alcançar esse objetivo, traçamos duas trajetórias complementares: uma de caráter teórico e outra de caráter empírico.

Buscaremos compreender o OP como um "saber regional", produzido no Brasil, a partir de "perspectivas parciais", (Haraway, 1988/1995), sem pretensão de representar a totalidade da psicanálise brasileira. Fundamentaremos o Observatório Psicanalítico Febrapsi como um *agenciamento coletivo de psicanálise extensa*, que promove a expansão da vida institucional e das subjetividades envolvidas.

Para investigar o que pensam os psicanalistas da Febrapsi que atuam no OP, realizamos pesquisa empírica qualitativa com um grupo de participantes. Essa pesquisa teve como objetivo identificar os sentidos atribuídos por esses profissionais ao dispositivo, especialmente no que diz respeito à expansão da vida institucional da Febrapsi e à implicação dos psicanalistas com a época em que vivemos.

Estrutura da Tese

O trabalho está assim estruturado:

Inquietações Iniciais, texto de abertura no qual a autora apresenta-se ao leitor, em sua experiência de vida e profissional, considerada por ela como decisiva para sua trajetória como pesquisadora.

Introdução, esta que o leitor está lendo, na qual situo o contexto sociopolítico e cultural brasileiro que possibilitou a emergência de um dispositivo institucional como o OP, os objetivos da tese e sua estrutura textual.

Segue o Capítulo 1, constituído pelos títulos:

Envolvimento da Pesquisadora com seu Objeto de Pesquisa, no qual a autora defende uma atitude de pesquisa em busca de um *saber situado* e *corporificado* e sua *implicação* com o objeto de pesquisa;

Clínica, Cultura e Política. Argumenta-se que a psicanálise, ao debruçar-se com cuidado sobre o sofrimento subjetivo e sociopolítico, busca produzir desvios nos modos de ser instituídos que produzem esse mal-estar. A autora expõe o atravessamento das fronteiras historicamente delimitadas para o *setting* analítico, contestando a ideia de que somente no ambiente privado da sala de análise se processa a verdadeira psicanálise. A separação entre clínica e cultura é um falso problema. Situa o OP como um espaço de elaboração psicanalítica sobre o mundo.

Acontecimentos, Trauma e Elaboração. Discute-se os impactos dos acontecimentos da pôlis sobre as subjetividades, articulando-se o trauma, a catástrofe e a necessidade de elaboração psíquica de seus efeitos perturbadores. Defende-se o uso da escrita, no gênero *ensaio*, como recurso de elaboração para os psicanalistas-ensaístas, considerando-se ser um gênero afim ao trabalho psicanalítico.

O Acontecimento e o Observatório Psicanalítico Febrapsi. A autora revê a emergência do conceito de acontecimento na filosofia, com os estoicos, em contraposição a verticalidade do conhecimento – o idealismo platônico, que se organiza em torno de uma oposição entre o mundo sensível e o mundo inteligível, e a valorização da profundidade, a arché, a substância, dos pré-socráticos. Com os estoicos, uma terceira posição se apresenta: a da horizontalidade dos acontecimentos. Nessa perspectiva filosófica, a verdade não é uma essência imutável ou

uma realidade escondida, mas um acontecimento que ocorre na relação entre forças, no jogo de eventos. Em seguida, o tema do acontecimento é explorado na filosofia contemporânea, com Gilles Deleuze e Jacques Derrida, ressaltando-se o caráter imaterial, virtual e impessoal, para o primeiro, e a imprevisibilidade e a impossibilidade completa de apreensão do acontecimento pelo pensamento, para o segundo. No contexto do OP, os acontecimentos representam inquietações, instigam e demandam a elaboração, tornando-se ele próprio um acontecimento na Psicanálise brasileira.

No Capítulo 2, apresenta-se o Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP): Criação, Desenvolvimento e Estado Atual, com seus objetivos, tempos de elaboração, modo de funcionamento e estado atual do dispositivo; segue-se o título O Que Pensam os Psicanalistas: Uma Pesquisa Qualitativa, apresentando pesquisa realizada com participantes do OP, na qual são identificados os sentidos atribuídos pelos psicanalistas ao Observatório.

O Capítulo 3, em O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional, discute a contribuição do OP para a crítica dos processos de formação e da dinâmica do poder nas instituições psicanalíticas. Em Defesa do Observatório Psicanalítico como Agenciamento Coletivo, propõe-se o avanço do conceito de dispositivo para o de agenciamento na concepção do Observatório.

O trabalho é concluído com as Considerações Finais, nas quais se enfatiza a construção do arcabouço teórico que sustenta o OP, o caráter inacabado da pesquisa, aberta a novas investigações voltadas para o impacto das publicações do Observatório no público externo, assim como a significância de uma possível diversificação interseccional na constituição da Curadoria do OP.

Capítulo 1

Envolvimento da Pesquisadora com seu Objeto de Pesquisa: A Busca de um Saber

Situado e Corporificado

A vida psíquica é a principal preocupação dos psicanalistas. A IPA une seus membros pela atenção deles à clínica e por uma forma de pensar o mundo que leva em conta o funcionamento psíquico. A missão da IPA é manter um espírito de pesquisa a fim de fazer a psicanálise evoluir em contato com novas clínicas, eventos mundiais e outros campos culturais. (Chervet, 2023).

Nosso país é marcado pelo legado de desigualdades sociais herdado do processo de colonização europeia. A chegada do reinado português, composto por homens brancos, caracterizou-se pela submissão e extermínio dos povos originários, além da manutenção de privilégios aristocráticos sustentados pelo escravismo. Os governos subsequentes consolidaram um elitismo de caráter neocolonialista, dificultando tentativas republicanas de estabelecer uma democracia. Ricardo Lessa (2024), em seu livro *O Primeiro Golpe do Brasil*, aborda o golpe de 1823, liderado por D. Pedro I que, recém-coroad imperador, fechou a Assembleia Constituinte, reprimiu opositores, censurou a imprensa e consolidou o poder ao lado de uma elite escravista. Com pesquisa em arquivos de diversos países, Lessa revela os bastidores desse momento crucial entre a Independência (1822) e a Abdicação (1831). O autor expõe o embate entre a aristocracia conservadora e os republicanos constitucionalistas, destacando como a vitória do autoritarismo reforçou a escravidão, a desigualdade e o elitismo, com efeitos que perduram há 200 anos. (Lessa, 2024).

Eizirik (2022), no seu artigo “Em um panorama da psicanálise brasileira contemporânea”, localiza os aspectos históricos do Brasil onde se deu o desenvolvimento da psicanálise no país, compartilhando suas reflexões sobre os desafios e as transformações

vividas por ele no campo, desde quando passou a integrar o movimento psicanalítico, em 1976, no seu processo de institucionalização na IPA.

Eizirik (2022) divide a implementação da psicanálise no Brasil em três períodos: 1) Em 1919, quando ocorreram as primeiras publicações das traduções de Freud e a constituição de grupos de estudos por pessoas interessadas na psicanálise, psiquiatras e intelectuais de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre; 2) A chegada de representante da IPA em São Paulo para formação dos primeiros interessados em se tornar psicanalistas, em 1937, com o estabelecimento de instituições sólidas e a marcação da psicanálise na cultura; 3) A partir da década de 1950, o reconhecimento da IPA das sociedades psicanalíticas no Brasil: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), em 1951; Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPPA), 1955; Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), 1959; e Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre (SPPA), 1963.

Esse terceiro momento segue

...se caracterizando pela completa institucionalização e desenvolvimento da formação e da prática psicanalíticas, acompanhado pela crescente produção teórica, publicações, congressos e uma intensa interface com a cultura, bem como as inevitáveis vicissitudes da vida institucional, situações críticas internas e decorrentes da evolução política e econômica do país e uma crescente ampliação das instituições que ensinam psicanálise, tanto dentro como fora da IPA (Eizirik, 2002, p. 186).

Em relação à evolução do pensamento psicanalítico no Brasil, descrito por Eizirik, destaco a dificuldade inicial de acesso direto às obras de Freud que, até o final dos anos 1960, eram lidas apenas em traduções espanholas ou inglesas. Esse cenário mudou com a publicação da Edição Standard Brasileira pela Editora Imago, dirigida pelo psicanalista Jayme Salomão (1928 – 2018). Embora esse marco tenha ampliado o acesso ao conteúdo freudiano em português, surgiram críticas à tradução, que se baseava na versão inglesa. Posteriormente,

novas traduções diretas do alemão foram lançadas. A própria Imago iniciou uma nova edição sob a direção de Luiz Alberto Hanns. Outras editoras também entraram nesse campo: a L&PM, com traduções de Renato Zwick, e a Companhia das Letras, que publicou uma versão elogiada, com tradução de Paulo César de Sousa. Além das obras de Freud, o mercado editorial brasileiro de psicanálise se expandiu, incluindo traduções e publicações de autores nacionais. Destacam-se editoras como Artmed, Blucher, Casa do Psicólogo, Jorge Zahar e Perspectiva, cada uma com linha editorial específica voltada para a teoria e técnica psicanalítica.

Assim, a história do Brasil, marcada por suas complexas questões sociais e políticas, e o percurso de introdução da psicanálise em nosso país — especialmente com a chegada da IPA e a formação psicanalítica mediada pela tradução das obras freudianas a partir do inglês, ou seja, filtrada pelo olhar estrangeiro antes de aterrizar em nosso contexto — constituem elementos fundamentais que atravessaram a formação dos primeiros psicanalistas, imprimindo marcas singulares na forma como a psicanálise foi elaborada em nossas sociedades psicanalíticas. Assim, se no passado os psicanalistas em formação dependiam, quase que exclusivamente, de textos produzidos no exterior e traduzidos posteriormente, as publicações do OP, a partir de 2017, passam a fazer parte de uma produção editorial que reconfigura essa lógica. Essas publicações do OP se consolidam como um espaço de produção original de ensaios, escritos por psicanalistas brasileiros, latino-americanos e demais psicanalistas de outros países da IPA interessados em analisar criticamente os acontecimentos sociais, políticos e culturais em tempo real. Essa escrita, ao se aproximar do formato ensaístico, oferece uma perspectiva reflexiva e aberta, que evita as fórmulas prontas e o dogmatismo. Isso permite que temas emergentes, como racismo, violência, desigualdade e fenômenos políticos, sejam explorados a partir de uma escuta sensível e atenta ao contexto local do escritor-ensaísta-psicanalista.

Assim, minha condição de mulher branca, da geração 1968, que encontrou nos movimentos estudantis secundarista e universitário uma forma de expressão da subjetividade e, também, como psicanalista da Sociedade de Psicanálise de Brasília (SPBsb), pertencente às instituições Febrapsi, Fepal e IPA — refletem minha formação e meu envolvimento com o Observatório Psicanalítico (OP) desde sua criação.

Em entrevista concedida para Revista Bergasse 19, da Sociedade Brasileira de Psicanálise, na Secção “Conversando com”, afirmo:

Nossa instituição maior e até as sociedades a que pertencemos têm uma dívida com a psicanálise brasileira e, com o OP, nós estamos elaborando e reparando essa dívida. Aqui volto a me referir à ditadura de 1964, quando pouco nos manifestamos contra tudo que estava ocorrendo. Todos sabem que tivemos um membro em formação que era médico no DOI-Codi, o Destacamento de Operações de Informações no Centro de Operações de Defesa Interna. A psicanalista carioca Helena Besserman Viana (1994), em seu livro “Não conte a ninguém: Contribuições à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro”, relata essa história. Nossa federação se calou diante desse fato. Havia entre nós um envolvimento indireto ou até direto com a ditadura. Toda essa história está contada no livro. A Febrapsi ficou muito malvista na psicanálise brasileira, assim como a psicanálise da IPA, que não se envolvia com as questões política, sociais e grupais” (Mori, 2024b, p.116).

Assim, para mim, a pesquisa em psicanálise não pode ocorrer de forma isolada dos demais campos da cultura. Compreender suas investigações e metodologias é “uma maneira de integrar uma certa qualidade de vida das pulsões, que exige a mediação de diferenças externas para ser processada no interior da psique”, conforme afirma Chervet (2023). Para o autor, “a elaboração da qualidade traumática tornou-se indispensável para os psicanalistas. O

desafio de preservar a saúde mental e continuar a aproveitar a vida sem recorrer à negação constitui uma das principais missões da psicanálise no contexto da civilização”.

Neste sentido, esforço-me, por situar meu pensamento científico em relação ao objeto de pesquisa. O doutorado, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Cultura, da Universidade de Brasília (UnB), apresentou-se como oportunidade para que eu pudesse sistematizar e buscar as bases conceituais dessa experiência, reconhecida internacionalmente pela IPA, no âmbito da intervenção psicanalítica na Cultura, em 2023, com o segundo prêmio *IPA in Culture Community Award*³, pela criação do Observatório Psicanalítico, genuinamente brasileiro.

Para Harriet Wolfe, psicanalista norte-americana e atual presidente da IPA, “a formação psicanalítica e a experiência clínica fundamentam importantes intervenções sociais em nível local, nacional e internacional. Na visão da psicanalista, “o OP representa um notável exemplo de produções psicanalíticas capazes de gerar transformações significativas.” Para ela, isso se deve ao uso de uma linguagem acessível, que facilita a compreensão e revela uma sólida percepção e profundidade sobre os temas tratados. (Wolfe, 2022, p. 40).

Lembremos que o OP foi pensado inicialmente como um dispositivo clínico-político, concebido em Brasília (capital do país), cuja prática clínica é impactada pela dinâmica política local. A maioria dos analisandos é de servidores públicos que vivenciam as tensões dos processos que ocorrem nos três Poderes. Essa interseção entre política e psicanálise caracteriza a singularidade dessa prática em nossa região.

Inspiro-me no pensamento de Donna Haraway, especialmente em sua obra *Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial* (1988/1995), que introduz os conceitos de “saberes localizados” e “perspectivas parciais”. Haraway argumenta que o conhecimento é produzido a partir de contextos sociais, históricos

³ https://pt.ipa.world/en/Awards_and_Prizes/Award_Pages/Community_Awards/IPA_In_Culture.aspx

e geográficos específicos, destacando a importância de reconhecer a posição de quem produz ciência. Rejeita a ideia de objetividade científica universal e neutra, defendendo que pesquisadores devem reconhecer seu lugar e sua posição no processo de produção de conhecimento. Com isso valoriza as vozes historicamente marginalizadas, promovendo uma ciência mais inclusiva e consciente de suas limitações.

Para a autora, o conhecimento é sempre parcial e situado; não existe uma visão universal, desconectada de um determinado lugar. Essa ideia implica reconhecer as limitações do ponto de vista do pesquisador, contribuindo para uma objetividade mais ética e contextualizada. Convida os cientistas a serem mais autocriticos e transparentes sobre as influências de valores e crenças no trabalho científico, valorizando a implicação pessoal na pesquisa científica.

Essa ordem de ideias não elimina a possibilidade de existência da objetividade, mas torna-a “corporificada” ao reconhecer o caráter parcial e situado do pesquisador ou pesquisadora, incluindo seu corpo e experiências (Haraway, 1995, p. 7). A pesquisadora não é apenas uma observadora, mas parte do sistema que estuda. É assim que me situo em relação ao Observatório Psicanalítico.

A filósofa contrapõe as ciências tradicionais, que defendem a neutralidade e a universalidade científica, às abordagens construcionistas sociais que enfatizam a influência das condições sociais na produção do conhecimento, onde tudo é da ordem da cultura. Embora concorde com as críticas às ciências tradicionais, Haraway também questiona o que ela chama de "os excessos do pós-modernismo", que muitas vezes reduzem a ciência a um reflexo de relações de poder. Ela propõe superar essa dicotomia com uma ciência que reconheça tanto as dimensões éticas e materiais quanto as relações de poder (Haraway, 1995, p.12)

Pinto-Neto (comunicação pessoal, em 12 de julho de 2024), sobre o pensamento de Donna Haraway, afirma que a cientista ao colocar-se contra a pretensão de um saber científico único, neutro e universal, posiciona-se diante de uma certa tendência na ciência, especialmente nos Estados Unidos, que tem gerado um embate entre dois campos distintos. De um lado, o campo das ciências tradicionais, caracterizado por uma epistemologia mais conservadora que defende a suposta neutralidade do cientista e que deveria buscar a objetividade, tratando certos fenômenos como "naturais" ou inevitáveis. Para essa perspectiva, as leis científicas são universais, aplicáveis a todos os contextos e independentes de variáveis como cultura ou história. Do outro lado, ela destaca o campo dos "pós-modernismos", termo que utiliza para se referir às diversas abordagens do construcionismo social, com destaque às abordagens feministas. Essas abordagens posicionam-se de forma crítica e muitas vezes antagônica à visão tradicional de ciência que, frequentemente, refletiu e perpetuou perspectivas masculinas, ignorando outras formas de saber.

Construcionistas sociais demostram como as interpretações científicas são moldadas por construções culturais. O que é estudado, como é estudado e quais resultados são valorizados dependem das condições sociais e culturais do momento histórico. Essa visão, entretanto, tende a reduzir a ciência ao simples papel de representar o poder, limitando a possibilidade de fazer ciência a partir de outras perspectivas e abordagens. Essa abordagem está associada a alguns filósofos franceses cuja obra, ao ser interpretada e apropriada, deu origem a um modelo de construcionismo social exagerado. Na recepção norte-americana dessas ideias, difundiu-se a noção de que toda realidade seria apenas uma construção social e que toda construção social estaria fundamentada exclusivamente em relações de poder (Cusset, 2008). Sabemos que esse processo de recepção distorcida é semelhante ao que ocorreu com a psicanálise nos Estados Unidos, onde ela foi interpretada de forma mais

próxima de uma ciência natural ou comportamentalista, perdendo parte de seu núcleo original, o que exigiu uma *volta a Freud* para recuperar sua complexidade.

Ultrapassando os paradigmas essencialistas e construcionistas, Haraway junta-se a (Harding, 1986, p. 142), ao defender uma “ciência sucessora”, adotando uma "objetividade situada", enraizada nas experiências corporais e sociais de quem produz o saber, em contraste com a visão tradicional, universal e neutra, de ciência. Essa abordagem propõe uma prática científica mais plural, responsável e comprometida, reconhecendo que todo conhecimento é parcial e implicado nas condições de sua produção. Ao criticar a ideia de neutralidade científica, Haraway sugere que a ciência deve assumir a subjetividade de seus praticantes como parte de sua objetividade. A "objetividade corporificada", valoriza a responsabilidade ética de quem faz ciência (Haraway, 1995, p. 12 e 23).

Considero que tanto o trabalho do OP, quanto o trabalho de pesquisa expresso nesta tese, estão em sintonia com as propostas de uma *ciência sucessora*, tal como defendida por Haraway e Harding. O OP, ao agenciar um modo de produção de conhecimento sobre os acontecimentos sociopolíticos, institucionais e culturais, reconhece e valoriza a pluralidade das subjetividades corporificadas dos psicanalistas que dele participam. Em vez de buscar uma verdade absoluta sobre os acontecimentos, promove um constante devir de percepções voltadas para as experiências e circunstâncias vividas por seus integrantes. É um corpo vivo de psicanalistas inseridos no contexto que analisam e que, por meio de reflexões e diálogos, posicionam a psicanálise como uma prática crítica e transformadora.

A pesquisadora, por sua vez, é também uma subjetividade afetada e igualmente comprometida com os acontecimentos contemporâneos. Imersa e implicada com o Observatório, transforma-o aqui em objeto de estudo, reconhecendo sua própria participação no processo de construção desse conhecimento.

Clínica, Cultura e Política⁴

Freud refere o desamparo como a condição fundamental do ser humano, ligado à experiência inicial de desamparo ao nascer e à dependência absoluta do outro para sobreviver. Embora seja mais evidente na infância, essa situação de dependência com o outro não desaparece; permanece como marca no inconsciente e é reativado em situações de crise, perda ou angústia. Ao mesmo tempo, é motor para a formação dos laços sociais e culturais, pois a necessidade de proteção e apoio leva os indivíduos a se agruparem, formando sociedades (1930/2010e).

“Na vida psíquica do ser individual, o outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário e, portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social” (Freud, 1921/2010g, p. 14). Portanto, considerando que o funcionamento do psiquismo decorre das dinâmicas sociais e das interações com o outro, a psicanálise é inherentemente política.

O termo *política* origina-se do grego *politikós*, derivado de *pólis*, que remete ao espaço público. A filósofa Hannah Arendt define a esfera pública como um “mundo comum” que une as pessoas em convivência, sendo “público” aquilo que é compartilhado por todos, embora cada indivíduo tenha um lugar distinto dentro dele. Arendt enfatiza que a política não possui uma essência original – ela surge na interação entre os indivíduos, na pluralidade humana, e é construída nas relações. A política organiza diferenças absolutas dentro de uma igualdade relativa, permitindo que os humanos colaborem em objetivos comuns (1958/2002, pp. 23-24)

Como ciência que administra o Estado ou a sociedade em questões sociais e econômicas de interesse público, a política se manifesta em ações que buscam atender aos

⁴ Este capítulo retoma o tema Clínica, Cultura e Política abordados no artigo Mori (2018a). A clínica psicanalítica. Uma prática política. *Revista Brasileira de Psicanálise* 52 (3), 91-105.

diversos setores da sociedade civil. Já como arte de negociação, a política visa compatibilizar interesses distintos e adotar decisões coletivas, alinhadas ao princípio democrático.

O termo *democracia* deriva do grego *demokratía*, composto por *demos* (povo) e *kratos* (poder). Nas sociedades democráticas contemporâneas, o povo elege seus representantes em períodos regulares, e as decisões políticas são determinadas por meio do diálogo e do consenso entre diferentes interesses. O confronto de ideias ocorre sem censura, sendo resolvido pela palavra. Assim, procura-se evitar a destruição e degradação coletivas, como guerras, descritas por Freud como algo que “confunde inteligências das mais lúcidas e degrada radicalmente o que era elevado” (1915/2010c, p. 211).

Etimologicamente, a palavra *clínica* significa *inclinar-se sobre o leito de quem sofre*, remetendo ao grego *klinikós* (acolher) e ao latim *clinamen* (desviar). A prática clínica busca promover transformações na subjetividade, desestabilizando certezas e criando espaço para a livre expressão dos afetos e vozes internas que, quando silenciadas, originam sintomas.

Desde o final do século XIX, o pensamento de Freud deve ser entendido como um marco político, ao desafiar a ciência de sua época nos âmbitos epistemológico, ontológico e metodológico. Freud introduz conceitos inovadores como *pulsão sexual* e *inconsciente* (no sentido de inconsciente dinâmico) no pensamento filosófico ocidental (Freud, 1915/2010f). Frente às manifestações histéricas, que não encontravam explicação na ciência de sua época, ele revolucionou a prática médica, propondo uma escuta atenta às dores não percebidas pelo olhar e ao sofrimento relacionado à realidade psíquica, então ignorada pela ciência dominante.

A psicanálise compartilha o mesmo princípio democrático que norteia a política: os conflitos entre desejos diversos devem ser expressos livremente, sem censura, e tratados por meio da palavra. Esse processo ocorre na intimidade da relação analítica entre o sujeito e o analista, que ocupa diferentes posições ao longo de cada análise. É nesse vínculo que se torna

possível refletir sobre a vida e intervir nela, explorando encontros com o outro em busca de sentido e soluções criativas. Na prática analítica, o objetivo é revelar e questionar os sistemas de crenças e escolhas impostos pela realidade, que frequentemente contrariam e reprimem os desejos.

Desde Freud, muitos psicanalistas têm se envolvido ativamente nos processos de produção de subjetividades, na formação cultural. Ao priorizar a escuta da histérica, em vez de reduzir sua experiência ao sintoma físico, como a paralisia, Freud desloca o foco da consciência, tradicionalmente vista como o centro da razão. Ele propõe uma nova forma de entender a relação entre pensamento e realidade, trazendo um olhar disruptivo tanto para a ciência quanto para a cultura. Essa abordagem marcou uma ruptura com o saber positivista dominante, que privilegiava a racionalidade e adotava o modelo biomédico de saúde, vista como ausência de doenças orgânicas — uma visão que persiste até hoje em algumas áreas do conhecimento.

Em "Caminhos da Terapia Psicanalítica" (1919/2010b), Freud destaca a importância de preparar a psicanálise para o futuro. Ele ressalta a necessidade de continuar ajudando as pessoas a ampliar o autoconhecimento, especialmente por meio da compreensão de seus impulsos inconscientes reprimidos, da complexidade de seus conflitos e da impossibilidade de viver exclusivamente sob o princípio do prazer, algo singular e intrincado. Freud manifesta preocupação com a grande quantidade de sofrimento neurótico no mundo e reconhece as limitações da psicanálise no alcance de sua ação terapêutica. Destaca, assim a importância de expandir o acesso ao tratamento para todas as pessoas. Para isso, é essencial que o Estado assegure o cuidado clínico, tanto físico quanto psíquico, da população por meio do sistema público de saúde. Freud reconhece que “pode levar muito tempo para que o Estado reconheça a urgência desses deveres” (p. 292); sugere, então, que nos mobilizemos para oferecer tratamentos gratuitos àqueles que necessitam. Para Freud, independentemente de como a

psicoterapia popular seja estruturada, as partes mais eficazes e importantes continuarão sendo aquelas que caracterizam uma psicanálise rigorosa e imparcial. Assim, acreditava que a ampliação da clínica para toda a população exigiria uma adaptação das técnicas às novas condições.

Segundo Fábio Herrmann (2003), a institucionalização da psicanálise dividida em sistemas doutrinários fez com que a teoria psicanalítica se ajustasse à prática terapêutica, reduzindo-a uma psicologia individual. Por meio de acordos institucionais e políticos que definiram os centros de poder psicanalítico, o trabalho analítico foi regulamentado e moldado, resultando em uma teoria e prática padrão, com sessões, interpretações e atitudes que se tornaram rituais, por meio do modelo Eitigoin⁵ adotado. Esse processo fez com que muitos encontros analíticos nos consultórios perdessem seu caráter de “amor à verdade”.

A epistemologia (a concepção do inconsciente), a ontologia (a concepção do sujeito) e o método (a associação livre) têm primazia sobre a técnica, que está sempre sujeita a mudanças: “Devo destacar que essa técnica se revelou a única adequada à minha individualidade. Não ouso afirmar que uma personalidade médica com outra constituição não possa preferir uma abordagem diferente com seus pacientes, e que ainda assim a tarefa será cumprida”. (Freud, 1912/2010h, p. 148)

Hoje, existem diversas práticas derivadas da abordagem psicanalítica, que buscam responder às variadas manifestações do sofrimento humano. Essas práticas destacam a riqueza de uma clínica ampliada, tanto em sua complexidade terapêutica quanto nas teorias que sustentam suas explicações.

⁵ Esse modelo prevê no processo de formação do psicanalista o tripé análise didática, supervisão e seminários clínicos e teóricos. Diferencia-se de outros modelos que não incluem a análise didática no período de formação, sendo que a análise pessoal um pré-requisito para a entrada na instituição psicanalítica. Os diferentes modelos, igualmente reconhecidos pela IPA serão discutidos mais adiante no título “O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional”.

Analistas institucionais atuam no sofrimento sociopolítico gerado em instituições, abordando processos de trabalho rígidos que padronizam modos de subjetivação, centralizando o poder, o saber e o prestígio. Essa abordagem considera que todo grupo é uma instituição, formada em contextos históricos e sociopolíticos, fixando padrões que articulam saber e poder. O prestígio de algumas categorias sobre outras, existentes na hierarquia das instituições psicanalíticas, gera tensões no campo da saúde, entre forças instituintes e instituídas. Processos normatizados paralisam trabalhadores, levando-os a adoecer e a adotar defesas como negação, projeção e comportamentos arrogantes ou invejosos, resultando em uma clínica reducionista, centrada no modelo biomédico e práticas hospitalocêntricas. A análise institucional emerge como um papel de apoio aos grupos para desbloquear a comunicação e revelar os *não ditos* que dificultam a realização de objetivos comuns.

A Psicanálise no Espaço Público

A psicanálise tem se expandido em espaços públicos, oferecendo escuta aberta e gratuita, fora da lógica tradicional de mercado e do *setting* clínico habitual. Psicanalistas organizam atendimentos em locais como praças e ruas, sem agendamento prévio ou cobrança, priorizando a transferência com o dispositivo, e não com o analista específico. Essa prática busca tornar a psicanálise acessível e atender diferentes públicos, como crianças, jovens, adultos e famílias, em resposta ao chamado de Freud para ampliar o alcance da psicanálise em tempos de sofrimento sociopolítico (Mori, 2018a).

Entre 2009 e 2010, surgiu o projeto *Fale com o Analista*, no Centro Cultural São Paulo, oferecendo uma experiência única e transformadora. As conversas seguiam regras simples: sem interpretação ou retorno, focadas em encontros únicos. A intensidade emocional das sessões e a gratidão dos participantes surpreenderam os analistas, mostrando o impacto dessas interações (Nosek, 2017).

Entre 2017 e 2018, participei do coletivo Psicanálise na Rua, em Brasília, que oferecia escuta em locais de grande circulação popular. A iniciativa, além de ampliar o acesso à psicanálise, fomentava debates políticos e realizava supervisões clínicas e estudos teóricos, reforçando a importância de ocupar o espaço público como forma de resistência e transformação social (Mori, 2018a).

Durante a pandemia, a Diretoria de Comunidade e Cultura da Fepal, com Sonia Terepins e Silvia Bracco, ambas da SBPSP, construíram as diretrizes dessa Diretoria intitulada: “Psicanálise em Trânsito”, quando elegeram como “principal eixo de trabalho a reflexão teórico-clínica sobre as modalidades de intervenção praticadas foram do *setting* psicanalítico tradicional” (Terepins & Bracco, 2022, p.17) e caracterizado pelo intercâmbio entre as federadas que passaram a ofertar projetos comunitários. Na época, para Tanis (2022) se impôs “uma indagação sobre a psicanálise que almejamos continuar construindo e o lugar que nela ocupa a sensibilidade à dor e ao sofrimento psíquico em todos os contextos em que ela se manifesta” (p.10).

Para Terepins e Bracco (2022):

Sabemos que essa construção herda muito do que já foi feito pelos pioneiros do Rio da Prata. As experiências nos anos 1960-1970 na América Latina, onde autores como Bleger, Pichon-Riviere e, mais recentemente, Viñar, Puget, Herrmann e muitos outros, trouxeram grandes contribuições no campo da saúde mental e ações importantes fora dos consultórios. Somos herdeiros de uma tradição e compreendemos nossa tarefa em dar continuidade e aprofundar a trilha aberta por eles (p. 17).

Essas experiências de atendimento virtual durante a pandemia, realizadas pelas sociedades da América Latina, filiadas à Fepal⁶, foram consolidadas e organizadas por Terepins e Bracco, e publicadas em duas versões: em português, no livro “Práticas psicanalíticas na comunidade. Relatos em dois atos” (2022) e, em espanhol, “Prácticas psicoanalíticas en la comunidad. Relactos en dos actos, publicado em 2024, ambos pela Blucher.

Escrevi o capítulo sobre os “Profissionais de saúde: Escuta e resistência” que denominei “Uma ética de cuidado em tempos pandêmicos” (Mori, 2022), considerando a experiência da escuta analítica em outros territórios, para além do consultório padrão, a partir do relato das experiências realizadas pelos colegas psicanalistas Roosevelt Cassorla, Silvia Silvestrini e Viviana Valz Gen. Considerei que “cuidar de si, da própria saúde, da relação com o outro e do ambiente que habita são funções éticas do psicanalista.” (p. 308).

Na SPBsb, como Diretora (2021-2022) da DCC local, seguimos as diretrizes da Fepal e criamos a Rede Psicanalítica Solidária, com a efetiva colaboração das psicanalistas Daniela Boianovsky e Teresinha Lyrio. Diante da vulnerabilidade vital que afetou a todos, psicanalistas disponibilizaram horários semanais para atendimentos individuais e grupais, *online* e gratuitos, de pessoas (de qualquer cidade do Brasil e fora de nosso país, desde que falantes do português) encaminhadas pela Rede. Vários projetos foram desenvolvidos e o sucesso deles ratificou a falta de acesso aos serviços da saúde mental públicos tanto em nossa cidade como fora dela.

Destacamos os projetos de atendimento grupal oferecidos à comunidade: “Encontros psicanalíticos com mães, pais e avós de crianças de 0 a 3 anos” e “Escuta psicanalítica de estudantes universitários com foco nas relações étnico-raciais e sofrimento psíquico”. No

⁶ A Federação Psicanalítica da América Latina é composta por 5 mil membros, psicanalistas de 39 sociedades localizados em diferentes países: Argentina (6), Brasil (18), Peru (1), Uruguai (1), Panamá (1), Paraguai (1), México (5), Colômbia (2), Venezuela (2) e Chile (2).

contexto do debate de ações afirmativas contra o racismo estrutural, uma modalidade de atendimento também foi oferecida a estudantes afro-brasileiros da Universidade de Brasília. Esses projetos responderam à convocação freudiana de ampliar o alcance da psicanálise junto à comunidade, buscando oferecer novas modalidades de escuta psicanalítica para situações de traumas coletivos (Carneiro, Mori & Lazzarini, 2023).

Idealizado pela psicanalista Alicia Lisondo (SBPSP), e apoiado pela Febrapsi, o projeto SOS Brasil se estabeleceu em janeiro de 2021, voltado para a escuta emergencial gratuita e virtual, para todo o país: três a oito sessões a pais e cuidadores de bebês, crianças e adolescentes, além de profissionais envolvidos com a saúde, educação e tutela de menores. Para sustentar o trabalho de psicanalistas voluntários foram organizados *ateliês* com supervisão dos casos clínicos. A responsabilidade social de psicanalistas, ainda hoje, segue sustentando esse projeto.

A partir dessas vivências em ações organizadas e fundamentadas no método psicanalítico, entendemos que o sofrimento psíquico não pode ser compreendido apenas como proveniente de conflitos e angústias oriundos de dificuldades internas, mas também de configurações sociopolíticas que afetam especialmente determinados grupos sociais e se manifestam coletivamente, embora esses conflitos sejam experimentados subjetivamente de maneira peculiar. Entendemos também que não precisamos ficar paralisados diante de um falso dilema: ou conservamos os *settings* clássicos e nos restringimos a trabalhar nos moldes da psicanálise que praticamos em nossos consultórios ou não estaremos fazendo psicanálise (Carneiro, Mori e Lazzarini, 2023, p.148).

Algumas sociedades de nossas instituições, a fim de combater um certo ensimesmamento institucional, abriram as portas para o mundo: as sociedades SBPRJ e SBPdePA implementam sistemas de bolsas para a entrada de pessoas negras, indígenas e

refugiados na formação. Trata-se de combater o modelo edípico: o triângulo *pai-mãe-filho* tem sido insuficiente para dar conta do que ocorre no mundo. Assim, os diferentes que estão chegando nos dizem: já não nos serve mais reproduzir acriticamente o modelo da colonização eurocentrada. Essas iniciativas foram premiadas também pela IPA, em 2023, por trabalhos realizados em comunidades, no âmbito da Educação.

No 53º Congresso da IPA, “A mente na Linha de Fogo”, realizado em julho de 2023 em Cartagena das Índias (Colômbia), quando o OP foi reconhecido e premiado, pudemos ouvir analistas bem mais conscientes de si, implicados, engajados na elaboração coletiva de traumas advindos de uma produção violenta de subjetividades. Na abertura do Congresso, o britânico psiquiatra e psicanalista Lord John Alderlice, em diálogo com Harriet Wolfe, presidente atual da IPA, trouxe sua experiência sobre violência política e o trabalho com grupos que se envolvem em crenças fundamentalistas. Apresentou alguns de seus trabalhos como mediador em situações de graves conflitos políticos que desencadeiam guerras, como a que ocorre atualmente no Oriente Médio.

No Congresso, percebemos uma IPA gerida por uma geração de mulheres atentas ao sofrimento social que se apresenta dentro e fora das quatro paredes de nossos consultórios. Antenadas com o que se passa ao nosso redor, buscam formas de trabalhar psicanaliticamente junto às comunidades, afastadas da ideia de uma neutralidade em relação aos acontecimentos do mundo em que vivemos, o que levou a Psicanálise a ser vista como uma profissão aristocraticamente alienada.

O psicanalista francês Florent Gabarron-Garcia, em seu livro “Uma história da Psicanálise Popular” (2021/2023), realiza uma análise histórica dos momentos em que a psicanálise reafirmou seu compromisso com as classes trabalhadoras, destacando seu caráter engajado tanto como prática quanto como disciplina. Nesse esforço, seu objetivo é enfrentar o que ele denomina de “psicanalismo”, uma forma distorcida e reacionária de discurso sobre

o sujeito e a sociedade, que se apresenta como psicanálise, mas defende a suposta neutralidade do campo psicanalítico. O psicanalista critica essa falsa neutralidade, apontando como ela encobre posições ideológicas conservadoras e distancia a psicanálise de seu potencial crítico e transformador. Introduz seu livro nos dizendo:

Décadas para cá, a psicanálise se tornou, em grande parte, profunda e abertamente reacionária. A lista de posicionamentos retrógrados de psicanalistas tem aumentado em ritmo acelerado nos últimos tempos, galgando a escala da estupidez e da má fé. [...] Hostil e capciosa, furiosamente contrária à conquista de novos direitos, culturalmente pessimista, antropologicamente declinista, essa psicanálise reacionária dedica ódio à igualdade na *Polis*” (Gabarron-Garcia, 2021/2023, pp.15-17; itálico do autor).

Para Freud, as normas sociais e morais não apenas regulam o comportamento humano, mas também estão na origem de muitos conflitos psíquicos e sofrimentos emocionais. Em *O Mal-Estar na Civilização* (Freud, 1930/2010e), afirma que a repressão dos impulsos instintivos imposta pela cultura e pela civilização resulta em tensões internas que afetam a subjetividade humana. Nesse sentido, uma psicanálise alinhada com a crítica freudiana não se limitaria a reforçar as normas sociais, mas assumiria uma posição mais contestadora e analítica frente às forças normativas da sociedade.

Apresento, a seguir, uma síntese de posicionamentos reacionários de alguns psicanalistas contemporâneos que contradizem essa perspectiva crítica de Freud em relação à moral civilizada, destacadas e criticadas por Gabarron-Garcia (2021/2023):

1. Os adolescentes de hoje são vistos por alguns psicanalistas como um “bando de jovens uniformizados” que não respeitam “o saber” nem “a autoridade”, revelando uma visão conservadora sobre as relações geracionais;

2. O Pacto Civil de Solidariedade (PACS) – uma forma de união civil na França que concede direitos a casais homo e heteroafetivos –, é apontado por esses psicanalistas como algo que estaria minando as bases do desejo e aproximando a sociedade de uma “falência antropológica”;

3. A crítica feminista à “sociedade patrocentrada” (centrada na figura paterna) é interpretada por eles como um sinal do “fim da presença humana na Terra”, o que revela um tom catastrófico e reacionário diante das reivindicações feministas;

4. Acusam o movimento #MeToo e o chamado “neofeminismo indiferenciador” de prepararem o caminho para uma “sociedade doente e sem referências”, impactando a educação das crianças, que estaria fadada ao fracasso e à loucura, enquanto a civilização chegaria a um impasse;

5. O movimento dos “coletes amarelos” que tomou as ruas de Paris, é interpretado por alguns psicanalistas como expressão de uma “onipotência narcísica infantil” e do “desencadeamento da pulsão de morte”, associando o protesto social a uma forma de regressão psíquica;

6. O conceito de um “Estado laxista” (um Estado que não cumpre seus deveres) é associado à sua “feminização”, descrita como uma “política incestuosa” que se distancia da “autoridade viril”. Entendo que esse argumento se enfraquece diante do exemplo de líderes mulheres que tiveram respostas rápidas e eficazes durante a pandemia de COVID-19, como ocorreu em países governados por mulheres, ao contrário de líderes homens, cuja gestão foi amplamente criticada;

7. Defende-se que os filhos da chamada “big mother” (uma metáfora para o excesso de proteção materna) não compreendem mais os limites necessários para a convivência social, reforçando uma perspectiva que associa o excesso de cuidado feminino ao enfraquecimento dos laços sociais;

8. Estudos de Gênero e Interseccionalidade: Os estudos de gênero e, mais recentemente, a perspectiva interseccional nas universidades são acusados de promover um “pensamento totalitário” que ameaça o que esses críticos chamam de “Pensamento” e “nossa Cultura”, reforçando um discurso de defesa de uma “ordem cultural tradicional”;

9. Crítica aos Intelectuais Decoloniais: a manifestação de 80 psicanalistas franceses contra a “ascendência ideológica dos intelectuais decoloniais e pós-coloniais”, acusados de favorecer o “comunitarismo” (a divisão da sociedade em comunidades fechadas) e abrir caminho para o totalitarismo.

Esses posicionamentos indicam que uma psicanálise implicada com a época em que vivemos segue desacreditada dentro da própria psicanálise. Freud não teve dúvidas. Suas posições foram escritas em muitos de seus artigos. O psicanalista e filósofo Wladimir Safatle, no programa “Democracia: Política e Psicanálise”, no Mirante, *podcast* do OP, diz: “a clínica tem um certo comprometimento político de base. E já demonstrou isso em vários momentos” (Mori, 2023).

Gabarron-Garcia (2023), apresenta também uma cartografia histórica dos principais momentos em que a psicanálise assumiu um caráter popular e politicamente engajado ao longo do século XX. No prefácio do livro de Gabarron-Garcia, o psicanalista brasileiro Cristian Dunker (2023, pp. 7 e 8), apresenta um resumo dessa cartografia:

1. O experimento húngaro e dos lares escolares para crianças conduzidos por Vera Schimidt na Moscou bolchevique, com referência aos trabalhos de Sabina Spielrein e Tatiana Rosenthal em Petrogrado;

2. A expansão massiva das clínicas populares na Viena Vermelha durante as décadas de 1920 e 1930;

3. As experiências de Wilhelm Reich à frente da Associação Alemã por uma Política Sexual Proletária (Ssexpol);

4. Os grupos de intervenção de François Tosquelles durante a Guerra Civil Espanhola
5. Os grupos de intervenção de Marie Langer no contexto do entreguerra vienense;
6. O pioneirismo da clínica de La Borde, na França, no pós-guerra, liderada por Jean Oury e Félix Guattari;
7. O Coletivo Socialista de Pacientes (SPK), surgido em Heidelberg nos anos de 1970;
8. As comarcas de saúde mental na Argentina, que também integram essa linha de práticas de base popular e politicamente engajada.

Conclui Dunker: “Os coletivos brasileiros que desde 2010 realizam atendimentos psicanalíticos nas ruas, nas praças, candidatam-se a ser o próximo capítulo dessa história, uma história por vir” (p. 8).

Essas experiências – brasileiras, latino-americanas e francesas – relatadas nesse capítulo, salientam que

Há desacordos entre nós psicanalistas quanto ao lugar e a função que ocupamos na nossa sociedade e, por isso, é enorme o desafio de tratar o assunto nos espaços das instituições psicanalíticas. Ouvimos que não é psicanálise aquilo que fazemos quando trabalhamos com outras modalidades de atendimentos, fora do consultório, ou quando nos colocamos publicamente diante dos fenômenos sociais de nossa época. Penso que a dificuldade se dá pelo fato da convivência (vida institucional) não ser colocada em análise. Sabemos que há inúmeras discordâncias sobre os modos instituídos estabelecidos nas instituições psicanalíticas. [...] Entendo que é pela ampliação do conhecimento psicanalítico sobre grupos, coletivos e instituições, desenvolvidos por psicanalistas como Pichon-Rivière, José Bleger e René Kaës, dentre outros, que poderemos superar algumas dessas divergências. Cabe aos institutos psicanalíticos contemplarem um quarto eixo na formação do psicanalista constituído pela dimensão

sociopolítica, cultural e institucional que caracterizam o mundo contemporâneo. Se somos analistas do nosso tempo – ou seja, analistas de pessoas que partilham a mesma sociedade – precisamos contemplar práticas e estudos sobre trabalhos psicanalíticos em comunidades (Mori, 2022, p. 316).

Compreende-se, portanto, tal como Horenstein (comunicação pessoal realizada no dia 17 de outubro de 2024) nos diz, que se trata de falso dilema criado por psicanalistas, pós Freud, a separação entre clínica e cultura. “Há uma interrelação entre esses dois campos, que se alternam de maneira quase indistinguível, como se estivessem em uma fita de Möbius”. Os textos freudianos, conhecidos como textos sociais ou culturais, na verdade são textos clínicos, e não somente aqueles que apresentam casos clínicos, como se só se transmitisse a *psicanálise pura* apenas por meio de *papers* formais.

O Observatório Psicanalítico (OP), vinculado à Diretoria de Comunidade e Cultura da Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi), a partir de 2017, é objeto deste estudo, insere-se como mais das ações voltadas para ampliar o acesso às elaborações psicanalíticas sobre o mundo. O OP passou a atuar como um dispositivo de atenção psicanalítica aos fenômenos socioculturais e políticos, buscando fortalecer o diálogo entre psicanalistas e sociedade, especialmente por meio das redes sociais. Os participantes escrevem ensaios sobre acontecimentos relevantes na esfera pública, oferecendo uma intervenção clínico-política fundamentada na psicanálise.

Como veremos no título “Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP): Criação, Desenvolvimento e Estado Atual”, esses ensaios são publicados nas redes sociais e no site oficial da Febrapsi, além de compartilhados em um grupo de e-mails com psicanalistas interessados sobre o diálogo da psicanálise com outros campos da cultura, tornando-se um espaço criativo para refletir sobre a vida sociopolítica, respondendo às demandas sociais por

novos olhares sobre problemas recorrentes, enquanto reafirma a psicanálise como ferramenta crítica na cultura.

O OP, como ato político, busca dar significado aos fenômenos contemporâneos, abordando questões que atravessam as relações na pólis. Seu objetivo é desvelar os modos de vida que paralisam sujeitos e coletivos, permitir reflexões sobre conflitos e abrir caminhos para reduzir o sofrimento.

Acontecimentos, Trauma e Elaboração⁷

A tecnologia transformou a comunicação humana, aproximando pessoas geograficamente distantes por meio da internet e aplicativos. Redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp* desempenham papel central nesse processo, permitindo o compartilhamento constante de informações, opiniões e sentimentos. No entanto, esse ambiente também facilita a disseminação de *fake news*, criadas para enganar e manipular, provocando delírios coletivos e movimentos de massa. Conceitos como “pós-verdade” e “autoverdade” surgem nesse contexto, onde crenças pessoais e emoções coletivas ganham mais relevância do que os fatos objetivos, desafiando a noção de realidade (Nogueira, 2018)

Conflitos interpessoais também surgem de percepções divergentes sobre a realidade. Com as redes sociais, a banalização das opiniões se intensificou, permitindo que qualquer pessoa se posicione, ainda que com conhecimento precário, inclusive sobre temas complexos. Escrevi para o boletim Conexão da Fepal, o artigo “Cada um tem sua opinião: Um caminho banal rumo ao fanatismo?” (Mori, 2024a). A questão que tem se colocado é se somos capazes de testar, de colocar a própria opinião sob escrutínio dos demais, trazendo argumentos que justifiquem nossas opiniões. O desconforto com o diferente e a intolerância às discordâncias se refletem na agressividade dos comentários nas redes sociais, muitas vezes expressa em desqualificações e no uso de caixa alta (“gritos” virtuais). Esse comportamento impetuoso e audacioso nas interações sociais ameaça a convivência coletiva. Referencio-me em Aristóteles (384 E.A.C – 322 E.A.C) ao propor que o pleno desenvolvimento humano só seria possível na pólis e pela pólis, destacando a importância do bem comum para a realização individual.

Para Ramos (2014),

⁷ Baseado em dois artigos: Mori, M. E. (2020). Observatório Psicanalítico da Febrapsi: Atravessando Fronteiras. *Calibán, Revista da Federação Latino Americana de Psicanálise*, 8 (1), pp. 245-249; Mori, M. E. & Gui, R. T. (2021). A escrita psicanalítica na pandemia do Coronavírus: tempos de elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi. *Revista de Psicanálise de SPPA*, 28 (3), p. 695-718.

o pensamento de Aristóteles representa uma notável contribuição à filosofia política no que diz respeito à qualificação do homem como um ser que realiza os seus mais altos fins na relação indissociável com a comunidade (*pólis*) na efetivação do bem comum. Tal perspectiva orientou um modo quase programático de pensar a ação humana na matriz comunitária, repercutindo no chamado comunitarismo contemporâneo em contraste com o individualismo liberal (p. 62).

O filósofo Emmanuel Levinas (1906 – 1995) propôs a ética da alteridade, destacando a necessidade de reconhecer o outro em sua singularidade irreduzível. Para ele, tentar totalizar o outro em uma representação fixa é um ato violento, pois a alteridade não pode ser completamente capturada. Segundo Menezes (2008),
o sujeito que desfalece não é mais o sujeito heroico da história, vencedor de batalhas, mas um sujeito que se fragiliza e se sensibiliza com e pelo Outro; [...] Não há mais como continuar centrado em si mesmo, a multiplicidade não pode mais ser reduzida ao “um” (p. 13).

Na clínica freudiana, a distinção entre realidade material e psíquica é desafiadora, já que o inconsciente ignora essa diferença. Para Freud, a fantasia tem papel central nas neuroses, mas ele também reconheceu a influência traumática da realidade material. Essas realidades se inter-relacionam no trabalho analítico, sem serem opostas ou excludentes. Contudo, a negação de uma delas pode levar ao adoecimento psíquico, como na psicose, onde a fantasia nega os fatos, ou na perversão, marcada pela recusa consciente da realidade. Isso levanta questões: estamos dispostos a abandonar as certezas ilusórias diante do desconhecido? Como nós psicanalistas podemos contribuir com nosso olhar psicanalítico para auxiliar na desalienação de nossa época, rompendo a centralidade do *eu*, assumindo o peso de uma significação ética ao reconhecer-se como vulnerável e sensível ao outro?

O Trauma, a Catástrofe e o Efeito Perturbador

A palavra *trauma* origina-se do termo grego *traîma*, que significa *ferida*. Na medicina, refere-se a lesões físicas, mas, no final do século XIX, a psiquiatria passou a associá-lo a distúrbios psíquicos provocados por eventos traumáticos, tais como acidentes ferroviários, denominando-os de “neurose traumática”. Freud e Breuer, em 1893, relacionaram a histeria à neurose traumática, sugerindo que os traumas psíquicos eram a causa dos sintomas histéricos. Freud via o trauma como um “corpo estranho” que permanecia no psiquismo, causando efeitos patogênicos prolongados: “o histérico sofre sobretudo de reminiscências” (p.313). Ele propôs a “cura pela palavra”, visando fazer o paciente reviver e ressignificar a cena traumática original a partir das vivências sexuais precoces, ocorridas na infância. “A doença só ocorre quando há um acúmulo de acontecimentos e um fator contributivo que enfraqueça a defesa” (Freud em 1897, em Masson, 1986, p. 265). A ideia do trauma liga-se a dois tempos: um evento inicial de sedução por um adulto e, posteriormente, um segundo evento que reativa a lembrança do primeiro. O trauma surge da articulação entre esses dois momentos (Freud, 1893-1895/2023a).

Assim, inicialmente, Freud sustentava que os traumas eram eventos factuais. Mas, em carta a Fliess, em 21 de setembro de 1897, anunciou o abandono da teoria da sedução: “Não acredito mais em minha neurótica [teoria das neuroses]” (Masson, 1986, p. 265). Com sua “teoria transformada” Freud reformula sua concepção sobre o trauma, deixando de atribuir sua causa à realidade objetiva e introduziu a noção de "fantasia" como fator central. A partir dessa mudança, Freud deslocou o foco da realidade factual para o conflito inconsciente, enfatizando a realidade psíquica. O trauma passou a ser entendido como uma experiência subjetiva, encenada em fantasias inconscientes, destacando o papel do mundo interno sobre o externo. Assim, a vivência traumática passou a ser interpretada não pela existência de um único evento real, mas pelo valor subjetivo atribuído a ele na psique do indivíduo. Freud diz:

“o conhecimento seguro de que não há indicações de realidade no inconsciente, de modo que não se pode distinguir entre a verdade e a ficção que foram catequizadas pelo afeto” (Masson, 1986, pp. 265-266).

Durante a Primeira Guerra Mundial, Freud (1920/2010a, p. 168) revisita o tema das “neuroses traumática” ao observar as neuroses de guerra, definindo o trauma como uma “efração das para-excitacões” – um rompimento das barreiras protetoras do psiquismo causado por uma excitação excessiva que deixa uma marca imediata e não simbolizável. Em Além do Princípio do Prazer, Freud expande sua teoria ao introduzir a "pulsão de morte", como “um traço demoníaco em seu viver” (p. 181) desafiando a visão anterior centrada apenas no princípio do prazer. Ele propõe que o aparelho psíquico não busca apenas prazer, mas lida com forças como a “compulsão à repetição” (p. 178). O trauma, então, é visto como a ruptura das defesas psíquicas, impedindo o psiquismo de processar a excitação e exigindo um trabalho posterior para restabelecer conexões. Diferente da visão anterior, o trauma não coincide com o recalcado, mas refere-se ao que não pôde ser integrado ao inconsciente devido à ação desagregadora da pulsão de morte, evidenciando uma ruptura que ultrapassa a simples repressão. Cabe destacar que, em uma nota de rodapé acrescentada em 1924, no texto "A etiologia específica da histeria" (1896), Freud faz uma ressalva ao que vinha desenvolvendo, lembrando ao leitor que quando escrevera o artigo “não havia se livrado da superestimação da realidade e do menosprezo da fantasia” (Freud, 1896-1899/2023b, p. 210, nota 3). Assim, a fantasia alcança um papel fundamental em suas teorias, destacando que os pacientes reviviam lembranças dolorosas com relutância, evidenciando a complexidade do trauma.

O impacto destrutivo de acontecimentos externos, como guerras, terrorismo e violências cotidianas nas cidades de hoje tem nos gerado sofrimentos subjetivos e coletivos. Vivemos em estado de “pós-catástrofe”, conforme Seligman-Silva (2018) onde os traumas

não são superados, mas constantemente reatualizados por meio da exposição midiática e da repetição de imagens chocantes, o que reforça o mal-estar na cultura. O autor explora a etimologia da palavra “catástrofe”, derivada do grego “*katastrophé*”, que significa “virada para baixo” ou “fim súbito”. No teatro grego, esse termo se referia ao momento final da tragédia, quando o protagonista enfrentava uma reviravolta decisiva. No campo psicanalítico e social, a catástrofe simboliza o desmoronamento de estruturas estáveis — psíquicas, políticas ou sociais. Diferente das tragédias gregas, as catástrofes contemporâneas não possuem um desfecho conclusivo. Pelo contrário, elas se repetem e se reinscrevem no presente, o que agrava o trauma e impede sua superação.

Seligman-Silva (2018) relaciona os eventos que provocam uma ruptura brusca e desestabilizadora na experiência humana ao conceito de “pós-catástrofe” para definir a condição contemporânea, marcada por uma sucessão de catástrofes que não são superadas, mas reatualizadas continuamente. Nesse contexto, o prefixo “pós” não significa “superação” ou “fim”, mas a permanência do trauma no presente. O autor caracteriza a situação catastrófica como:

1. Um excesso e repetição do trauma: As catástrofes atuais não se limitam a um evento isolado. Vivemos expostos a uma sequência contínua de acontecimentos traumáticos, o que dificulta a elaboração psíquica e a superação dos traumas. Assim, o trauma não “passa” — ele se reinscreve constantemente por meio das mídias de massa, especialmente pela TV e redes sociais, que reproduzem e teatralizam cenas de violência e destruição. Essa repetição intensifica o sofrimento e reforça a sensação de desamparo coletivo;

2. Há uma impossibilidade de simbolizar o trauma pois as situações catastróficas geram uma sobrecarga emocional tão intensa que o psiquismo não consegue transformar a experiência em algo compreensível e elaborável. Essa incapacidade de simbolizar se manifesta em silêncio, atos compulsivos ou sintomas obsessivos, o que leva Freud (1916-

1917/2014b, pp. 364-381) a fazer uma analogia entre a neurose e a neurose de guerra ou traumática, dizendo que em ambos os casos há um ponto de fixação traumático.

Em nosso tempo, as imagens midiáticas, ao serem repetidas de forma crua e literal, dificultam ainda mais a simbolização, pois não há espaço para o sujeito dar sentido à experiência. Assim, o excesso de imagens e palavras “brutas” intensifica o trauma e promove o caos interno;

3. A desorganização psíquica: O excesso de ataques simbólicos e reais desorganiza o psiquismo. Isso se manifesta na sociedade contemporânea por meio de sintomas de angústia, ansiedade e sensação de desamparo. A fragilização dos mecanismos de defesa ocorre porque os ataques (violência, intolerância, racismo, etc.) se tornam frequentes e imprevisíveis, impossibilitando que o sujeito se prepare psicologicamente para enfrentá-los;

4. Infantilização e regressão social: o excesso de exposição a cenas catastróficas provoca uma espécie de regressão coletiva. As pessoas passam a reagir de forma infantilizada, buscando figuras de autoridade para lhes dar segurança. Esse comportamento é visível na busca por líderes autoritários, nos discursos simplistas e na dificuldade de lidar com a complexidade dos problemas sociais. As redes sociais, ao repetirem incessantemente o espetáculo da catástrofe, podem contribuir para essa regressão, pois incentivam reações emocionais imediatas e impensadas;

5. Dimensão coletiva do trauma. Enquanto o trauma psíquico individual está relacionado à experiência de um sujeito, a situação catastrófica é um trauma coletivo. O sofrimento não afeta apenas o indivíduo, mas também o corpo social. Assim, Seligman-Silva argumenta que, para tratar o psiquismo do sujeito, é preciso também abordar as condições sociais, políticas e econômicas que geram o sofrimento. Isso exige do psicanalista uma escuta ampliada que não se limite ao consultório, mas também inclua o contexto histórico e social em que o sujeito está inserido.

O Trauma, a Narrativa e o Ensaio⁸

Seligmann-Silva (2018) argumenta que a vivência do trauma é marcada por um processo dialético entre lembrar e esquecer, em que o sobrevivente tenta recordar para esquecer, mas não consegue (p. 63). Nesse contexto, a narrativa torna-se essencial para elaborar a experiência traumática. A elaboração (ou perlaboração) é o processo psíquico de integração e ligação associativa para lidar com excitações excessivas que podem gerar efeitos patogênicos. Ela permite a recordação e ressignificação do trauma, prevenindo o surgimento de sintomas. Sem essa elaboração, o traumatismo permanece no estado de angústia.

Semelhante ao trabalho do sonho, a elaboração secundária organiza os elementos incoerentes da experiência, preenchendo lacunas e conferindo inteligibilidade aos acontecimentos por meio de associações, condensações e deslocamentos. Na psicanálise, o trabalho com o trauma requer construções, permitindo assim que fragmentos sejam recuperados, elaborados e ressignificados. Para alcançar uma apropriação mais plena de si, é fundamental promover em análise a construção de narrativas, explorando linguagens mais criativas, como a literatura, a arte e a experiência onírica. Referindo-se a Auschwitz, Seligmann-Silva destaca que o sobrevivente enfrenta o desafio contínuo de transformar o testemunho em narrativa, articulando memória e história de forma a lidar com o impacto do trauma.

Krebs e Jochamowitz (2013) apontam que a narrativa tradicional está desaparecendo devido à “tecnificação da cultura”, que prioriza o conhecimento prático e utilitário, focado apenas no que é imediatamente disponível e aplicável. Nesse cenário, a narrativa, que antes preservava e transmitia experiências vividas de forma transformadora e significativa, cede espaço à simples transmissão de informações. Diferente da narrativa, as informações organizam os acontecimentos de forma instrumental, subordinando-os ao controle e à

⁸ Este título foi desenvolvido com base no artigo: Mori & Gui (2021). A escrita psicanalítica na pandemia do coronavírus: Tempos de elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 28 (3), p. 695-718.

funcionalidade. Para os autores, essa mudança provoca uma “catástrofe contemporânea”, na qual a linguagem é reduzida a um meio de transmissão de dados, esvaziando o testemunho vivo e direto, afastando a reflexão e enfraquecendo a autenticidade da experiência (p. 175). Nesse sentido, a narrativa, que antes criava laços de sentido e comunhão entre as pessoas, é substituída por uma comunicação objetiva e impessoal, que fragmenta as relações humanas e compromete a dimensão existencial da experiência.

Embora Freud tenha buscado, especialmente nos primeiros momentos de sua obra, um rigor científico para legitimar a psicanálise como uma ciência, sua escrita foi se tornando cada vez mais dialógica e aberta a interpretações. Essa característica aproxima sua produção do modelo de ensaio, ao escapar das classificações rígidas e ao se situar na fronteira entre diferentes gêneros literários, aproximando-se do encontro analítico.

A narrativa em forma de ensaio estabelece uma relação intrínseca com a psicanálise, tanto do ponto de vista histórico quanto teórico. Isso porque, ao transformar o próprio “eu” no palco da experiência do pensamento, os psicanalistas com suas palavras e escritas distanciam-se da suposta neutralidade garantida por teorias fechadas ou visões dogmáticas de mundo.

Pires (2018), organizador do livro *Doze ensaios sobre o ensaio*, oferece uma ampla reflexão sobre o gênero ensaio, explorando suas diversas facetas e abordagens. Propõe uma reflexão sobre sua capacidade de desafiar convenções e provocar novas formas de pensar. Pires destaca como o ensaio, ao contrário de outras formas acadêmicas ou científicas, recusa-se a oferecer conclusões definitivas. A proposta é uma exploração contínua que busca mais provocar a reflexão do que fornecer respostas prontas.

Para Starobinski (2018) em “É possível definir o ensaio?”, a escrita ensaística não se limita a uma definição fixa, pois envolve uma tentativa, uma busca, mais do que uma afirmação definitiva. A palavra “ensaio” em francês carrega a ideia de um experimento ou

uma tentativa, refletindo uma atitude de explorar, questionar e refletir, sem a pretensão de chegar a respostas finais ou absolutas. O autor também explora a complexidade e a riqueza do ensaio como um espaço de questionamento e experimentação, onde o autor não se propõe a estabelecer um ponto de vista dogmático, mas sim a criar um espaço para o pensamento crítico e a reflexão aberta. Essa característica do ensaio permite que ele seja tão diverso quanto os próprios temas e problemas que aborda, adaptando-se às circunstâncias e contextos em que é produzido. A escrita ensaística, então, reflete um diálogo contínuo com o objeto de estudo, permitindo uma multiplicidade de interpretações e enfoques. Essa visão do autor valoriza a flexibilidade e a pluralidade do ensaio, torna o gênero difícil de ser definido de maneira rígida, mas é precisamente essa característica que lhe confere sua força enquanto forma de expressão. O ensaio se torna, assim, uma prática de descoberta e envolvimento constante com o mundo, sem as amarras das verdades absolutas.

Starobinski (1818) refere-se a Michel de Montaigne (1533-1592) que, em seus *Ensaios*, introduz a escrita ensaística como um exercício de introspecção, reflexão e experimentação. O ensaio não é uma tentativa de estabelecer verdades universais ou argumentos definitivos, mas sim um processo de “tatear” e explorar ideias, como ele mesmo diz, “*escrever é uma forma de pensar*”. Ele usa o termo “*essayer*” (ensaiar) para indicar que seu propósito é testar, experimentar, e não encontrar respostas absolutas ou finais. Aborda temas relacionados à natureza humana, a moralidade, e a educação de forma pessoal e subjetiva, sem uma estrutura rígida ou conclusões definitivas. Montaigne vê o ensaio como uma forma de se entender a si mesmo e o mundo, uma escrita que se dá a partir de uma experiência contínua e de reflexão sobre a própria vida. Destaca que o ensaio é, antes de tudo, um caminho de autoexploração e aprendizado constante. A ideia de “*não saber*” ou de se mostrar vulnerável nas suas reflexões é uma característica marcante de seu estilo. A flexibilidade e a sinceridade do ensaio de Montaigne, portanto, são essenciais para a sua

concepção do gênero, que busca mais despertar o pensamento e a reflexão no leitor do que transmitir certezas. Essa abordagem influenciou diretamente a evolução do ensaio moderno, tornando-o uma forma literária mais aberta, dinâmica e pessoal. (pp. 13 a 26).

Segundo Adorno (2003), em "O ensaio como forma":

[O ensaio] não segue as regras do jogo da ciência e da teoria organizadas [...] o ensaio não almeja uma construção fechada, dedutiva ou indutiva. Ele se revolta sobretudo contra a doutrina, arraigada desde Platão, segundo a qual o mutável e o efêmero não seriam dignos da filosofia; revolta-se contra essa antiga injustiça cometida contra o transitório, pela qual este é novamente condenado no conceito. O ensaio recua, assustado, diante da violência do dogma, que atribui dignidade ontológica ao resultado da abstração, ao conceito invariável no tempo, por oposição ao individual nele subsumido" (p. 25).

A psicanalista Tania Rivera segue com a ideia de que o ensaio rejeita fórmulas prontas e verdades absolutas sobre o mundo. Em vez disso, “ensaia-se” e “tateia-se” um terreno que não se revela de imediato à compreensão. Nesse processo, o ensaísta não aplica teorias pré-estabelecidas, mas se aproxima do objeto, questionando-o e “dando-lhe voz” para que respostas possam emergir ao longo do percurso reflexivo. Além disso, o ensaísta se coloca “à prova”, disposto a experimentar e deslocar, ainda que minimamente, sua posição no mundo. (Rivera, 2017, pp. 13-14).

O ensaio pode ser uma forma particularmente eficaz de falar psicanaliticamente sobre o mundo e os acontecimentos traumáticos, pois se alinha com a natureza dinâmica e exploratória da psicanálise. A escrita do ensaio, como sugerido por Montaigne e outros pensadores, permite uma reflexão contínua, aberta e não linear, essencial para abordar os complexos processos psíquicos envolvidos no trauma. O ensaio, ao contrário de uma explicação rígida e conclusiva, pode refletir a multiplicidade de significados e interpretações que surgem a partir da experiência do trauma. Ele permite que o pensador *tateie* e *ensaie*

novas formas de entender o sofrimento. No contexto psicanalítico contemporâneo, a ideia de experimentar e questionar continuamente, em vez de buscar certezas absolutas, tal como sugere Rivera, pode ser vista como um método valioso para lidar com as experiências traumáticas. A escrita ensaística, ao se afastar de conclusões rígidas e adotar uma postura de investigação contínua, oferece uma forma mais fluida e transformadora de trabalhar com os afetos, os sintomas e os significados em torno do trauma.

Por fim, Horenstein (comunicado pessoal em 17 de outubro de 2024), em seu elogio ao gênero ensaístico do OP, destaca o acerto da escolha, ao eleger esse tipo de escrita para suas publicações:

Um formato que brinca, que investiga, um formato de quem escreve se implica, se envolve. É um formato de descoberta, talvez distante do rigor científico, mas muito mais alinhado ao pensamento psicanalítico, é o formato mais apropriado para narrar em psicanálise, sendo necessário que o OP surgisse em um determinado momento, e outras publicações como a Revista Calibán, da Fepal, que ajudam a superar essa dicotomia.

Como veremos a seguir, as reflexões nas escritas de ensaios pelos psicanalistas no OP têm contribuído para ampliar nossa compreensão acerca do mal-estar que nos afeta, caracterizando uma produção de conhecimento sobre a realidade circunstante. Por meio da análise de fenômenos caracterizados pela destrutividade frente às diferenças, esses profissionais dão continuidade à tradição inaugurada por Freud e se posicionam como psicanalistas-cidadãos. Dessa forma, desempenham um papel relevante na sociedade brasileira, que carece de discursos capazes de confrontar ações desprovidas de reflexão. Nossa postura ética implica sustentar no método psicanalítico essa nova moldura de análise e manter o nosso “[...] compromisso com valores de integridade, justiça, liberdade de pensamento e escolha pessoal.” (Wolfe, 2022, p. 29).

Busca-se uma linguagem que se aproxime, em seu estilo fluido, tateador, ao trabalho clínico da psicanálise, como veremos no título Observatório Psicanalítico Febrapsi: O Que Pensam os Psicanalistas.

O Acontecimento e o Observatório Psicanalítico Febrapsi

Acontecimento na Filosofia

A filosofia, desde suas origens, tem se ocupado de questões fundamentais sobre a natureza da realidade, da experiência e do lugar do ser humano no cosmos. Interessou-me pesquisar o tema do *acontecimento* – fundamental no OP, pois os acontecimentos de nossa época nos trazem questões para pensar entre nós e com outros saberes – e como ele comparece no pensamento filosófico. Abre-se, então, o diálogo do pensamento psicanalítico sobre o acontecimento como traumático.

Luiz Alfredo Garcia-Roza, filósofo e psicanalista, no texto introdutório ao livro *Freud e o Inconsciente* (Garcia-Roza, 2000), refere-se à construção do pensamento ocidental, a partir de Gilles Deleuze (1969/1974), no seu livro “Lógica do Sentido”, com o estabelecimento de uma *geografia* que pressupõe dois eixos: o da "verticalidade do conhecimento" e o da "horizontalidade dos acontecimentos". Sob esses dois eixos é possível caracterizar três diferentes imagens dos filósofos.

A primeira constitui o platonismo. Platão acreditava que o mundo em que vivemos (o mundo sensível) é apenas uma cópia imperfeita de uma realidade superior e imutável, chamada de Mundo das Ideias ou Mundo das Formas. As Ideias são entidades perfeitas e eternas que existem independentemente do mundo material; são a essência das coisas. O objetivo do filósofo platônico é atingir as alturas da Ideia, da Essência, do Inteligível, do Modelo (p. 10). A ideias em si vêm antes da forma concreta das coisas. Por exemplo, a ideia de *Justiça* ou de *Beleza* existe de forma pura e ideal no mundo das Ideias, enquanto as manifestações de justiça ou beleza que encontramos na vida cotidiana são apenas aproximações dessas formas ideais.

A segunda imagem do filósofo é a dos pré-socráticos, também sob o eixo vertical, valoriza a profundidade cujo objetivo é a *arché*, a origem. O discurso está voltado para

encontrar o princípio elementar da realidade. Havia uma busca de desmitologização a partir da ruptura entre o mito e a filosofia. São chamados de pré-socráticos, porque a história da filosofia contada pela primeira vez por Platão, estabelece Sócrates como um marco inicial da filosofia.

Enquanto a filosofia platônica e pré-socrática se organiza em torno de um dualismo vertical — com o mundo sensível e o inteligível (no caso de Platão) ou com a busca por uma verdade primordial nas profundezas (como nos pré-socráticos) — uma terceira imagem do filósofo, o pensamento horizontal, se apresenta. Nele, a verdade se manifesta na superfície dos acontecimentos, segundo eixo. Nessa terceira perspectiva filosófica, encontram-se os estoicos. Para eles a verdade não é uma essência imutável ou uma realidade escondida, mas um *acontecimento* que ocorre na relação entre forças, no jogo de eventos e encontros. Uma ontologia da superfície onde o sentido emerge da interação entre corpos, palavras e ações no aqui e agora, em vez de ser algo que transcende a experiência.

Para os estoicos, o universo é governado por uma lógica imanente (tudo ocorre aqui “em baixo”, no plano dos mortais, ou seja, não existe um outro mundo), onde o que importa é a aceitação dos eventos como parte de um destino maior. Eles valorizam a ação ética no presente, o que está em consonância com a filosofia dos acontecimentos. A verdade, para essa terceira imagem deleuziana, se encontra na imanência do acontecimento. O acontecimento é algo que se dá na superfície: é a dobra do tempo, do espaço e do sentido que acontece entre corpos e discursos, sem profundidade fixa, sempre fugaz e em transformação. Nesse sentido, o acontecimento não tem espaço no pensamento platônico, pois esse quer justamente superar o acidente do tempo. O tempo, na medida que passa, vai produzindo acidentes, as coisas que não estão no *script* fogem do esperado. E Platão quer encontrar justamente as regularidades que superam o tempo, que são iguais a si próprias, independentemente do tempo e do espaço. Platão não busca explicar o que acontece de

inaudito. Ao contrário, busca explicar aquilo que é absolutamente regular, aquilo que não encontra nenhuma exceção, a regra absoluta que ele vai chamar de *Modelo*. Trata-se, portanto, para Platão, de encontrar o modelo. Logo, o acontecimento é o inverso daquilo que Platão busca.

Os filósofos da superfície propõem, então, uma abordagem em que "as ideias gerais são abstrações que não expressam o ser das coisas, mas o pensamento dos homens sobre as coisas. O real só pode ser individual" (Garcia-Roza, 2000, p. 13). A partir dessa ideia, os eventos externos estão fora do nosso controle e nossa reação a eles é o que realmente importa, distanciando-se da ideia de um modelo geral. Eles se concentram na variação superficial dos acontecimentos, entendendo superfície como a dimensão em que esses fenômenos ocorrem. Para esses filósofos, o que existe são corpos que interagem entre si. De acordo com a física estoica, um corpo é causa em relação a outro corpo de algo que não é corpóreo, mas que resulta da interação entre os corpos. Esse algo é o que os estoicos chamavam de *incorporal*. Os incorporais, portanto, não são coisas ou estados de coisas, mas sim acontecimentos que ocorrem na superfície do ser, sendo meramente um efeito, um "quase-ser" (Garcia-Roza, 2000, p. 12)

Assim, a diferença na concepção física do mundo entre o pensamento platônico e estoico se reflete em uma divergência radical no plano lógico. Enquanto a dialética platônica se baseia na verticalidade dos conceitos, dividindo gêneros em espécies e selecionando cópias em detrimento dos simulacros, a lógica estoica se foca nos acontecimentos e rejeita a existência de Universais, Essências ou Ideias.

Essa lógica não se preocupa com a divisão dos conceitos ou com a adequação entre predicado e sujeito, mas com o sentido, o *incorporal*, ou o *efeito-acontecimento*. No mundo estoico, não há espaço para cópias nem para modelos, eliminando a distinção entre essência e aparência presente no pensamento platônico. Os estoicos adotam a perspectiva do *simulacro*,

que nega tanto o modelo quanto a cópia, rejeita o conceito de *Original*, desmantela hierarquias e escapa de qualquer fundamento fixo. Trata-se de uma crítica radical à metafísica ocidental tradicional, quando Deleuze (1969/1974) nos convida a pensar não em termos de essências, mas de processos, fluxos e eventos. Nessa horizontalidade, o filósofo não busca um fundamento eterno, mas está atento ao que emerge no presente, na superfície vibrante da existência dos acontecimentos.

Concluindo, a tensão entre o pensamento platônico e o estoico representa um eixo fundamental da história da filosofia. Enquanto Platão nos convida a transcender o mundo, os estoicos nos chamam a habitá-lo plenamente. Nos filósofos contemporâneos, essa dicotomia reaparece na forma de uma disputa entre a transcendência e a imanência. Freud, situado nesse campo filosófico, apresenta uma síntese intrigante: platônico na concepção de um inconsciente oculto e estoico na prática de aceitação das forças inconscientes que nos movem. A análise dessas tensões continua a iluminar o debate sobre o lugar da experiência e do acontecimento na filosofia e na psicanálise contemporânea.

Acontecimento para Deleuze e Derrida

Gilles Deleuze (1925–1995) foi um dos filósofos contemporâneos que mais profundamente elaboraram uma filosofia do acontecimento baseada na diferença e na repetição, rompendo com a lógica platônica da identidade. Para Deleuze, o acontecimento é aquilo que escapa à determinação, uma manifestação da criação contínua da vida. Assim, o acontecimento não é um simples fato ou evento localizável no tempo. Em vez disso, o acontecimento é imaterial, virtual e impessoal — ele pertence a um campo de forças e possibilidades que ultrapassa a subjetividade.

Deleuze diferencia o evento factual do acontecimento virtual. O filósofo aborda essa diferença principalmente em suas obras “Lógica do Sentido” (1974) e “Diferença e Repetição” (1968/2020), nas quais elabora uma distinção crucial entre o que se manifesta

empiricamente (no nível dos fatos) e o que opera no plano virtual (no nível do sentido e da potência).

Um evento factual refere-se ao que acontece no nível concreto, empírico e cronológico. É aquilo que pode ser percebido, localizado no tempo e no espaço. Os eventos factuais são específicos, ligados à materialidade do mundo e ao curso ordinário dos eventos. Algo que ocorre em um momento específico no tempo, como um acidente de trânsito ou uma perda de um parente. O acontecimento é uma virtualidade, uma zona de potencialidade, que pode se atualizar de diferentes formas. É um conceito, como diziam os estoicos, da ordem do incorporal. Ele não se refere a um fato isolado no tempo ou espaço, mas ao plano de significações, potencialidades e forças que transcendem o tempo cronológico. O virtual é real, mas não atual. Ele é como uma reserva de sentidos, algo que “poderia ter sido” ou “poderá vir a ser”, mas que não se esgota no acontecimento factual. Como exemplo, poderíamos pensar o conceito de “Revolução” enquanto um acontecimento virtual. Não é o fato X ou Y que determina a revolução enquanto acontecimento. Embora várias revoluções tenham ocorrido como eventos factuais (Revolução Francesa, Russa), o acontecimento “Revolução” contém um conjunto de significados, forças e potenciais que não se esgotam em nenhuma dessas manifestações particulares. (Pinto-Neto, 2024, comunicação pessoal em 28 de fevereiro de 2024)

A questão de como o acontecimento se relaciona com a subjetividade, o desejo e o inconsciente em Deleuze nos aproximam do pensamento freudiano. Enquanto Freud, às vezes, busca uma narrativa psíquica que reestabeleça a continuidade do eu, Deleuze dissolve a centralidade do sujeito em prol de fluxos, multiplicidades e intensidades. Para ambos o inconsciente é fundamentalmente produtivo. Ou seja, não é fixo ou estático. Para Freud, ele produz sintomas e fantasias; para Deleuze, ele produz fluxos de desejo e intensidades. Freud aborda a repetição através da compulsão de repetição do trauma. Deleuze, por sua vez,

transforma a repetição em um conceito criativo: o acontecimento pode se repetir, mas nunca da mesma maneira, pois cada repetição é uma atualização diferente do virtual.

Jacques Derrida (1930–2004), o filósofo da desconstrução, abordou o conceito de acontecimento de forma crítica e complexa em sua entrevista com Giovanna Borradori (2004, pp. 95-147) sobre o 11 de setembro. O filósofo explora a ideia do acontecimento como algo que desafia nossa capacidade de compreensão e simbolização. Ele problematiza se o 11 de setembro pode, por um lado, ser considerado um verdadeiro “acontecimento maior”, como proposto pela entrevistadora, ou, por outro lado, se se trata de algo que já estava inscrito em uma lógica simbólica anterior — uma previsão, uma antecipação, quase uma inevitabilidade. Isso levanta questões cruciais sobre o que constitui um acontecimento genuíno e como ele se inscreve na subjetividade e na memória.

Derrida, nessa entrevista (Borradori, 2004), está profundamente interessado na maneira como os acontecimentos se inscrevem na psique e na história, mas enfatiza a impossibilidade de capturar o acontecimento de maneira definitiva ou total. Para o filósofo, um acontecimento é algo que escapa à previsibilidade e à assimilação completa pelo pensamento. Um verdadeiro acontecimento não pode ser totalmente antecipado ou compreendido, pois envolve uma ruptura com o conhecido. No entanto, ele argumenta que, paradoxalmente, muitos acontecimentos considerados “maiores”, históricos e surpreendentes, (como o 11 de setembro) são, de alguma forma, pré-programados ou esperados. Isso levanta a questão: o que faz de algo um acontecimento verdadeiro? A lógica do inesperado. O filósofo insiste que o acontecimento genuíno é aquilo que rompe com toda expectativa e não pode ser assimilado pela linguagem ou pela memória pré-existente. Aponta que, mesmo antes de acontecer, o 11 de setembro, por exemplo, já estava inscrito em discursos, ficções e previsões. Portanto, ele sugere que o verdadeiro acontecimento não está na materialidade do

ataque, mas no abalo simbólico que ele gera — no modo como desestrutura nossas categorias de pensamento.

Como exemplo brasileiro, de um evento maior conforme Derrida, citamos o acontecimento ocorrido no estado do Rio Grande do Sul:

Derrida usa a expressão “acontecimento maior” (*event major*) para descrever “alguma coisa que acontece pela primeira vez e que ainda não sabemos realmente como identificar, determinar, reconhecer, ou analisar, mas que deveria ficar a partir de agora inesquecível: um acontecimento indelével no arquivo compartilhado de um calendário supostamente universal.” (Derrida in Borradori, 2004, p. 96). Ele explica que esta coisa, o local e o significado do *acontecimento*, permanece inefável, com um sintético sem conceito, uma unicidade sem qualquer generalidade no horizonte ou sem horizonte algum, fora do alcance para uma linguagem que admite sua impotência e é reduzida a pronunciar mecanicamente uma data. Assim não sabemos o fato que estamos dizendo ou nomeando, como o “11 de setembro”, conforme exemplifica Derrida. A brevidade do nome, um número, destaca o inqualificável, reconhecendo que não o reconhecemos ou sequer conhecemos, que ainda não sabemos como qualificar, que não sabemos bem o que estamos falando ou como aconteceu, mas sabemos que terá grandes consequências como no caso desta catástrofe no RS que tem sido chamada de “enchentes de maio” (Mori et.al., 2024).

Assim como Freud, que desenvolveu a noção de *Nachträglichkeit (a posteriori)*, Derrida vê o acontecimento como algo que não se dá de uma vez, mas que é constantemente reinterpretado e reatualizado no futuro. Ele reconhece a complexidade temporal dos acontecimentos. O filósofo fala da temporalidade espectral que torna o acontecimento um vir-a-ser: o fato em si que gera o acontecimento não se institui como plena presença, mas sempre repetido desde o primeiro ato. Nunca o compreendemos plenamente no momento em que

ocorre; ele se desdobra ao longo do tempo e está sempre aberto a novas interpretações. Isso se alinha com Freud, que argumenta que os traumas são frequentemente compreendidos retroativamente, em um processo contínuo de reelaboração.

Freud vê o acontecimento traumático como uma ruptura que excede a capacidade psíquica de simbolização no momento em que ocorre, levando à repressão e à repetição. Derrida se aproxima dessa ideia ao sugerir que o acontecimento é algo que nunca pode ser totalmente integrado no momento de sua ocorrência. Permanece como uma ferida aberta, algo que continua a agir e a se desdobrar ao longo do tempo. Como vimos, Freud descreveu como os traumas podem ser revividos e reinterpretados posteriormente, um conceito que Derrida também explora ao sugerir que o verdadeiro acontecimento nunca é fechado ou concluído. O acontecimento, como o trauma, tem um caráter inacabado, sempre sujeito a novas elaborações e ressignificações.

Derrida (2002), em *O mal do Arquivo*, se inspira em Freud ao explorar como o inconsciente funciona como um “arquivo” que mantém registros de acontecimentos passados, mas que não pode acessá-los de maneira plena ou definitiva. Sugere que o verdadeiro acontecimento deixa uma marca indelével que não pode ser totalmente apagada ou encerrada. Argumenta, tal como Freud, todo acesso ao arquivo sempre envolverá uma construção, ou até mesmo uma reconstrução daquilo que havia sido inscrito (Pinto Neto, 2013).

Se Freud concebe o acontecimento traumático como algo que afeta profundamente o sujeito e que deve ser elaborado para restaurar a continuidade psíquica, Derrida desloca o foco do sujeito individual para a estrutura simbólica que molda a maneira como os acontecimentos são percebidos e compreendidos. Para Derrida, o acontecimento nunca é puramente subjetivo, mas sempre mediado por linguagem, memória, técnica e cultura. Insiste que o acontecimento nunca pode ser totalmente assimilado ou encerrado, pois está sempre além da nossa capacidade de compreensão total, sempre aberto ao futuro. O que escapa é a

alteridade. Há sempre um outro que foge. Uma abertura radical, uma alteridade, uma oportunidade para repensar as estruturas de sentido e de simbolização (Pinto Neto, 2013).

Derrida oferece uma abordagem complementar ao pensamento psicanalítico.

Reconhece a natureza disruptiva do acontecimento, enfatizando, em diferentes medidas, a impossibilidade de assimilação completa, embora reconheça a importância da elaboração do trauma. Derrida radicaliza a ideia freudiana de que o acontecimento nunca é totalmente compreendido no momento em que ocorre, mostrando como ele permanece aberto à repetição, à interpretação e à transformação.

O Observatório Psicanalítico Febrapsi Como Acontecimento⁹

Ocorrem regularmente eventos que nos obrigam a reconsiderar o nosso trabalho, e a reconsiderar as relações entre nosso trabalho e o contexto no qual estamos trabalhando. Assim, a recente pandemia nos obrigou a pensar no trabalho psicanalítico on-line e na função da percepção dentro das sessões. Nasceram também reflexões sobre a distinção entre o corpo somático e o corpo sensível, o corpo sensual e erógeno; assim como sobre a criação do corpo como resultado da catexia libidinal na presença e na ausência de outro. Da mesma forma, guerras e regimes totalitários nos confrontam com os limites das possibilidades de praticar análise. Nossa preocupação é continuamente desafiada pelas mudanças climáticas, pela fome mundial, pela migração de populações inteiras, pelo esgotamento de recursos e pela extinção de espécies. A elaboração da qualidade traumática se tornou fundamental para os psicanalistas. O desafio de manter a saúde mental e continuar a desfrutar a vida sem se refugiar na negação é uma das missões da psicanálise em relação à civilização (Chervet, 2024).

⁹ Texto apresentado na Mesa do Observatório Psicanalítico, no 35º Congresso da Federação de Psicanálise da América Latina (Fepal), ocorrido em outubro de 2024, no Rio de Janeiro, sobre o tema *Intolerância, Fanatismo e Realidade Psíquica*. Parte desse conteúdo foi discutido pela equipe de Curadoria nas nossas reuniões das terças-feiras. Na época faziam parte do grupo as psicanalistas: Ana Valeska Maia, Gabriela Seben, Giulina Chiapin, Gizela Turkiewicz, Helena Cunha Di Ciero, Lina Schlachter, Vanessa Corrêa e eu como coordenadora.

Acontecimentos contemporâneos

- Um homem branco sufoca um homem negro até a morte;
- Meninas e adolescentes são torturados e mortos por facções criminosas;
- Enchentes colapsam cidades e cresce o número de mortos e desabrigados;
- Uma pandemia avança, adoecemos e perdemos pessoas, os atendimentos psicanalíticos passam a ser remotos;
- Cresce a invasão de fake news nas redes sociais;
- Um grande grupo extremista invade Brasília e depreda prédios públicos;
- Notícias sobre fanatismos e intolerâncias invadem o cotidiano;
- Uma exposição de arte é censurada;
- Uma guerra estourou;
- Outra guerra estourou;
- Lideranças extremistas são eleitas no Brasil, na América Latina, no mundo;
- O Brasil retoma a democracia com novas eleições para presidente;
- Uma comunidade indígena é atacada;
- Queimadas se alastram e destroem florestas, parques ecológicos, ecossistemas...
- A tentativa de golpe em 2022 foi confirmada. Trinta e sete pessoas foram indiciadas...

“O que aconteceu? Como isso foi acontecer?” “Difícil acreditar no que está acontecendo!” Se começamos a falar a partir de acontecimentos, expressões interrogativas e assombros é porque, em nossa dinâmica de trabalho no Observatório Psicanalítico da Febrapsi, o acontecimento tornou-se nosso companheiro.

Acontecimentos inquietam. Instigam perguntas. Forçam caminhos que conduzem a alguma elaboração. Todavia, antes das perguntas brotarem, antes das palavras ganharem

corpo, o que vem primeiro é o inesperado, o espanto, o impacto. Com o susto, um gesto exclamativo aparece. A exclamação surge, assim, como o primeiro gesto filosófico.

O acontecimento é entendido de diferentes maneiras, segundo os filósofos mencionados mais acima neste trabalho. Algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas. Ou, então, como algo que não é simplesmente um fato ou evento, mas uma multiplicidade de forças em movimento, algo que altera o curso das coisas e que está sempre em processo de *vir a ser*.

Muitas vezes, para quem se propõe a pensar, os acontecimentos roubam as palavras, como se a exclamação nos amarrasse, amordaçasse, tributasse uma espécie de perplexidade muda. “Como essa situação pôde acontecer, de novo?” Nas entrelinhas dos acontecimentos, um eco denso de repetição preenche o espaço, e diz: em histórias coloniais, como a nossa, latino-americana, muitos passados não passaram.

Além das marcas coloniais presentificadas, os acontecimentos com os quais nos confrontamos atualmente são galopantes e cada vez mais complexos. Nesse sentido, talvez seja urgente indagar por qual ótica estamos pensando e reagindo aos desafios que nos interpelam. Como psicanalistas, acostumamo-nos a mirar os acontecimentos que nos afetam por determinados tipos de lentes. Muitos dos elementos que trazem nitidez a essas lentes vêm de um conjunto de teorias, práticas clínicas e experiências institucionais que nos constituem como psicanalistas. Entretanto, ao mesmo tempo que nos habituamos a perceber o mundo por uma lente psicanalítica, corremos o risco de deixar de notar o que está sendo mostrado por outras perspectivas.

Azoulay (2024) propõe rever a história pelo processo de desaprender, recuperando ontologias políticas que rejeitem taxonomias imperiais. Esse é um método que implica o questionamento de nossos hábitos. Em nosso caso, envolve o questionamento acerca da precisão das lentes que nos constituem como psicanalistas na contemporaneidade. Ao

seguirmos por esse caminho, pensamos estar tensionando o que se acomodou, o que foi fossilizado por um tom de certeza sobre o que a psicanálise é. Confrontar discursos pétreos é, também, um compromisso ético, sobretudo quando propomos indagar o que é uma psicanálise latino-americana. Ao lançarmos a dúvida, semeamos um potencial de criação sobre o que uma psicanálise latino-americana poderá *vir a ser*.

E as psicanálises, são muitas. Embora suas raízes estejam fortemente associadas à Europa, especialmente ao trabalho de Sigmund Freud na Áustria e de outros psicanalistas europeus, a psicanálise se adaptou e evoluiu de maneiras específicas nos contextos culturais e históricos do Brasil e dos demais países da América Latina, marcados por ditaduras, desigualdade social, violência e pobreza, fatores que influenciaram profundamente a prática e a teoria psicanalítica na região. Esses fatores levaram à incorporação de questões de ordem social, política e econômica na compreensão do inconsciente.

Muitos psicanalistas latino-americanos foram influenciados por teorias críticas, tais como o marxismo e a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que enfatizam as dimensões sociais e políticas da vida psíquica. Isso levou a uma psicanálise mais engajada socialmente. A psicanálise em nosso continente também se mesclou com tradições culturais locais, como o pensamento indígena, afro-latino, outras influências culturais e, especialmente nos últimos tempos, vem se desafiando a criar uma abordagem híbrida e única. Durante as ditaduras militares em países como Argentina, Chile e Brasil, a psicanálise foi encarnada como uma forma de resistência, ajudando a compreender e enfrentar a repressão e o trauma social. Poderíamos citar vários colegas que desde Enrique Pichon-Rivière, na Argentina, desenvolveram suas próprias teorias e métodos que se tornaram centrais na prática psicanalítica na região.

Portanto, perante os acontecimentos que nos atingem, e levando em consideração o crescimento de fanatismos e intolerâncias que impactam realidades psíquicas e professam a

lógica de uma perspectiva que silencia, inviabiliza e destrói tudo o que é diferente, propomos um percurso pelos caminhos de criação e desenvolvimento do Observatório Psicanalítico. Ao propormos a ideia de *caminhos*, damos destaque ao que foi realizado, mas, sobretudo, ressaltamos *o por fazer*.

Acontecimentos no Observatório Psicanalítico

Deleuze (1974) nos ajuda a pensar o acontecimento no Observatório Psicanalítico tanto como evento factual, atual, singular, concreto e finito que nos acontece em determinado tempo e espaço, quanto como o acontecimento virtual, contínuo, infinito e sempre aberto a novas interpretações, ou seja, como uma condição potencial, um campo de possibilidades que pode ou não se atualizar. A cada ocorrência entre as múltiplas ocorrências do cotidiano, certos eventos saltam aos olhos e demandam essa atitude de atribuição de sentido que reconheça a sua dimensão *acontecimental*.

No OP não *banalizamos* e nem *naturalizamos* certos fatos, tratando de maneira passiva como vemos muitas vezes a mídia se comportando. Ao contrário, ao não deixar passar com indiferença fatos que se repetem, como situações de assassinatos de jovens negros e periféricos ou então de mulheres pelos seus companheiros, por exemplo, buscamos salientar que cada morte é a intensificação da repetição e, portanto, deve ser tratada como um acontecimento. Dai, a proposta do OP o de acontecimentralizar fatos!

Interessa ao Observatório os dois tempos distinguidos por Deleuze: o tempo cronológico (*Cronos*), onde os eventos factuais ocorrem, e o tempo do *Aion*, o tempo do devir, onde os acontecimentos virtuais residem. Seguimos Deleuze que propõe que a realidade não é feita apenas de fatos, mas de acontecimentos que escapam à linearidade do tempo, o real constituído por virtualidades que estão sempre se atualizando de formas diferentes. Rompe, portanto, com a tradição que busca verdades substanciais e eternas,

deslocando a filosofia da busca por essências para a valorização do devir, excedendo sua manifestação atual.

O acontecimento não é apenas algo que ocorre com um sujeito, mas uma mudança contínua no próprio tecido da realidade. O acontecimento cria novas realidades, novos modos de ser, novos sentidos. O sujeito não está no comando do acontecimento; ele é apenas um efeito provisório de forças maiores e mais amplas.

O desassossego diante dos acontecimentos está no nascedouro do Observatório Psicanalítico. Exemplificamos: Antes do OP ter seu início público, dois acontecimentos emergiram no cerne da sua constituição: o *impeachment* de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, e o Congresso da Fepal, realizado em setembro do mesmo ano (Mori, 2018a; Mori, 2018b; Mori, 2020). A resposta produzida no Congresso à forma indiferente como o evento político foi tratado pelas instituições psicanalíticas disparou o desejo de produção desse agenciamento coletivo.

Curioso observar como já no primeiro ensaio publicado constava a afirmação de que nosso rumo só seria possível em uma rede com diversidade. O psicanalista Roosevelt Cassorla (1945-2024) afirmou nesse primeiro ensaio: “desde que nos juntemos a outras disciplinas, temos que participar da política, no sentido de organização da convivência na pólis” (Cassorla, 2017).

Desde o começo, o OP tem buscado ser um fórum aberto e igualitário. Um território comum, como uma *ágora*, no qual o debate de ideias desencadeadas pelo impacto dos acontecimentos frutifica e flui em uma perspectiva psicanalítica associada a contribuições vindas da pesquisa de outros campos da cultura. Antes do OP, uma rede de compartilhamento para a troca de ideias entre os psicanalistas, em larga escala, só era possível em momentos pontuais, como quando nos encontrávamos em simpósios, jornadas ou congressos. Nesse sentido, passamos a entender as conversas no OP como um "congresso permanente" (Mori,

2020), por meio de comentários que se sucedem no grupo de e-mails a partir da publicação de um ensaio que serve como disparador desse pensar juntos, definido como um dos "tempos de elaboração" (Mori & Gui, 2021).

E tal como um congresso, o OP abre-se para a conexão com outros países. Se há um mapa, uma convenção que afirma a América Latina como uma só, não podemos nos esquecer das diversidades que estão em cada um dos países que a integram. São elas que desenham um rumo cartográfico, um fazer em movimento incompleto, composto de narrativas, costumes, paisagens, simbolismos, cromatismos, texturas, cheiros, sonhos, memórias. Essa diversidade se espalha pelo mundo, ao mesmo tempo que é ameaçada e soterrada por construções que, por longo tempo, se quiseram totalizantes e que ainda continuam a bombardear hegemonias. E nessa diversidade emergem acontecimentos.

Azoulay (2024) explicita o termo “descuido do mundo”, uma espécie de descuido ativo, engendrado, uma estratégia constitutiva da cidadania imperial. Para combatê-lo, defende a concidadania: um conjunto de pressupostos e práticas partilhados por diversas pessoas – inclusive estudiosos – que se opõem ao imperialismo, ao colonialismo, ao capitalismo racial.

Nossa época incerta ainda nos confrontará com acontecimentos atordoantes. Se o imperialismo fez proliferar um descuido do mundo, convém pensarmos sobre o que fazer além do que já fizemos, conhecer o que ainda não conhecemos. Nesse sentido, talvez as possibilidades latentes estejam na sensibilidade para captar uma coletividade esquecida e que possa ser reinventada. Quem sabe, como psicanalistas, possamos ser também mais criativos, mais artistas, mais curadores do mundo? Talvez possamos nutrir uma ideia de uma psicanálise aberta para campos criativos em movimento, mais do que com obras expostas de forma fixa em museus. Desse modo, desenvolver um rumo para uma forma que ainda não existe. Foi assim o começo do OP, um ato de criação a partir do acontecimento, que continua

a fazer um caminho. Ao tornar-se um lugar coletivo, um espaço de criação para um grande grupo em uma rede colaborativa, o OP não apenas reage ao que aconteceu.

Às vezes, o OP faz mais do que isso: ele é o acontecimento.

Capítulo 2

Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP): Criação, Desenvolvimento e Estado

Atual¹⁰

A Febrapsi congrega, até a data de hoje, 15 sociedades e quatro grupos de estudos, totalizando 19 instituições psicanalíticas, em 10 estados e o Distrito Federal, filiadas à IPA e a Fepal. No Brasil são 2421 pessoas vinculadas à Febrapsi, sendo 1003 membros em formação e 1418 membros associados e efetivos.

Ao criar, em 2017, o Observatório Psicanalítico, a Febrapsi assumiu mais uma iniciativa para inserir-se no debate público psicanalítico, dialogando com outros campos da cultura sobre o mundo em que vivemos. A rede participativa OP tem crescido também com o ingresso de psicanalistas de outras sociedades internacionais vinculadas à Fepal e IPA.

Essa projeção do OP na psicanálise, também internacional, deve estar ocorrendo também pelo reconhecimento do Observatório, em 2023, pela *IPA The World Community Awards*¹¹, como citado anteriormente, de trabalhos realizados por psicanalistas junto à comunidade, em diversos campos: educação; saúde; preconceito, discriminação e racismo; emergência e crises; organizações humanitárias; paz; ações contra a violência; psicanálise & lei; e cultura¹² (área de premiação do OP).

O crescimento de projetos psicanalíticos voltados para as comunidades e os temas dos congressos, nos anos recentes, demonstram progressivo engajamento dos psicanalistas nos debates da pôlis. São modos de intervenção na medida em que, quando acionados, contribuem para que a sociedade também reflita sobre si mesma.

De acordo com a proposta original (Albuquerque et al., 2017) o OP foi criado para

¹⁰ Parte deste texto baseia-se nos artigos: Mori, M. E. & Gui, R. T. (2021). A escrita psicanalítica na pandemia do coronavírus: Tempos de elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi. Revista de Psicanálise da SPPA, 28 (3), pp. 695-718; Mori, M. E.; Lazzarini, E. R.; Seidl, E. M. F. (No prelo). Observatório psicanalítico Febrapsi: o que pensam os psicanalistas. Aprovado para publicação na Revista Brasileira de Psicanálise.

¹¹ https://pt.ipa.world/en/Awards_and_Prizes/Awards_Prizes.aspx?AwardsAndPrizes=2

¹² https://pt.ipa.world/en/Awards_and_Prizes/Award_Pages/Community_Awards/IPA_In_Culture.aspx

intervir em dois eixos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – *Eixos e Objetivos do Observatório Psicanalítico Febrapsi (OP)*

Eixos	Objetivos
Eixo 1 – olhar psicanalítico sobre os eventos críticos do mundo contemporâneo	<p>Registrar o olhar psicanalítico sobre os acontecimentos (do âmbito nacional e internacional) da contemporaneidade identificados por um grupo da Diretoria de Comunidade e Cultura (DCC)/Febrapsi e aberto para análise e debate de todos os membros da Federação.</p> <p>Contribuir para que a Psicanálise esteja presente nos acontecimentos do mundo e transformar esses eventos em analisadores das circunstâncias em que vivemos.</p>
Eixo 2 – olhar psicanalítico sobre a vida institucional da Febrapsi e suas federadas	<p>Tornar a DCC impulsionadora da dinâmica institucional da Febrapsi.</p> <p>Identificar as boas práticas das federadas que têm provocado mudanças na cultura institucional tanto no campo da gestão dos processos de trabalho quanto no modo de operar a clínica (individual, grupal, institucional).</p>

Após a sua aprovação pela Diretoria (gestão 2016–2017), o primeiro grupo-editor composto pelos criadores do OP, responsabilizou-se por: 1) Monitorar os acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais do Brasil e do Mundo que nos impactam e abrem espaço para a palavra de psicanalistas; 2) Convidar colegas da Febrapsi para elaborar esses acontecimentos, por meio da escrita de ensaios, e 3) Divulgá-los no *Facebook* e site da Febrapsi, após processo de editoria desses textos.

À medida em que o OP foi se tornando conhecido, os acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais passaram a ser identificados também pelos próprios psicanalistas, que passaram a contribuir espontaneamente no envio de seus textos, ao tempo em que se manteve o convite para outras colaborações. Para apoiar (com críticas e sugestões) as ações do grupo-editor e comentar os ensaios publicados, criou-se um grupo virtual complementar: o *Grupo Google de emails* – o GG – com a participação dos psicanalistas interessados na articulação da psicanálise com a cultura, a política e a instituição. Hoje, 2024, são cerca de 684 psicanalistas que participam espontaneamente desse grupo.

O *modus operandi* da equipe de editoria foi se transformando paulatinamente. Em maio de 2021, a partir da experiência de condução desse processo de trabalho, o grupo editor passou a exercer a função de *curadoria* que, por analogia ao trabalho realizado em exposições de artes, assumiu um novo papel, além de se responsabilizar pela edição dos textos e estimular a produção de vários lugares do Brasil e de outros países: agrupa, articula, organiza os ensaios e vai tecendo um fio entre eles; a publicação não ocorre mais por ordem de chegada, mas define o melhor momento de sua exposição, fazendo assim o texto chegar ao leitor com a “oportunidade e beleza que o ensaio comporta” (Mori & Gui, 2021, p. 709)

Nesse processo criativo, surgiu o editorial *Sódepois*, assinado pelos membros da Curadoria do OP. O objetivo é estimular a (re)leitura dos ensaios do mês e propor novas questões. Publicado nos primeiros dias do mês seguinte, o Sódepois buscar ampliar o olhar psicanalítico, ao incluir eventos impactantes ocorridos no Brasil e no mundo, não abordados nos ensaios. A rigor, seguindo o mesmo estilo ensaístico, representa um meta-ensaio. O termo Sódepois foi inspirado no conceito alemão *Nachträglich*, usado por Freud (1894/2006), referindo-se à temporalidade em psicanálise, ao processo pelo qual eventos traumáticos ganham significação para o sujeito apenas num momento posterior.

Em março de 2022, a equipe de Curadoria lançou o *podcast* Mirante, a rádio OP, como mais uma estratégia de clínica extensa. Este dispositivo busca conectar a psicanálise a outros campos do conhecimento, proporcionando um acesso mais amplo do pensamento psicanalítico por meio da escuta de diálogos entre psicanalistas e convidados de diversas áreas. O *podcast* destaca a capacidade dos psicanalistas de oferecer insights, para além de seus consultórios, proporcionando uma escuta valiosa para um público crescente interessado na relação do pensamento psicanalítico com as questões que afligem a vida cotidiana.

O processo de elaboração sobre a época em que vivemos no OP é descrito em seis tempos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - *Tempo dos Acontecimentos e de Elaboração Secundária no OP*

Tempo	Definição
Zero	Aquele dos acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais que nos afetam e demandam o olhar psicanalítico.
Um	Ensaios de caráter autoral que expressam a elaboração da experiência pessoal dos autores com o acontecimento.
Dois	Diálogo dos psicanalistas com profissionais de outros campos do saber, no Podcast Mirante.
Três	Comentários e elaboração coletiva dialógica entre os pares no grupo de e-mails (GG).
Quatro	Acesso do leitor às elaborações, por meio das mídias sociais utilizadas pelo Observatório.
Cinco	Elaboração da equipe de curadores na escrita de editoriais, o Sódepois.

Tempos de Elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi¹³

Tempo Zero – Acontecimentos

O conceito de *tempo zero* na filosofia é interpretado de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do filósofo que o aborda. Em geral, refere-se a um momento inaugural, um marco de origem ou ruptura radical em que algo novo emerge, interrompendo uma continuidade anterior. Cada filósofo atribui ao conceito nuances que dialogam com seus projetos teóricos e problemáticas.

O *tempo zero* pode ser entendido como um ponto de partida absoluto, um *início* no sentido ontológico ou histórico. Esse conceito é frequentemente associado à ideia de gênese ou criação, um momento em que algo surge do nada. Por exemplo: Martin Heidegger (1889 – 1976), no seu livro “Ser e Tempo” (1927/2005), explora a noção de início na relação com o *ser*, onde o *início* não é cronológico, mas ontológico, marcando a abertura do ser para o tempo e a existência.

Na fenomenologia, o *tempo zero* pode aparecer como o *agora radical*, o instante presente que é vivido em sua plenitude, desprovido de referências ao passado ou futuro. Essa ideia pode ser associada à suspensão fenomenológica (*epoché*) descrita por Edmund Husserl (1859 – 1938) em seu livro *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Livro I: Introdução geral à fenomenologia* (Husserl, 1913/1996).

No existencialismo, o *tempo zero* pode ser entendido como o momento em que o indivíduo assume plena responsabilidade por sua existência, rompendo com as condicionantes passadas. Jean-Paul Sartre (1905 – 1980), em “O Ser e o Nada” (Sartre, 1943/1997), sugere que o ser humano é “condenado a ser livre” e o momento em que se reconhece essa liberdade pode ser visto como um tempo zero existencial.

¹³ No artigo Mori & Gui (2021), o podcast Mirante ainda não havia sido criado, razão pela qual os tempos do OP eram apenas cinco. Com o seu surgimento, os tempos foram acrescidos e reorganizados em número de seis.

Em abordagens mais ligadas à filosofia contemporânea, o *tempo zero* pode ser visto como um momento de descontinuidade ou de quebra de paradigmas. É o instante em que as formas anteriores de pensamento ou prática são radicalmente transformadas. Michel Foucault, em “Arqueologia do Saber” (1969/2012), por exemplo, aborda a ideia de “rupturas epistêmicas” em suas análises sobre a arqueologia do saber, momentos em que novos regimes de verdade emergem e redefinem completamente o conhecimento. No pensamento de Guattari e Deleuze (1975/2014), especialmente na ideia de agenciamento, o *tempo zero* pode ser entendido como o momento em que ocorre a *desterritorialização*, ou seja, a ruptura com um território ou sistema preexistente, criando a possibilidade de novas conexões, fluxos e subjetividades.

O *tempo zero* pode ser também relacionado à noção de evento (*événement*) segundo Alain Badiou (1937 –), em “O ser e o evento” (Badiou, 1988/2018), que é uma irrupção inesperada, que rompe com o estado normal das coisas, e instaura uma nova possibilidade, transformadora, que redefine as coordenadas do existente. O evento instaura uma nova verdade, uma nova situação.

O *tempo zero*, portanto, é um conceito que aponta para o novo, o inaugural, o transformador, uma desterritorialização. Ele pode ser pensado como um momento fundante ou disruptivo, seja no plano da história, da subjetividade, ou das estruturas de pensamento. No OP, consideramos como *tempo zero* aquele dos acontecimentos que nos impactam, situações públicas protagonizadas tanto por sujeitos quanto por instituições.

O filósofo e psicanalista Slavoj Zizek (1949 –), no livro *Acontecimentos* (Zizek, 2017), também explora o significado desse conceito, ao se questionar se somos agentes de nossos próprios destinos e o que precisamos fazer para ter a percepção de que algo realmente existe num mundo em constante mudança. O autor entende o acontecimento como “algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural

das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce” (p. 8).

A amplitude dos acontecimentos abordados pelo Observatório tem abrangido, desde a pandemia do coronavírus e suas intercorrências, no período de 2020 – 2023, obituários (personagens nacionais dos diversos campos da cultura, inclusive psicanalistas), o racismo estrutural e suas manifestações contemporâneas, as vicissitudes da política brasileira, a diversidade de gênero, a violência contra crianças e mulheres, a análise de filmes, de obras de arte e literatura; ecologia e clima. Ganham especial destaque as ações reparadoras promovidas por algumas instituições psicanalíticas para o acesso de pessoas pobres, pretas, imigrantes e indígenas na formação de psicanalistas, tal como proposto recentemente pela Febrapsi com a criação da Comissão de Estudos sobre Racismo e Práticas Antirracistas.

Assim, o conceito de *tempo zero* como *acontecimento* foi estendido no OP para os eventos que pedem o olhar psicanalítico. Os psicanalistas escritores se vêm convocados, portanto, não apenas a tratar de assuntos com potencial traumático e que produzem mal-estar, mas também daqueles que promovem a pulsão erótica civilizatória expressa nas artes, nas ações solidárias, no avanço do conhecimento científico, nas políticas sociais, os quais conduzem ao bem-estar subjetivo e coletivo. Em resumo, o OP volta-se tanto para os acontecimentos – no tempo zero – com potencial destrutivo do laço social (impulsionados pela pulsão de morte), quanto para o trabalho criativo realizado por Eros (gerados pela pulsão de vida), sendo que ambos trazem impactos à cultura e à civilização.

O *Tempo Zero*, portanto, assume dois níveis de convocação: análise e intervenção.

Como exemplo de como o acontecimento nos atravessa e pode produzir conhecimento no OP, citamos o editorial *Só depois* produzido pela equipe de Curadoria, por ocasião das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024:

Diante do impacto desse acontecimento maior, algo também inédito no OP aconteceu: nossa equipe da curadoria, em solidariedade e respeito aos colegas do RS, decidiu focalizar o nosso olhar para o acontecimento que se impôs com tanta força e violência que interrompeu o curso dos rios de palavras que corriam entre nós. Uma inundação que afetou não só o Rio Grande do Sul, mas a todos nós, brasileiros, com estranhas sensações e sentimentos de impotência e vulnerabilidade. Abrimos um espaço para acolher a dor daqueles que foram diretamente afetados, bem como para a divulgação de iniciativas de ajuda à população gaúcha. Priorizamos as publicações sobre temas relacionados a essa situação de emergência, ratificando o papel do OP na sua função de elaboração, do resgate das palavras que possibilitem que nossas vozes se unam diante do indizível. Foi um mês cheio de água e escrita. Onze textos, muitos comentários, colegas gaúchos e de outras regiões faziam-se presentes neste solidário processo de pensar coletivo. De mãos dadas. Laços de palavras (Mori et. al., 2024).

Tempo Um – Os Psicanalistas Escrevem seus Ensaios

Psicanalistas, convidados pela curadoria do OP ou de forma espontânea, escrevem sobre acontecimentos contemporâneos que demandam elaboração.

A escrita psicanalítica pode ser distinguida da escrita do psicanalista? Todo escritor, psicanalista ou não, escreve a partir de si, mas não apenas sobre si. Sua subjetividade funciona como filtro que transforma os acontecimentos em contornos e significados. O psicanalista-escritor, ao buscar escrever psicanaliticamente, baseia-se em seu conhecimento, práxis e tradição, remetendo ao estilo fundado por Freud.

No entanto, quem escreve é sempre um ser situado em seu contexto sócio-histórico, atravessado por ele. Assim, sua escrita reflete tanto a subjetividade individual quanto o contexto coletivo, sendo inevitavelmente marcada pelo fato de ser escrita de um psicanalista.

No Observatório, as produções dos psicanalistas são sustentadas por sua formação e práxis, conferindo-lhes o caráter de escrita psicanalítica. Contudo, o OP valoriza que essa escrita seja livre, autoral, opinativa e nutrida pelas emoções e contratransferências do autor diante dos acontecimentos. O ensaio, enquanto forma de expressão, é especialmente adequado para essa abordagem.

Como afirma Giovannetti (2012): “Ninguém, em tempo ou lugar algum, terá a última palavra sobre a Psicanálise” (p. 248). Afinal, tanto a Psicanálise quanto a subjetividade estão entrelaçadas à dinâmica do contexto sócio-histórico em constante transformação.

Sete anos após a criação do Observatório Psicanalítico, chegamos ao ensaio de número 500. Dado o impacto desse acontecimento (afinal, atingir esse marco nos pareceu de grande importância, por demonstrar a potência desejante dos psicanalistas em manter o fluxo de elaborações), a Curadoria decidiu assumir a autoria do ensaio “OP 500: a escrita como acontecimento”. Citamos um trecho do texto, a seguir, com a finalidade de mostrar a potência do “acontecimento que se autonomeia” (Derrida, 2004):

Hoje chegamos ao ensaio de número quinhentos. Como um observatório astronômico que se abre para o universo através dos céus, o OP tem sido um espaço de abertura do nosso olhar para outros universos, ora com grandes angulares, ora com lentes microscópicas. Uma multiplicidade de vozes e olhares que se voltam para o mundo e aqui se expressam, como numa sinfonia de acordes dissonantes, em que o resultado é inesperado e, ao mesmo tempo, vai-se compondo como obra única de autoria coletiva. Um *folhear de páginas* por esses ensaios nos permite perceber o caráter autoral que brota de cada um deles. A escrita nasce da experiência e, pelo menos neste espaço, não poderia ser diferente. Nossos autores são psicanalistas que habitam e coexistem em seus mundos, cidades, comunidades e que, afetados pelo acontecimento, põem a mão na massa e escrevem, em busca de sentido, de testemunho, de elaboração. Somos

parte de nossos acontecimentos e não meros observadores assépticos de nossa civilização (Mori et. al., 2024).

Tempo Dois – O Mirante

– O que é Podcast?”, pergunta-nos Luiz Meyer (SBPSP).
– É como um programa de rádio, Luiz. É como uma estação de rádio que ‘toca’ entrevistas, palestras, notícias ... você ouve no celular, no carro, no chuveiro, rsrs, é uma maravilha!”, responde prontamente Cíntia Xavier de Albuquerque (SPBsb).

A seguir, comenta Mayarê Baldini (SPBsb):

– Eu sou nascida em 88 - junto com a nossa Constituição - então cresci junto com a Internet. Ensinei meus pais a usarem computador, meus avós a enviarem mensagens no WhatsApp... gosto muito das tecnologias. Sinto que elas têm grande capacidade de nos aproximar, se soubermos utilizá-las bem. Esperei e torci por esse momento de encontrar o OP e a Febrapsi no *Spotify*. Que orgulho! Me fez lembrar das transmissões do Winnicott falando de psicanálise na BBC de um jeito tão palatável e acessível.

Iniciamos com um recorte de comentários do grupo de e-mails (GG) do Observatório Psicanalítico – ocorrido no dia 09 de março de 2022, quando lançamos essa nova plataforma de conteúdo, o Mirante, o podcast do OP – por considerarmos que ele nos aponta para a relevância do uso desse dispositivo, cada vez mais expressivo em nossos meios de comunicação.

Como vimos, o OP nasceu como uma publicação digital, em que se analisam acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais, da sociedade brasileira e, mais amplamente, do mundo. Inspirado em Winnicott, e suportado pela tecnologia digital disponível em nosso tempo, o OP expandiu-se por meio de um *podcast*, ampliando-se o acesso do público em geral, bem como as reflexões produzidas no grupo de psicanalistas da Febrapsi, no diálogo com profissionais de outras áreas.

A criação do Mirante levou em consideração o fato do Brasil estar no topo do *ranking* mundial de consumo de *podcasts*, segundo pesquisa realizada pela DataReportal (2023): “42,9% dos brasileiros com acesso à internet, na faixa etária de 16 a 64 anos, escutam podcasts semanalmente”. Além disso, “estimativas recentes do Ibope, referentes ao início de 2023, apontam que aproximadamente 8% da população total do Brasil, o que corresponde a mais de 34 milhões de pessoas, são ouvintes regulares de podcasts.” (<https://exame.com/tecnologia/estudo-do-spotify-revela-que-audiencia-de-podcasts-e-35x-maior-nos-dias-uteis/>).

Conforme mencionamos na Introdução deste trabalho, e ressaltado por Mayarê, na citação mais acima, temos em Donald Woods Winnicott (1896 – 1971), pediatra e psicanalista inglês, um exemplo de comunicação aberta com o público leigo, em um programa radiofônico, realizado na Rádio BBC entre os anos de 1939 e 1966 – durante e após a Segunda Guerra Mundial –, numa série de conversas dirigidas aos pais, intitulada *Happy Children* (Mori & Boianovsky, 2022).

O Mirante é, portanto, mais uma estratégia de expansão da Psicanálise para além do consultório, como queria Fábio Hermann com suas ideias de psicanálise extensa.

A equipe de Curadoria identifica interlocutores de outros campos da cultura para o diálogo no *podcast*, elabora o *briefing* da conversa sobre algum acontecimento contemporâneo, coordena e edita o fluxo das conversas. O Mirante encontra-se disponível nos tocadores de áudio¹⁴.

¹⁴ Para acessar o podcast Mirante:
SPOTIFY: <https://open.spotify.com/episode/3ftMXhjBSe2SsK1OYDEG2l?si=3f826e3eface44fc>;
AMAZON PODCAST: <https://music.amazon.com.br/podcasts/5504b1b7-0cfa-4d0b-9252-bad34d8d74aa/mirante>;
APPLE PODCAST: <https://podcasts.apple.com/br/podcast/mirante/id1613452487?l=en>;
GOOGLE PODCAST:
https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3IuZm0vcy82OGQ0ODY2NC9wb2RjYXN0L3Jzcm?sa=X&ved=0CAcQrrcFahcKEwiow-bo_vX2AhAAAAAHQAAAAAQEA;
CASTBOX: <https://castbox.fm/channel/Mirante-id4823812?country=gb>;
DEEZER: <https://www.deezer.com/br/show/3486827>.

Tempo Três – Os Psicanalistas Conversam Entre Si

Os psicanalistas da Febrapsi que integram o grupo de e-mails (GG) comentam as publicações realizadas nos Tempos Um e Dois. O GG, parte da estratégia do OP, funciona como um celeiro de ideias e uma aposta na grupalidade, promovendo vínculos afetivos. Em formato de roda de conversa, os participantes discutem o acontecimento analisado e os comentários produzidos, construindo um conhecimento coletivo sobre os acontecimentos, a partir das contribuições postadas no GG pelos colegas. Esse processo pode gerar novos ensaios, tais como o texto "Brasil vive regressão civilizatória", de Helena Pontual (2021), a partir das discussões analíticas realizadas no GG sobre a política brasileira.

[...] Como psicanalistas, devemos participar de espaços democráticos, defender a ciência, denunciar a iniquidade e a necropolítica, debater ideias e propostas, contribuindo, assim, para análises políticas e antropológicas dos fatos. Essas análises, constatações e propostas foram feitas por psicanalistas filiados à Federação Brasileira de Psicanálise (Febrapsi) em debate promovido pelo Observatório Psicanalítico (OP) no mês de março de 2021. Esse texto trata dos principais trechos desse debate. [...] (Pontual, 2021).

Da mesma forma, a equipe de Curadoria, ao acompanhar as discussões promovidas no GG, busca articular as ideias expressas, no Tempo Cinco, o Sódepois.

Tempo Quatro – Falam os Seguidores do Observatório nas Redes Sociais

O Observatório Psicanalítico (OP), como estratégia clínico-política, busca ampliar o acesso da população à palavra dos psicanalistas. Escutar, acolher angústias e oferecer cuidados faz parte do ofício psicanalítico, assim como, a exemplo de poetas e escritores, comunicar-se com quem busca a escrita psicanalítica.

O leitor do OP e o seguidor do Mirante são pessoas conectadas com os assuntos contemporâneos. Além de predispostas à leitura e interessadas em debates com diferentes

pontos de vista, ao acessarem nossos ensaios e programas de áudio, expõem-se a visões diferentes e aprendem a considerar novas ideias. Embora não necessariamente mudem suas concepções, pode desenvolver maior flexibilidade mental, exercitar a tolerância e fortalecer a convivência com opiniões divergentes. O fenômeno da identificação ou contra-identificação com as ideias do psicanalista também contribui para esse processo.

Os ensaios e os programas do podcast buscam estimular a sensibilidade analítica daquele que nos lê e escuta em relação aos acontecimentos e sua empatia ao abordar temas que transcendem o pessoal, conectando-o aos laços sociais. Assim como os psicanalistas elaboram suas reflexões a partir dos acontecimentos, espera-se que o nosso seguidor também seja afetado e estimulado à elaboração, dado o potencial transformador da leitura e da escuta.

A interação com os autores por meio de comentários convida o seguidor se tornar autor, integrando a rede de elaboração do OP. Mesmo aqueles que se limitam a expressões de aprovação ou reprovação contribuem para a dinâmica do espaço democrático do Observatório.

As publicações revelam uma diversidade de reações, desde curtidas e descurtidas nas mídias sociais até compartilhamentos e comentários mais elaborados. Em qualquer nível de interação, o gesto comunicativo reflete, ainda que de forma incipiente, um desejo autoral.

Tempo Cinco – Falam as Curadoras do Observatório

O objetivo do *editorial* do OP, lançado em maio de 2020, explicita-se na escrita do seu primeiro número:

Inauguramos hoje uma nova secção no Observatório Psicanalítico (OP): um texto assinado pela equipe de curadoria e denominado *Editorial OP*. Nossa objetivo é estimular a (re)visitação do que foi publicado no último mês, como forma de amplificar e aprofundar as questões levantadas sobre os fenômenos e eventos sociopolíticos e culturais analisados neste espaço. A percepção sobre a passagem do

tempo nesta pandemia vem sendo problematizada em diversos espaços e imaginamos que possa ser útil organizar, a partir de nossa conversa neste OP, uma mini-retrospectiva, que funcione como marco temporal do último mês. É uma forma também de releitura sobre o debate ocorrido, que pode ajudar na proposição de novas questões. [...] (Mori et. al., 2020)

Em 2021, o Editorial foi renomeado *Sódepois*, conforme publicação da Curadoria à época:

Sódepois é o nome escolhido por nós, da Curadoria do OP, para o editorial que escrevemos mensalmente. Partimos do “só depois”, expressão brasileira para dar sentido ao termo alemão *Nachträglich* utilizado por Freud (1896) para se referir ao “processo de reorganização ou reinscrição pelo qual os acontecimentos traumáticos adquirem significação para o sujeito apenas num à posteriori, isto é, num contexto histórico e subjetivo posterior, que lhes confere uma nova significação” (Roudinesco & Plon, 1998). Como psicanalistas brasileiras, acompanhamos o pensamento de Tania Rivera (2017) em “Psicanálise Antropofágica: identidade gênero e arte” e, implicadas com nossa política e cultura, decidimos por buscar uma identidade própria, uma escrita que degluta nosso passado psicanalítico misturado com o cotidiano brasileiro contemporâneo que juntos compartilhamos. Num processo de elaboração secundária “antropofágica”, eliminando o que não nos serve, deixamos evidenciar aquilo que nos é próprio. Daí, o neologismo Sódepois... tudo junto, sem espaço. Entre nós, da equipe de Curadoria, *Nachträglich* sempre foi o apelido carinhoso que utilizamos para nos referirmos à nossa escrita do editorial, desde que o criamos, em maio de 2020. Um ensaio de apresentação à posteriori dos ensaios publicados sobre os acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais que ocorreram e ganharam relevância, em geral, pelo excesso de traumático que comportam. E, também, um espaço de escrita

próprio de nossas apreciações, curadoras-escritoras, sobre estes mesmos eventos que nos atravessaram. (Mori et al., 2021).

Como curadoras temos assumido nossa tarefa como uma Exposição de Artes Plásticas, quando deixamos de ser somente editoras, e passamos a cuidar da “obra” dentro de um recorte proposto, desde o momento em que as escritas chegam em nossas mãos até podermos apresentá-las ao grande público.

Como psicanalistas brasileiras, as curadoras do OP seguem o pensamento de Rivera (2020), buscando uma escrita que degluta nosso passado psicanalítico e o cotidiano brasileiro contemporâneo. Nesse processo de elaboração secundária “antropofágica”, rejeitamos o que não nos serve e destacamos o que nos é próprio. Como vimos, esse é o espírito do que poderíamos chamar de *meta-ensaio* representado pelo *Sódepois* (Mori et al., 2021).

O Sódepois reflete a necessidade das curadoras de elaborar o mal-estar do presente, considerando os acontecimentos que as atravessam e as reflexões dos colegas nos ensaios. O editorial se tornou um espaço exclusivo de escrita da curadoria, que, como a curadoria artística, preserva e cuida dos textos, agrupando conceitos e temas para destacar as obras. Ela sugere aspectos estéticos, define momentos de publicação e articula semelhanças, criando categorias temáticas.

O Sódepois revela a necessidade das curadoras de realizarem suas elaborações sobre o mal-estar atual no qual também estão inseridas, considerando os acontecimentos que as atravessam e as elaborações dos colegas em seus ensaios. O espaço do editorial consiste em um canal próprio de escrita da curadoria.

A equipe de Curadoria, por analogia ao seu homólogo em arte, assume o papel de preservar e cuidar dos textos escritos. Identifica e agrupa os conceitos e temas relacionados ao tempo dos acontecimentos, propondo um recorte para que as *obras* possam se revelar, sugere aspectos estéticos de apresentação da escrita e define o momento de publicação, a fim

de que o texto chegue ao leitor com a oportunidade e beleza que o ensaio comporta. Tal como em uma exposição, a curadoria agrupa e articula semelhanças, criando categorias (<https://febrapsi.org/observatorio-psicanalitico/>)

Além disso, a Curadoria identifica oportunidades, a partir dos acontecimentos, para convidar os colegas a se engajarem na escrita. Este ano, o 35º Congresso da Fepal, presencial, realizado na cidade no Rio de Janeiro, foi motivo de comemoração entre os psicanalistas da Federação, pois o congresso anterior, devido a pandemia do coronavírus, foi virtual. Ali, estávamos comemorando a vida.

Como exemplo da proatividade, cito a carta-convite enviada pela Curadoria, logo após o evento, na qual se acentua a inclusão de todos os participantes do GG, incluindo aqueles que não foram ao Congresso. Destaca-se o estilo de comunicação de proximidade afetiva existente entre as curadoras e os participantes do grupo GG. No texto sobre O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional, referencio muitos dos textos que recebemos.

Olá colegas, terminou ontem o 35º Congresso da Fepal na cidade do Rio de Janeiro, cujo tema versou sobre “Intolerância, fanatismo e realidade psíquica”. Foram dias produtivos e plenos de bons encontros. A conversa aconteceu e saímos mobilizados pelas trocas. Como curadoras atentas ao que se passa em nossas instituições, decidimos enviar este convite a todos que queiram publicar um ensaio no OP sobre o trabalho apresentado durante o Congresso. Nossa convite se estende àqueles que, presentes ou não, gostariam de escrever sobre esse acontecimento institucional, um momento de congregação da psicanálise com a época em que vivemos. É só enviar seu ensaio para o nosso e-mail da coordenação op.febrapsi@gmail.com (Mori et. al., 2024).

Até dezembro de 2024, foram publicados 552 ensaios e 55 editoriais, classificados em

oito categorias: Cultura; Editoriais Emergência Climática; Homenagens; Instituições Psicanalíticas; Política e Sociedade; Tempos Pandêmicos; e Vidas Negras Importam. O Mirante produziu episódios, categorizados em quatro temporadas: a) Psicanálise e Cultura (seis programas); b) Relações Raciais no Brasil (seis programas); c) Democracia e Psicanálise (12 programas); d) O Sexual na Pólis (15 programas).

O Que Pensam os Psicanalistas: Uma Pesquisa Qualitativa¹⁵

Interessou-nos investigar o significado atribuído ao Observatório Psicanalítico pelos participantes do grupo de e-mails (GG), considerando-o como um espaço de interação e produção coletiva. Esse interesse conduziu à formulação de duas perguntas, a saber: Qual o sentido que os participantes do GG atribuem ao OP? Os objetivos iniciais propostos para o OP estão sendo alcançados?

A psicanálise, por meio de seu método clínico, permite a constante produção e revisão teórica do seu campo, mantendo diálogo enriquecedor com outras disciplinas das humanidades que incorporam seus conceitos. Esse método possibilitou à psicanálise “descobrir alguns dos seus próprios territórios que permaneciam em latência nos dispositivos *standards* [...] precisando se exportar e se transferir para novos objetos para continuar e manter vivo o ápice da sua epistemologia, interrogando permanentemente seus fundamentos” (Roussilon, 2019, p. 16).

Que método adotar, então, para pesquisar o sentido atribuído pelos psicanalistas ao Observatório?

Pesquisa em Psicanálise e Análise Qualitativa Reflexiva

Conceição (2021) destaca a legitimidade da análise temática no campo do conhecimento científico, especialmente no paradigma qualitativo e interpretativo em psicologia, baseando-se nas ideias das pesquisadoras Virginia Braun e Victoria Clarke (2006, citado em Conceição, 2021), criadoras do *método de análise temática reflexiva*. Para essas autoras, a presença marcante dos pesquisadores e suas perspectivas é considerada uma força, desafiando a ideia de objetividade e imparcialidade defendida pelas ciências naturais. A

¹⁵ Parte deste texto baseia-se em dois artigos: Mori, M. E. & Gui, R. T. (2021). A Escrita Psicanalítica na Pandemia do Coronavírus: Tempos de Elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi. Revista de Psicanálise da SPPA, v. 28. N. 3, pp. 695-718, dezembro 2021; e Mori, M. E.; Lazzarini, E. R.; Seidl, E. M. F. Observatório psicanalítico Febrapsi: o que pensam os psicanalistas. Aprovado para publicação na Revista Brasileira de Psicanálise (RVP), no prelo.

autora enfatiza a importância de abordar a ciência psicológica considerando sentidos, significados, linguagem, discursos e contextos sociopolíticos. Esse enfoque contribui para uma diversidade teórica crescente, comprometida com a justiça e os direitos sociais, especialmente em relação a populações silenciadas e excluídas do processo de produção de conhecimento. Conceição (2021) enfatiza que os pesquisadores devem "escutar" além dos significados linguísticos, exigindo preparação e maturidade. Considerada uma modalidade "guarda-chuva" devido à sua capacidade de abrigar diversas posturas teóricas e epistemológicas, a análise temática requer um processo flexível, permitindo a retomada de etapas previamente concluídas. Essa abordagem permite que a análise vá além da descrição, proporcionando *insights* mais profundos sobre fenômenos complexos e contextuais, como o significado do Observatório Psicanalítico para os participantes do grupo de e-mails.

A metodologia deste estudo adota essa perspectiva, respeitando os pressupostos epistemológicos discutidos no título Envolvimento da Pesquisadora com seu Objeto de Pesquisa. Adota uma abordagem qualitativa, instrumentalizada pela análise temática, com o objetivo de identificar núcleos de sentido (percepções, sentimentos, julgamentos) atribuídos pelos participantes ao Observatório Psicanalítico.

A pesquisa, de caráter exploratório, teve como objetivo geral identificar, analisar e compreender o significado do Observatório Psicanalítico para um grupo de psicanalistas da Febrapsi que vivenciam o processo do dia a dia do OP. A partir das respostas dos participantes, buscou categorizar os sentidos atribuídos por esses psicanalistas ao dispositivo OP em núcleos de sentido, definindo-os operacionalmente. Além disso, pretendeu identificar objetivos adicionais do OP, não descritos no projeto original de sua criação. O campo de pesquisa foi favorecido pela posição da autora deste trabalho, dada a sua implicação como coordenadora do dispositivo em estudo, o que proporcionou um envolvimento direto e uma maior familiaridade com as dinâmicas do OP. Essa implicação da pesquisadora, coerente com

os princípios da análise temática reflexiva, permitiu uma escuta atenta e contextualizada dos sentidos expressos pelos participantes, valorizando as perspectivas subjetivas e os contextos socioculturais que permeiam o funcionamento do Observatório Psicanalítico. Ao adotar uma abordagem reflexiva e flexível, a pesquisa reconheceu a influência do posicionamento da pesquisadora no processo interpretativo, alinhando-se ao compromisso ético e epistemológico de explorar os significados atribuídos ao OP de forma crítica e situada, contribuindo para a compreensão e a legitimação de sua prática como um dispositivo institucional e cultural.

Método

Participantes

Vinte e oito psicanalistas da Febrapsi, 17 mulheres, 10 homens, sendo 12 didatas/efetivos, 6 membros em formação, 7 membros efetivos/não didatas e 2 membros associados, todos participantes ativos do grupo de e-mails (GG) e representantes de diferentes segmentos da Instituição.¹⁶ Os participantes da pesquisa foram convidados dentre aqueles que frequentemente escrevem ensaios ou fazem comentários no GG.

Procedimentos

Os convites para participação na pesquisa foram enviados por meio de mensagem pessoal no aplicativo *WhatsApp*, com o seguinte texto: “Olá colega, convido você para participar de uma pesquisa sobre o OP. Você está sendo convidado por ser um participante ativo do grupo GG, ligado ao Observatório. Os respondentes não terão a sua identidade divulgada. Caso aceite, responda por aqui à seguinte pergunta: ‘Para que serve o OP?’”

Optou-se por formular uma pergunta aberta e acessível, de caráter cotidiano, que favorecesse a emergência dos aspectos subjetivos dos participantes. A questão buscava evocar

¹⁶ Didatas são membros efetivos que realizam análise de treinamento e supervisão de analistas em formação; dão supervisão; membros em formação são analistas que ainda não atenderam aos requisitos necessários à titulação como psicanalistas; membros efetivos não didatas são analistas titulados, porém não cumprem as funções didáticas, em virtude de não terem atendido os requisitos definidos para a função; membros associados são os analistas titulados e que ainda não atenderam os requisitos exigidos pela Instituição para a condição de efetivos.

percepções, sentimentos, julgamentos e associações espontâneas, partindo da experiência prática de cada respondente com o dispositivo. Não foi exigido conhecimento prévio sobre os fundamentos, o histórico ou os objetivos formais do OP para a Febrapsi, a fim de garantir que as respostas refletissem impressões autênticas e pessoais. Pretendeu-se, ainda, que os relatos surgissem de maneira espontânea, diante da pergunta informal do estudo “Para que serve o OP?”

Após o consentimento em participar da pesquisa, as respostas escritas no WhatsApp foram analisadas por meio de uma leitura flutuante, permitindo que afinidades temáticas emergissem de forma natural. Esse processo possibilitou a identificação e a categorização dos sentidos atribuídos ao OP em núcleos de sentido, construídos com base nas respostas espontâneas e na interação dos participantes com o Observatório Psicanalítico.

Resultados

Foram identificados seis núcleos de sentido atribuídos ao OP pelos participantes, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 - Núcleos de Sentido e Definições Operacionais

Núcleos de Sentido	Definição Operacional	Exemplos de Respostas de Participantes
Grupalidade e Pertencimento	Experiência única de convivência entre colegas, criando uma atmosfera informal e livre.	“Uma associação que se queira forte e que seja inclusiva, precisa de instrumentos que façam com que os membros se aproximem, se sintam participantes, se sintam ouvidos.”
	Redução da distância geográfica entre os membros, conectando psicanalistas de diferentes regiões, permitindo a troca de pensamentos, sentimentos e ideias.	“A experiência de participar do OP me permitiu conviver com um grande número de colegas com os quais eu jamais teria contato de outra maneira. Isso me levou a uma familiaridade, e posso dizer até a certa intimidade, com alguns colegas com os quais nunca tive a oportunidade de encontrar pessoalmente.”
	Fortalecimento de laços internos de solidariedade.	
	Sentimento de participar efetivamente da Febrapsi.	
Comunicação e Expressão de Ideias	Comunicação ágil, informal, livre e de responsabilidade individual.	“O OP possibilita a circulação de ideias e o aumento do intercâmbio entre os membros a respeito das ideias que cada um tenha.”

<p>Laboratório de ideias, aprendizagem e reflexão psicanalítica sobre diversos temas contemporâneos, incluindo cultura, política, sociedade e psicanálise.</p> <p>Comunicação bidirecional entre a Febrapsi e seus membros, de natureza virtual.</p> <p>Espaço de facilitação da argumentação, exposição de ideias e elaboração de sentimentos, desafiando a tendência ao isolamento na prática profissional dos psicanalistas</p>	<p>“Agora eu sei que tem um espaço de gente que vai topar construir, discutir, que vai topar pensar certas coisas, que nem todo mundo que está dentro das instituições pensa, mas que para mim é fundamental: pensar o mundo que vivemos.”</p> <p>“O OP é contemporâneo, porque tem relação íntima com os modos de comunicação atual. Antes ficávamos de certo modo dentro uma bolha onde dialogávamos com nós mesmos a respeito das nossas teorias sem essa lufada de ar que é você poder ouvir outros pensadores que não somente hoje psicanalistas.”</p>
--	---

<p>Espaço de Formação</p>	<p>Compartilhamento entre psicanalistas a respeito de temas fundamentais para a formação do profissional, muitas vezes negligenciados nas sociedades.</p> <p>Deslocamento do foco da individualidade do paciente para questões culturais e</p>	<p>“A primeira coisa que me vem na cabeça, com relação à função do OP é a transmissão da psicanálise.”</p> <p>“Quando eu fui escolher a minha formação em psicanálise eu sentia que isso era uma coisa que faltava muito na formação da IPA.”</p> <p>“Aos poucos, a nossa formação foi nos levando muito mais para trabalhar com temas da individualidade, do paciente que se deita no nosso divã e a gente foi abandonando o que</p>
---------------------------	--	---

sociais, ampliando os horizontes além do consultório.

Contraposição ao fechamento dos psicanalistas em suas sociedades locais.

Debates sobre política, eventos sociais, cultura e questões da comunidade, temas muitas vezes evitados em ambientes "neutros".

Expansão da mente dos psicanalistas, reconhecendo-os como pessoas e cidadãos, contribuindo para questões sociais e ambientais.

Freud também fazia. Esta forma tão bem colocada pelo Freud, de fazer análise da cultura e análise dos pacientes clínicos, ao mesmo tempo."

"Ficamos durante muito tempo fechados dentro das nossas sociedades de psicanálise e dialogando somente com os nossos pares pertencentes às instituições às quais somos filiados (...) nos omitindo com relação à política, com relação aos eventos sociais, à cultura e à comunidade na qual estamos inseridos.

Eu acho que foi um erro bastante evidente que nos isolou dos outros saberes, dos nossos pares, das nossas instituições, das universidades e de outras escolas psicanalíticas."

Democratização e Fortalecimento da Instituição Psicanalítica	Ausência de hierarquia que permite contribuições de analistas em formação e mestres experientes.	"O OP serve para circular suas ideias entre os outros membros (...). Hoje, com OP, a gente tem um canal de mão dupla."
	Ambiente inclusivo que promove forte conexão e solidariedade entre os	"Na verdade, eu nem sabia que a Febrapsi existia. Eu era membro filiado e nunca tinha ouvido falar da Instituição, pra ser honesta. Eu descobri quando recebi um texto do OP de

membros, refletido no estado de satisfação geral.

Ferramenta promocional para a Febrapsi, incentivando membros a explorar a estrutura da Federação e suas relações com outras instituições psicanalíticas no país.

Influência democrática sobre a política interna de cada sociedade e da Febrapsi.

Discussão livre e respeitosa sobre assuntos institucionais.

Impulsionamento de mudanças e ações institucionais, incluindo projetos sociais em curso.

alguém que mandou um link (...) Aí que fui atrás para saber o que era a Febrapsi, fui saber se eu era associada ou não da Federação, como ela funcionava. E foi aí que eu comecei a entender como que era a estrutura da psicanálise, a nossa organização no Brasil. Então pra mim teve essa função de apresentar a Febrapsi."

"Tem a questão da horizontalidade que o OP propicia com facilidade. Primeiro porque não "vemos" os outros e segundo pelo fato de ser e-mail, como se todos estivessem no "mesmo" lugar."

"O OP passa a ter então um papel político, mexendo com a política institucional da Febrapsi e de cada Sociedade. Também serviu até como oposição à Febrapsi em alguns momentos e apoio em outros."

"O OP é em essência um espaço democrático que reúne todas as categorias de membros das Sociedades e dos institutos e festejo isso. Mas manter-se como espaço democrático é sustentar uma permanente tensão que aparece na divergência de ideias e na diferença geracional, o que suspeito, nem sempre é bem-vindo. As instituições e os psicanalistas são conservadores, a psicanálise como disciplina não é."

Articulação Psicanálise-Cultura-Política	Exploração dos aspectos culturais, sociais e políticos contemporâneos, indo além da clínica individual.	“Um desafio para os psicanalistas trabalharem em temas da cultura que não eram trabalhados, principalmente para os analistas formados pela IPA, pela Febrapsi, que não tinham preocupação em fazer análise da cultura como Freud teve.”
	Reflexão e diálogo clínico sobre questões problemáticas da sociedade e política.	“Eu acho que tem esse movimento assim da psicanálise pro mundo. Da psicanálise como um fato social também. Como um elemento de cultura, um elemento de arte. Um elemento também do saber. Do saber antropológico.”
	Espaço de construção de uma psicanálise brasileira decolonial, rompendo com limitações formais e fomentando um pensamento crítico e aberto.	“O OP serve pra estimular a reflexão e o olhar psicanalítico sobre a extraordinária vitalidade da cultura brasileira (...) que levam adiante inovações e programas de intervenção em realidades sociais injustas.”

Articulação Psicanálise-Sociedade Brasileira	Influência sobre os destinos do país: denúncia de crimes e ameaças aos direitos humanos, reflexões sobre temas como escravidão, racismo, sexualidade e gênero, valorização da cultura brasileira.	“Aos poucos o OP foi mudando, e bandeiras foram sendo levantadas, dando voz a questões (racismo, sexualidade e gênero, política partidária) que não costumamos, publicamente, nos ocupar.”
		“O OP serve para denunciar os crimes, as atrocidades, as transgressões, as ameaças aos valores e direitos humanos do atual governo brasileiro e de outros, tanto atuais como passados, cujos crimes continuam deixando sombras sobre a humanidade, como o nazismo, o fascismo, o estalinismo, e suas expressões atuais.”

A partir da análise dos núcleos de sentido, foi possível identificar objetivos adicionais do Observatório, não previstos inicialmente no projeto inicial, conforme Tabela 4.

Tabela 4

Outros Objetivos do OP Sugeridos pelos Núcleos de Sentido Identificados no Estudo

Núcleos de Sentido	Objetivos do OP
Grupalidade e Sentimento de Pertencimento	Favorecer o sentimento de grupalidade e pertencimento à Febrapsi; contribuir para o protagonismo dos membros em relação às instituições psicanalíticas a que pertencem e à Febrapsi; impulsionar a dinâmica institucional Febrapsi.
Comunicação e Expressão de Ideias	Oferecer veículo de comunicação aos membros da Febrapsi interessados na articulação da psicanálise com a época sociopolítica, cultural e institucional atual (grupo de e-mails), rápido, informal, livre e de inteira responsabilidade individual.
Espaço de Formação	Contribuir para a compreensão psicanalítica das questões institucionais, sociais, políticas e culturais do país e do mundo; estimular o debate, sobre os temas abordados, nas instituições psicanalíticas vinculadas à Febrapsi.
Democratização e Fortalecimento da Instituição Psicanalítica	Estimular a emergências de temas relevantes para o exercício da <i>cidadania psicanalítica</i> ; implementar um processo de cogestão da Instituição, por meio da participação dos seus membros de diferentes segmentos (efetivos, associados e em formação); favorecer a análise crítica do funcionamento das instituições psicanalíticas; contribuir para o protagonismo dos membros em relação à sociedade a que pertencem e à Febrapsi.
Articulação Psicanálise-Cultura-Política	Articular a psicanálise com a política, a arte, a ciência e os projetos de responsabilidade social, ambiental e cultural; contribuir para que a psicanálise esteja presente nos acontecimentos do mundo e transformá-los em analisadores das circunstâncias e contexto em que vivemos.
Articulação Psicanálise-Sociedade	Possibilitar à Febrapsi participar de forma mais efetiva da vida social, lançando o olhar psicanalítico para acontecimentos no Brasil e no mundo;

oferecer reflexões e argumentos para a compreensão da realidade e
intervenção na sociedade brasileira.

Discussão

Os núcleos de sentido atribuídos pelos participantes ao OP revelam aspectos centrais que tornam o OP uma iniciativa inovadora e indispensável para a psicanálise brasileira e internacional. Os objetivos adicionais do OP, além daqueles previamente concebidos, demonstram a emergência de potencialidades do dispositivo não previstas.

A análise dos relatos espontâneos dos participantes revelou que o Observatório Psicanalítico (OP) surge como uma experiência singular e multifacetada dentro do campo psicanalítico, cumprindo múltiplas funções que transcendem a lógica tradicional de um espaço de debates. Como espaço plural e dinâmico que articula psicanálise, cultura e sociedade, promove pertencimento, comunicação, democratização, formação e engajamento social. O OP rompe com o isolamento dos psicanalistas, oferecendo um ambiente de troca contínua e horizontal, onde todos podem participar ativamente, independentemente de hierarquias institucionais.

O núcleo de sentido “Grupalidade e Pertencimento”, no contexto do Observatório Psicanalítico (OP), se refere à experiência de pertencimento que os psicanalistas vivenciam ao participar de um espaço coletivo de diálogo e troca. Esse pertencimento não se limita à inclusão formal em uma instituição, mas se expressa por meio de laços afetivos, reconhecimento mútuo e participação ativa em um espaço de convivência e produção de sentido e conhecimento compartilhados. A grupalidade rompe com a dimensão hierárquica e burocrática das instituições, criando uma experiência mais horizontal e democrática.

Ao falar de instituição, costumamos nos referir ao conjunto de normas, regras e atividades agrupadas em torno dos valores e funções sociais. Contudo, cada grupo se organiza como micro instituição, com estrutura e lógica próprias. Assim, mesmo que um grupo exista dentro de uma instituição maior (escola, hospital, empresa), ele carrega sua própria “institucionalidade” (Bleger, in Kaës et al., 1991, p. 45). A noção de *instituição*,

portanto, não se limita a espaços formais, mas se refere a toda forma de organização que regula o comportamento e a subjetividade. Esses grupos internos podem operar tanto como reprodutores da lógica institucional quanto como espaços de resistência e transformação.

Bleger explora o conceito de "identificação institucional" e como o indivíduo incorpora as normas institucionais no seu psiquismo. Muitas vezes, isso provoca uma alienação ou "captura" subjetiva, na qual o sujeito passa a agir segundo as normas da instituição, mesmo sem perceber. Assim, o autor introduz a ideia de que o *inconsciente institucional* – elementos inconscientes que não pertencem a um único sujeito, mas ao conjunto do grupo ou instituição – está presente no funcionamento dos grupos e instituições, e não apenas no psiquismo individual. O autor identifica duas funções principais que os grupos exercem nas instituições: 1) A função de contenção: o grupo atua como um espaço de acolhimento e proteção emocional, onde os indivíduos podem projetar suas ansiedades e angústias; 2) A função operativa: o grupo tem uma função prática e instrumental, relacionada à realização de tarefas e ao cumprimento de objetivos institucionais.

A grupalidade é uma condição fundamental para a constituição da identidade e para a saúde mental, uma vez que o sujeito, desde o nascimento, se constitui no campo do vínculo com o outro. Para Bleger, a grupalidade não é sinônimo de fusão ou homogeneização. O vínculo é a relação que o sujeito estabelece com objetos externos e internos. Assim, o pertencimento se manifesta no vínculo entre os sujeitos de um grupo, como também o próprio espaço simbólico institucional. Para o autor, as instituições podem adoecer, produzindo as patologias institucionais que afetam não apenas a instituição, mas também os sujeitos que dela participam. Algumas das patologias identificadas por ele são: burocratização excessiva, quando as normas e regras se tornam mais importantes do que as pessoas e as necessidades reais; resistência à mudança, quando a instituição se apega a tradições e padrões, evitando o enfrentamento de conflitos ou a revisão de práticas obsoletas; alienação nos sujeitos, quando

os membros da instituição perdem a capacidade de reflexão crítica e se submetem cegamente à lógica institucional.

Nesse sentido, o OP se aproxima da ideia de “depositário”, ou seja, um espaço que recebe e contém conteúdos emocionais, ansiedades e expectativas dos seus membros. Bleger (1980/1989) amplia o conceito de identificação projetiva, destacando que o depositário não apenas recebe conteúdos projetados, mas também assume um papel de continente para esses conteúdos, o que é essencial para o funcionamento psíquico e grupal. Pudemos perceber claramente esse aspecto em épocas onde somos atravessados por acontecimentos catastróficos. Tomamos como exemplo os dois primeiros anos da pandemia do Coronavírus (2020-2021), assim como os ataques do governo federal anterior (2019 a 2022) àqueles que não o elegeram, por possuírem uma visão de mundo e de país divergente.

Dante dessa realidade, muitos psicanalistas puderam elaborar seus temores e malestares por meio da escrita de ensaios no OP. Como depositário, o OP não é estático, mas dinâmico e interativo, pois as ideias são elaboradas e transformadas coletivamente. Cada texto ou comentário publicado no grupo de e-mails do OP (GG) também pode ser compreendido como um produto coletivo que emerge do campo de interações, onde os significados são construídos associativamente. Isso se apoia na lógica do "inconsciente grupal", em que o grupo não é apenas um somatório de mentes individuais, mas uma nova mente coletiva que se articula no diálogo. Uma identidade grupal compartilhada.

Pichon Rivièr (2005), contribuiu para o desenvolvimento dos conceitos de "Vínculo" e "Processo grupal". O grupo, para ele, é um sistema de comunicação e de aprendizagem contínua, no qual as trocas simbólicas (palavras, gestos, silêncios) desempenham papel fundamental na produção de sentido e na transformação dos indivíduos e da própria estrutura grupal. O "Grupo Operativo", outro conceito de sua autoria, está centrado na realização de tarefas ou objetivos, além do simples compartilhamento de experiências interpessoais.

O OP, ao funcionar como um espaço de comunicação aberta, assemelha-se a um grupo operativo permanente. Nesse espaço, a tarefa comum é a elaboração e circulação do pensamento psicanalítico sobre a realidade circunstante. Assim como no grupo operativo, o OP não tem um “líder central”, mas um campo coletivo no qual todos podem exercer a liderança momentânea ao publicar um texto, propor uma questão ou oferecer uma interpretação. Essa dinâmica permite que a "função porta-voz" — típica do grupo operativo — seja rotativa, com cada participante assumindo, em diferentes momentos, o papel de porta-voz do inconsciente grupal. No grupo operativo, a comunicação nunca é neutra. Ela está atravessada por fantasias inconscientes, medos e resistências. No OP, isso também se manifesta, especialmente quando temas sensíveis (como política, raça, gênero e poder) vêm à tona. Nesse sentido, o coletivo OP cumpre uma função similar à do coordenador do grupo operativo, pois permite que os conteúdos recalcados, reprimidos ou negados pela instituição possam circular no espaço de discussão. A "Teoria do Vínculo Operativo" de Pichón (2005) explora como os vínculos interpessoais afetam a produtividade e a eficácia dos grupos, na consecução de suas ações conjuntas, fundamentais para o funcionamento saudável de um grupo.

Kaës (1989) propõe a existência de um “aparelho psíquico grupal”, que articula os processos psíquicos inconscientes individuais e coletivos, formando um espaço psíquico comum. Nesse espaço, surgem sintomas compartilhados e significantes comuns, evidenciando os vínculos inconscientes entre os integrantes da instituição. Para o autor, o sofrimento nas instituições tem múltiplas origens: o próprio caráter institucional, a estrutura inconsciente da instituição, a configuração psíquica dos sujeitos e as vicissitudes da vida, como desilusões e renúncias.

O sofrimento decorrente do fato institucional está relacionado aos contratos e pactos estabelecidos, tanto consciente quanto inconscientemente, que envolvem assimetria nas

relações e desigualdade entre exigências e benefícios. As falhas institucionais, tais como o não cumprimento dos termos acordados, podem ocorrer por excesso, falta ou inadequação das formas contratuais. Uma falha central é a incapacidade de fornecer a “ilusão” necessária para sustentar os investimentos imaginários, as identificações narcísicas e o sentimento de pertencimento, que são fundamentais para mobilizar os sujeitos em prol do projeto institucional. A “ilusão”, segundo Kaës, sustenta os sacrifícios e os riscos, oferecendo um sentido de aventura e conquista, especialmente em novas instituições ou projetos inovadores. Quando essa ilusão falha, surgem ataques mútuos entre os sujeitos e a instituição. Esse sofrimento está ligado à função instituinte, que pode criar desejos inalcançáveis e impor leis parciais ou ausentes, o que gera frustrações e conflitos psíquicos.

Outro fator gerador de sofrimento é o desalinhamiento entre a tarefa primária e as tarefas paralelas. Muitas vezes, tarefas secundárias (contraditórias ou concorrentes) assumem maior importância, prejudicando o objetivo principal. Isso ocorre, por exemplo, em instituições de formação, nas quais a tarefa primária mobiliza elementos psíquicos profundos, para os quais o sujeito pode não estar preparado. Esse descompasso pode levar à ativação de defesas psíquicas e ao aumento do sofrimento, dificultando a criação de um espaço psíquico de contenção e transformação dentro da instituição.

O papel do analista institucional, segundo o autor, é o de facilitar o reconhecimento desses espaços psíquicos compartilhados, tanto para os indivíduos quanto para o grupo institucional. A criação de um dispositivo grupal deve permitir a coexistência de opostos, como conjunções e rupturas, continuidade e descontinuidade, regulação e criação. Esse espaço transicional comum é fundamental para a transformação e o ajuste das dinâmicas psíquicas que ocorrem na instituição (Kaës, 1991).

Kaës comprehende o sofrimento institucional como uma experiência complexa, enraizada nas relações inconscientes entre sujeito e instituição. A criação de um espaço

psíquico que contenha e transforme esse sofrimento favorece a saúde psíquica e a dinâmica funcional do grupo. Os achados em nossa pesquisa confirmam aspectos apresentados pelo autor, conforme se pode constatar pelos exemplos de falas descritos na Tabela 3.

Anzieu (1966/1990) complementa essa perspectiva ao afirmar que o grupo também possui uma “envoltura”, comparada a uma pele, que possui duas faces: uma voltada para o mundo externo (regras, normas e trocas sociais) e outra para o mundo interno (o psíquico e o imaginário). Essa envoltura mantém o grupo unido e cria um “si-mesmo grupal”, no qual circulam fantasias, identificações e afetos comuns. No início da participação em um grupo, os indivíduos vivenciam uma regressão psíquica, provocando angústia e o acionamento de defesas. É o que se constata na experiência de muitos analistas em formação, em face da estrutura hierárquica dos institutos de formação, como veremos no título O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional que se seguirá a esta discussão. O sentimento de pertencimento ao “nós” grupal promove acolhimento e proteção. Assim, o grupo se transforma em um espaço de produção de emoções, desejos e medos, que podem facilitar ou dificultar o alcance dos objetivos coletivos.

Kaës (1988), Bleger (1988) e Anzieu (1966) destacam que as instituições e os grupos mobilizam processos inconscientes que regulam os laços sociais, determinam identidades e influenciam a dinâmica psíquica dos sujeitos. Esses processos não apenas afetam as interações individuais, mas também se inscrevem na própria lógica de funcionamento das instituições. Daí a importância do núcleo de sentido Democratização e Fortalecimento da Instituição Psicanalítica, identificado pelos participantes da pesquisa, ao agregar membros de diferentes segmentos hierárquicos da Instituição, acolhendo seus pensamentos e oferecendo espaço virtual de participação ativa. Os participantes reconhecem que uma instituição forte e inclusiva depende da criação de espaços que escutem e valorizem as vozes de seus membros, possibilitando maior engajamento e sentimento de pertencimento.

Ao propor um ambiente de comunicação democrática, o OP contribui diretamente para a grupalidade da Febrapsi, criando oportunidades de diálogo entre membros de diferentes segmentos institucionais e regiões do país. Esse intercâmbio promove maior entendimento sobre o funcionamento da Federação, suas articulações internas e seu papel na defesa e promoção da psicanálise no Brasil. O OP, portanto, estimula o interesse pela instituição, promovendo reflexões sobre sua organização cotidiana e fortalecendo sua capacidade de articular-se com outras entidades psicanalíticas, tanto nacionais quanto internacionais.

Os participantes ressaltam o papel político-institucional do OP, que transcende o debate puramente clínico ou teórico para engajar-se em questões contemporâneas relevantes. O agenciamento OP assume a função de catalisador de um movimento dinâmico e contínuo da psicanálise, promovendo mudanças institucionais significativas. Projetos sociais e raciais, por exemplo, são divulgados e implementados nas sociedades psicanalíticas cuja visibilidade proporcionada pelo OP podem servir como boas experiências a serem adotadas pelas demais.

Assim, o GG é visto pelos participantes como um laboratório de ideias, de aprendizagem, com um olhar psicanalítico sobre a cultura, a política, a sociedade, o mundo, o país em que se vive e sobre questões da própria psicanálise. A temática que compõe o núcleo Comunicação e Expressão de Ideias, apontada pelos participantes, demonstrou que faltava uma comunicação de mão dupla entre a Febrapsi e seus membros, unindo-os de maneira ágil e pautado numa concepção pluralista. O caráter virtual do OP, sustentado pela escrita e pela comunicação assíncrona no grupo de e-mails (GG), facilita a argumentação e a exposição de ideias, além de oferecer um ambiente para a elaboração de sentimentos e posicionamentos. Essa dinâmica virtual também contribui para a aproximação entre psicanalistas de diferentes regiões do Brasil, conectando-os de maneira ágil e favorecendo a troca de experiências.

Por meio do GG, os participantes têm a oportunidade de interagir como pares em um ambiente respeitoso e democrático, onde diferenças são acolhidas e embates tornam-se momentos de aprendizado sobre a própria dinâmica da comunidade psicanalítica. Nesse sentido, o OP não é apenas um espaço de comunicação, mas também de expressão autêntica e construção coletiva, funcionando como um espelho das inquietações, interesses e desafios enfrentados pela psicanálise na contemporaneidade. Ele se afirma como um território de diálogo, reflexão e articulação, reafirmando a potência da escrita como meio de conexão e criação no campo psicanalítico. Muitos declararam que sentiam a ausência de um espaço como o OP no processo de formação em suas sociedades. Por não estarem acostumados a dialogar com *os mais graduados* em suas instituições locais, alguns participantes sentiam inicialmente certa inibição de se expor no GG, escrevendo ou comentando outros ensaios, receosos de que esse espaço pudesse reproduzir a hierarquização das instituições psicanalíticas. Pensavam que nunca seriam bons o suficiente para estar no grupo e ter seus textos lidos pelos mais experientes.

O Observatório Psicanalítico (OP), ao funcionar como uma plataforma de fortalecimento institucional por meio da democratização, enfraquece a macropolítica hierárquica das sociedades psicanalíticas (com seus cargos de poder) e fortalece a micropolítica das relações transversais. Para Deleuze e Guattari (1972/1995), as grandes instituições operam por macropolítica, marcada pelo controle, pela hierarquia e pela normatividade. Já a micropolítica opera por meio de fluxos invisíveis e subterrâneos que corroem a rigidez das instituições. Os grupos, segundo os autores, podem ser classificados como “grupos de sujeição” (que reforçam a submissão ao poder) ou “grupos de subjetivação” (que produzem novos modos de existência). Essa teorização já aparece desde *Psicanálise e Transversalidade*”, texto de Guattari (1974/2004), quando ele introduz os conceitos de grupo-sujeito - e grupo-assujeitado.

O grupo-assujeitado é aquele que se encontra submetido a normas externas, cujas ações são controladas por forças hierárquicas ou por ideologias invisíveis. Ele não produz subjetividade própria, mas reproduz as normas e valores impostos. Nesse tipo de grupo, o desejo é capturado, domesticado e orientado para reforçar a estrutura de controle e poder. O grupo-sujeito é um grupo que tem a capacidade de produzir subjetividade própria e autonomia. Ele é criador de sentido, ativo e capaz de se posicionar criticamente diante das normas, hierarquias e imposições externas.

O OP desloca os eixos institucionais tradicionais ao permitir que vozes se expressem. Assim, ao convocar a participação de diferentes vozes de forma não hierárquica, o OP se aproxima da lógica dos grupos de subjetivação, de grupo sujeito. Ao romper com a lógica da hierarquia e ao criar espaços de participação mais abertos, o OP, um território, pode se aproximar do conceito de “desterritorialização”, proposto por Deleuze e Guattari (1975/2014), que ocorre quando fluxos ou práticas rompem com territórios de poder e controle.

Nesse contexto, o OP permite a produção de "linhas de fuga", a partir de temas considerados marginais, como racismo, gênero, sexualidade e política. Linhas de fuga dizem respeito a rupturas, desvios e formas de escapar das linhas de controle e dominação. É uma fuga criativa, que permite sair dos sistemas fixos e dos “estratos” (camadas rígidas) de uma estrutura. Essas linhas de fuga se afastam dos territórios de poder e controle instituídos, rompendo com práticas cristalizadas, abrindo novos caminhos de pensamento, expressão e produção de novos sentidos. (Guattari & Rolnik, 1996).

Nesse sentido, o OP provoca uma desterritorialização na própria instituição psicanalítica, ao romper com o tradicional modelo de transmissão de saber vertical, aproximando-se do que Deleuze e Guattari (1972/1995) chamariam de “rizoma”. Os autores utilizam a metáfora botânica do rizoma (raízes que crescem horizontalmente, sem hierarquia)

para propor um modelo de pensamento não linear, descentralizado e múltiplo, em oposição ao “modelo de árvore” (centralizado e hierárquico). Assim, no rizoma, não há ponto de origem nem centro de comando. As ideias não se propagam de forma linear, mas por meio de múltiplas conexões que podem ser ativadas em qualquer ponto.

A produção de sentido ocorre a partir das contribuições de cada membro, sem que uma “autoridade” tenha o poder de dizer o que deve ou não ser escrito ou publicado. As conexões entre os membros, portanto, não são fixas, mas móveis, mutáveis e reversíveis – assim como acontece em um rizoma. Aqui, o pertencimento não é dado por uma identidade fixa (como “sou membro”, “sou candidato” ou “sou didata”), mas por uma lógica de composição de fluxos, onde cada participante é parte ativa do coletivo.

Além disso, Guattari (1974/2004) apresenta o conceito de "transversalidade grupal". A transversalidade transita entre as duas lógicas predominantes: a verticalidade, típica dos organogramas de estruturas piramidais e hierárquicas (com chefes, subchefes ou, no caso das instituições psicanalíticas, membros didatas, efetivos, associados e candidatos); e a horizontalidade, na qual as pessoas se organizam de maneira mais fluida e espontânea, de acordo com a situação em que se encontram. O autor ilustra o que ele chama de “coeficiente de transversalidade”. A transversalidade emerge como uma dimensão que busca superar os impasses tanto da verticalidade pura quanto da horizontalidade simples. Guattari utiliza a metáfora do “ajuste das viseiras utilizadas em cavalos”. Quanto mais abertas as viseiras do grupo, mais fluida e harmônica se torna a circulação da palavra e do diálogo, especialmente no plano afetivo. Como afirma o autor, “a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e nos diferentes sentidos” (Guattari, 1974/2004, p. 110-111).

Para Deleuze e Guattari, em *O Anti-Édipo* (1972/2011), romper com a lógica de fixação identitária e com o poder centralizado é fundamental para instaurar a lógica das

multiplicidades. Nesse sentido, a grupalidade vivida no OP procura não reproduzir as relações edipianas (baseadas no triângulo pai, mãe e filho), nem as hierarquias verticais, mas se aproxima da lógica do rizoma – um conjunto de relações horizontais e não hierárquicas. A circulação de enunciados no OP não é uma reprodução de uma *palavra do mestre* ou a *palavra do didata*, mas sim uma produção *rizomática* e descentralizada de significados. A Curadoria do OP assume como uma de suas atribuições a busca de ampliação do coeficiente de transversalidade no funcionamento do dispositivo.

Ao permitir a circulação de textos e comentários em um fluxo constante transversal, o OP se assemelha a uma máquina de "produção de enunciados". Nesse processo, não há lugar fixo de autoridade. A diferença entre essa lógica e a lógica institucional tradicional é que, no OP, a comunicação é descentralizada e aberta, com vozes regionais e plurais. Deleuze e Guattari (1975/2014) descreveriam o OP como uma "máquina desejante coletiva" ou como definiremos no próximo capítulo um *agenciamento coletivo*, na qual cada participante se torna parte ativa da produção de novos sentidos e novas expressões. Isso permite que o OP funcione como uma força de resistência às lógicas de poder e controle, instaurando uma produção coletiva de pensamento e subjetividade.

Os membros em formação pesquisados disseram que escolheram a formação clínica oferecida pela IPA pelo reconhecimento internacional da Instituição, mas sentem falta de um Espaço de Formação no qual possa ocorrer debates sobre assuntos contemporâneos e que a vida institucional seja menos hierarquizada. O próximo título, O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional, abordará essa questão.

Os demais participantes também reconhecem a necessidade de incluir no processo de formação temas relacionados aos núcleos Articulação Psicanálise-Cultura e Política e Articulação Psicanálise-Sociedade Brasileira. Como disse uma das participantes,

os psicanalistas brasileiros da Febrapsi, durante muito tempo, permaneceram fechados em suas sociedades, dialogando somente com os pares, expressando pensamentos a respeito da clínica, da teoria psicanalítica, mas se omitindo em relação à política, aos eventos sociais, à cultura e à comunidade na qual estão inseridos. Na transmissão da psicanálise deixaram de valorizar os escritos clássicos freudianos sobre o social e a cultura, pois a formação concentra-se em temas relacionados à individualidade do paciente que se deita nos divãs dos analistas. Os psicanalistas isolaram-se de outros colegas que estão nas universidades, em outras escolas psicanalíticas e fóruns interdisciplinares. (Participante da pesquisa).

O OP representa, assim, o rompimento desse silêncio, dessa omissão, e passa a ser um fórum de subversão no interior da Instituição, resgatando-se aquilo que é próprio da psicanálise freudiana: um olhar para a cultura!

O psicanalista Gabarron-Garcia (2023) propõe que a psicanálise não se restrinja ao “indivíduo” nem ao “inconsciente individual”. Ele sugere que o inconsciente é também um “inconsciente político e cultural”, ou seja, os discursos da cultura e da política atravessam a subjetividade. O OP opera nesse mesmo registro, pois permite que os psicanalistas analisem e desconstruam os discursos institucionais, políticos e culturais que se infiltram nas práticas psicanalíticas.

O OP assume, reiteramos, uma função subversiva e de resistência. Apresenta-se como um espaço de crítica e resistência às normas e aos discursos de poder, tanto no campo social quanto no campo institucional. Muitas das publicações e discussões no OP revelam tensões e conflitos em torno de poderes institucionais e da forma como certas vozes são silenciadas também no ambiente psicanalítico.

O núcleo de sentido Articulação Psicanálise-Sociedade Brasileira pode ser compreendido também a partir da perspectiva de Vladimir Safatle, filósofo e psicanalista brasileiro, cuja obra explora a relação entre "subjetividade, política e formas de resistência

social”. O autor argumenta que as normas culturais operam por meio do recalque e da exclusão, ou seja, o sujeito se adapta à sociedade ao custo de sua própria singularidade. Para ele, a psicanálise não deve se restringir ao espaço clínico individual, mas atuar como uma força crítica que desestabiliza as normatividades sociais e expõe o mal-estar produzido pela cultura e pelas instituições sociais. Assim, a psicanálise não deve ser vista como um dispositivo de adaptação do sujeito à sociedade, mas como uma função “desinstitucionalizadora”, ou seja, que desestabilize as formas cristalizadas de poder e as normatividades que estruturam a sociedade (Mori, 2023).

Nessa perspectiva, o OP promove a subversão ao acolher questões que, em outros espaços institucionais, poderiam ser consideradas impróprias ou inadequadas. Cria, também, um espaço de resistência, pois permite que psicanalistas coloquem as normas sociais em questão, desafiando convenções institucionais e culturais. Isso é visível, por exemplo, nas discussões sobre as hierarquias das sociedades de psicanálise, no debate sobre o racismo estrutural e nas críticas à política autoritária, temáticas presentes nos ensaios do Observatório.

Até aqui, podemos constatar que as respostas à pergunta “Para que serve o OP?”, originadora de nossa pesquisa, apontam para o atendimento de necessidades emergentes dos psicanalistas da Febrapsi. O OP, por meio da expressão dos núcleos de sentido, identificados na pesquisa, configura-se, dentre os vários aspectos mencionados acima, como um revitalizador da vida institucional. Dada a conexão existente entre os processos formativos com a vida institucional, dedicaremos o próximo título especificamente para analisar essa relação. Ali, expandiremos a discussão aqui realizada, agregando a análise de outros aspectos da vida institucional, mais especificamente, das instituições psicanalíticas brasileiras vinculadas à IPA.

Capítulo 3

O Observatório Psicanalítico, a Formação e a Vida Institucional

Aqui, os núcleos de sentidos identificados na pesquisa serão pensados em conjunto, agregando-se outros elementos originados da co-construção de conhecimentos de psicanalistas, expressos em ensaios do OP e elementos teóricos desenvolvidos ao longo da tese. Todos esses elementos se articulam no espaço de convivência institucional, no qual o processo de formação ganha especial relevância, na medida que representa o *ritual de entrada* dos novos psicanalistas, *socializando-se* atitudes, sentimentos, expectativas e críticas em relação à Instituição. Hoje, na Febrapsi, considera-se que esse ritual consiste em três eixos da formação — análise de treinamento (ou didática, como alguns preferem denominar), seminários clínicos e teóricos, e supervisão —, sendo que a vida institucional tem sido considerada, informalmente, como um quarto eixo que integra o processo formativo.

Vale (2003), em seu livro *Os rumos da psicanálise no Brasil: um estudo sobre a transmissão psicanalítica*, produto de seu estudo de mestrado realizado em 1985, no Instituto de Psicologia da USP, compartilha sua preocupação com o futuro da psicanálise em nosso país. A autora parte de sua própria experiência de formação e refere-se criticamente à instituição, a SBPSP, uma das sociedades vinculada à Febrapsi e à IPA.

A IPA adota três modelos de formação, conhecidos como: Eitingon, Francês e Uruguai. A SBPSP, como todas as sociedades da Febrapsi, adota o modelo Eitingon, o primeiro a ser proposto, sendo que os demais – Francês e Uruguai – foram propostos posteriormente como tentativa de enfrentar os problemas identificados no primeiro. (<https://pt.ipa.world/en/Training/3models.aspx>).

Todos os três modelos apresentam bases conceituais com características específicas. São elas: fundamentação intelectual, filosofia da educação (graduação, imersão, qualificação), processo psicanalítico subjacente aos processos educacionais, largura x

profundidade de exposição, questões de poder, autoridade e autorização (o detalhamento desse processo encontra-se no site citado acima; ali encontra-se também um apêndice com indicação dos aspectos para implementação desses modelos: pré-admissão/requisitos, admissão, análise pessoal, seminários curriculares e teóricos, casos analíticos supervisionados, qualificação, estrutura).

Os termos utilizados – Eitingon, Francês e Uruguaio – para descrever os três modelos não estão relacionados à localização geográfica específica. Mas são os únicos adotados e referenciados pela IPA, independentemente da localização das sociedades pertencentes à Instituição. Enfatizo, portanto, que, sempre que me refiro à instituição psicanalítica, falo de uma psicanálise que adota o modelo Eitingon, ou seja, o modelo adotado pelas sociedades que congregam a Febrapsi.

Vale (2003) nos conta sua experiência de psicóloga de base psicanalítica, com experiência de mais de cinco anos como analisanda de um membro da SBPSP, ao decidir aproximar-se institucionalmente da psicanálise. Buscava *sair do isolamento* que a atividade do consultório impõe, ou seja, *pertencer a um grupo* de psicanalistas para uma convivência com pares (ressalto em itálico a motivação da autora por dizer respeito ao núcleo de sentido *Grupalidade e Pertencimento* identificado em nosso estudo).

Nessa tentativa, defrontou-se com o “caráter de clã de um agrupamento psicanalítico preocupado com sua sobrevivência grupal” (Vale, 2003, p. 53). A autora relata que na época desconhecia a hierarquização estabelecida na instituição: membros associados, efetivos e didatas. Mas, descobriu que seu analista – com larga experiência clínica e indicado por uma amiga que lhe inspirava total confiança – não fazia parte do “segmento dos didatas¹⁷”, que

¹⁷ Número reduzido de psicanalistas que se encontram no topo da hierarquia dessas instituições. O que percebo na Sociedade a qual pertenço é que a grande maioria, uma vez diplomados pela IPA, como associados, não se “interessam” em seguir a carreira institucional, ou seja, passarem por novas avaliações de pares uma vez formados a fim de galgarem novo “posto”. Desconheço os motivos. Haveria necessidade de pesquisa sobre esse fato.

seria necessário mudar de analista e iniciar uma nova análise pessoal de alta frequência com um dos didatas indicados pela instituição. Ou seja, sua experiência de *análise padrão* – alta frequência no divã, com um analista escolhido por ela própria e pertencente à mesma sociedade – não foi aceita como critério de análise de treinamento.

A autora, então, nos deixa perguntas: “Por que, para a SBPSP, a tal de “análise didática” valia mais do que “minha análise”? O que seria esse algo a mais? Seria qualitativo? Seria quantitativo? Seria estrutural?” (...) “Naquele momento, no entanto, vi-me subitamente lançada para fora da minha árvore genealógica. E tive que assumir ser filha bastarda, embora meu DNA psicanalítico, se pesquisado, pudesse bem revelar minha filiação freudiana” (Vale, 2003, p. 15)

A colega psicanalista fez como muitos fazem ainda hoje: desenvolvem uma carreira autogerida, não vinculada a instituições, ou buscam outra instituição reconhecida pelo Movimento Articulação¹⁸ que proporciona: análise pessoal de alta frequência com um(a) psicanalista pertencente a uma sociedade reconhecida pelos pares, supervisão com outros(as) analistas e grupos (em universidades, ou grupos de estudos). Contudo, ao buscarem um caminho alternativo, como fez a autora, deixam de viver o referido “quarto eixo da formação”: a vida institucional com todos seus feitos e efeitos.

Diz o psicanalista Sergio Nick (2024), em “O quarto eixo da formação psicanalítica e suas implicações”,

Falar sobre o quarto eixo é abordar o meu envolvimento na vida institucional, uma vez que desde candidato eu trabalhei com afinco nesta área. Assim, participar de uma atividade científica, compor um grupo de trabalho, gerir um comitê ou associação, são formas de atuação distintas do trabalho analítico que realizamos no consultório. Essas

¹⁸ Entidades psicanalíticas que se posicionam contra a regulamentação da psicanálise no Brasil, pelo Estado brasileiro.

atividades nos enriquecem como sujeitos, ajudam a construir o campo psicanalítico, e criam uma vivência de pertencimento tão ameaçada pelos ataques que a atuação do instinto de morte enseja.

Para Nick (2024), a formação psicanalítica não se limita ao conhecimento técnico, mas também envolve o desenvolvimento de um senso de pertencimento à instituição, que inclui as trocas culturais e as dificuldades nos encontros interpessoais. A *psicanálise vincular*, que enfatiza a relação entre sujeitos, busca lidar com a alteridade e os conflitos gerados pela presença do outro, o que pode resultar em angústia ou resistência ao contato. Para o autor, as instituições psicanalíticas, como a IPA, têm um papel importante nesse processo, promovendo a troca internacional e o apoio mútuo, exemplificado com os *webinars* realizados durante a pandemia. Para o autor, esse trabalho institucional oferece um espaço vital para o crescimento, mas também apresenta desafios culturais e institucionais que exigem contínua reflexão e adaptação. O *quarto eixo*, qual seja, a vida institucional, é, portanto, uma parte crucial na formação e transformação do analista.

Nick (2014), experiente psicanalista da SBPRJ, com larga experiência institucional, tendo exercido o cargo de vice-presidente da IPA, no período de 2017 a 2021, refere-se à importância dos congressos realizados pelas nossas instituições psicanalíticas, tanto o nacional – Febrapsi – como os internacionais – Fepal e IPA – que acontecem a cada dois anos, e que contemplam apresentações em plenárias e mesas em eixos diversos: transmissão, formação e vida institucional; teoria e clínica psicanalítica com crianças, adolescentes e adultos; temas sociopolíticos e culturais de nossa época. Ou seja, desde o início da formação é possível participar desses congressos e acompanhar os trabalhos científicos apresentados por psicanalistas (tanto de dentro como de fora dessas instituições, bem como os realizados por profissionais de outros campos da cultura). Esses eventos fortalecem o sentimento de

grupalidade e pertencimento, além de contribuir para a *formação contínua dos participantes*, temas que também emergem de nossa pesquisa.

Aqui cabe dizer que, desde a sua criação, o OP tem participado ativamente desses congressos com uma mesa específica destinada ao Observatório – com temas pautados pela equipe da Curadoria – e participação de psicanalistas de diversas regiões do país e da América Latina. Nesse sentido, o OP tem sua parcela de contribuição para a formação dos psicanalistas, sobretudo incluindo o necessário olhar psicanalítico sobre as questões de nossa época, apontado também na pesquisa realizada.

Vale (2003) prossegue em sua crítica sobre o modo pelo qual a psicanálise se institucionalizou no Brasil no que tange à formação por meio da IPA:

É preciso levar em conta as penosas rejeições e ataques que Freud sofreu por parte de seus mestres, do *establishment* científico, e até mesmo de seu dileto amigo Wilhelm Fliess nos primeiros tempos de elaboração da teoria psicanalítica, para avaliar o quanto a medida institucional parece haver se constituído em verdadeira *atuação* (*acting out*), no sentido psicanalítico do termo, ao *reproduzir, em tudo*, o modelo a universitário rejeitador de Freud e rejeitado por ele como inadequado à transmissão da psicanálise. (p. 52; itálicos da autora).

A autora critica a formação psicanalítica tradicional quando concebida como um sistema fechado, cuja rigidez busca padronizar os candidatos ao modelo de um “analista ideal”. Essa estrutura, combinada com uma ideologia dogmática, promove uma dinâmica paranoica dentro das instituições psicanalíticas, que se colocam como refúgios contra ameaças externas e prometem transmitir um saber fechado e absoluto, reforçando essa lógica de controle e fechamento (Vale, 2003, p. 56).

Claudio Eizirik, psicanalista da SPPA e primeiro sul-americano a presidir a IPA no período de 2005 a 2009, e Virginia Ungar, colega argentina da Associação Psicanalítica de

Buenos Aires (APdeBA), primeira presidente mulher da Instituição, no período de 2017 a 2021, participaram de mesa sobre o tema “Entre o dogmatismo, a tradição e a abertura nas instituições psicanalíticas”, no 35º Congresso da Fepal, realizado em outubro de 2024.

Compartilharam, nos textos apresentados, alguns aspectos de suas experiências no papel de liderança institucional e de suas trajetórias como psicanalistas. Destacam paradoxos, mutações, contribuições, aprendizados e desafios do porvir que atingem psicanalistas, institutos de formação e instituições.

Eizirik (2024), em seu ensaio, diz: “a história da psicanálise, como obra em construção, é o relato e a tentativa de entendimento do sempre difícil convívio entre tradição, dogmatismo e abertura, em nossas instituições.” Ao reafirmar que somos herdeiros da obra freudiana e de seus seguidores, que continuam a desenvolver a psicanálise como uma obra aberta, nos lembra que não é suficiente conhecer as teorias psicanalíticas, mas é essencial entendê-las na clínica e na cultura. Nossas instituições são fundamentais tanto na formação de novos analistas, como na promoção da educação continuada e do desenvolvimento da psicanálise. Conhecer a história das instituições psicanalíticas, como a IPA, faz parte da identidade do analista.

Para Eizirik, na convivência com presidentes e dirigentes da IPA, sempre o impressiona a profundidade do conhecimento que têm sobre a instituição, sua história e os desafios enfrentados. No convívio com analistas mais jovens, gosta de contar histórias da psicanálise para ilustrar conceitos e situações clínicas. Para ele, a tradição não deve ser repetida sem reflexão nem rejeitada sem crítica. Ela serve como base, construída a partir de uma experiência secular, que orienta nossas escolhas práticas. Alguns a ironizam, outros a estudam, encontrando o que deve ser preservado. Eizirik (2024) entende que o dogmatismo psicanalítico é uma visão rígida e extremada da tradição, que pode se manifestar de várias formas, como a adesão acrítica a um único autor, a transformação de aspectos do *setting* em

fetiches, a falta de renovação de currículos e a *crença de que só o que ocorre no consultório é psicanálise*. Esse dogmatismo assemelha-se ao comportamento de fiéis que repetem rituais sem questionar, em oposição aos que buscam uma prática viva e transformadora. Quando predominante em instituições psicanalíticas, o dogmatismo pode adquirir um caráter religioso sectário.

A abertura, por outro lado, envolve receptividade às novas descobertas e a capacidade de revisar o que já conhecemos, sem cair nos extremos da adesão cega ao tradicional ou na aceitação ingênua de inovações sem reflexão. A abertura na psicanálise se reflete na crescente compreensão do campo analítico, incluindo sua aplicação na cultura e questões sociais como racismo, diversidade sexual, e intolerância. Para ele, a história da psicanálise é marcada pela convivência entre tradição, dogmatismo e abertura, sendo o dilema central a repetição do conhecido versus a descoberta do novo.

Assim, segundo Eizirik (2024), as instituições psicanalíticas enfrentam desafios como a ambivalência nas relações intergeracionais e a difícil transição de poder entre gerações. A resistência ao novo e a rivalidade entre membros podem gerar divisões, enquanto a geração mais jovem luta pela renovação, às vezes sem respeitar o tempo necessário. Conflitos como a inveja e a desvalorização das conquistas de outros são recorrentes, mas também há momentos de união e admiração mútua, que tornam o convívio institucional possível e gratificante. As relações de transferências e contratransferências moldam o clima institucional, com a presença de sentimentos de ódio e amor que, por fim, permitem a convivência e o avanço da psicanálise.

Virginia Ungar (2024), formada no primeiro grupo de psicanalistas da APdeBA, nos conta que iniciou sua trajetória em um contexto tradicionalmente europeu, e as mudanças "ocorreram com base em permanências tão caras ao pensamento psicanalítico". Ela refere-se a Bion sobre *invariante*s e *transformações*, sugerindo que as mudanças sempre dependem de

uma base constante. Na psicanálise, conceitos como transferência e enquadramento são invariantes essenciais que permitem as transformações. Cita Freud, em “Compêndio de Psicanálise” (2018-1940[1938]), que nos desafia a nos apropriar da tradição psicanalítica sem sermos aprisionados por ela, transformando o herdado em algo novo. Essa tensão entre tradição e inovação impede a adesão dogmática, oferecendo um terreno para novos achados sem cair no ecletismo. O dogmatismo, que surge eventualmente em campos como a religião e a filosofia, é uma crença rígida em verdades reveladas ou em um conhecimento absoluto.

Ungar (2024) também se refere ao dogmatismo nas instituições psicanalíticas que se estabeleceu desde sua fundação, com regulamentos e normas que podem enrijecer práticas e ideias. Para ela, a abertura não se limita a um diálogo teórico ou interdisciplinar, mas implica respeito às ideias alheias e o trabalho contínuo em relação aos preconceitos ao diferente. A escuta atenta e a comunicação clara são essenciais para a boa gestão institucional. A abertura não deve ser confundida com ecletismo ou *marketing*. Às vezes, as instituições precisam se recolher para revisar seus próprios conceitos e políticas, evitando cair no dogmatismo ou na eliminação das diferenças, o que poderia obstruir o crescimento. Reconhecer as inconsistências pode ser o ponto de partida para inovações. Essa ordem de ideias vem ao encontro dos achados de nossa pesquisa, em especial no que diz respeito ao núcleo de sentido Democratização e Fortalecimento da Instituição Psicanalítica.

Escrevi com a psicanalista Cecilia Orsini (SBPSP) (Mori & Orsini, 2024) o ensaio “Aprendiz de feiticeiro e o bruxo do Cosme Velho”, no qual constatamos o risco de alienação em relação à época em que vivemos.

A alienação manifesta-se também no contexto da formação quando há o risco de buscarmos refúgio em um *familismo* idealizado, uma espécie de família imaginária que oferece conforto e proteção ilusórios. Supomos que o maior alívio reside em uma espécie de vestimenta simbólica alienante. Machado de Assis (2019) ilustra essa ideia no conto "O

espelho", ao apresentar a metáfora da "farda", que nos devolve uma sensação de pertencimento familiar diante dos confrontos com angústias profundas — desafios que, embora dolorosos, são essenciais para o crescimento pessoal.

A farda do alferes assemelha-se à prática psicanalítica presa a *standards* inquestionáveis. Sem a farda, tememos a degradação de nossa prática numa psicoterapia qualquer. Qualquer proposta de modificação do *setting* padrão, visando a um ajuste mais orgânico da dupla, ou mesmo o trabalho extramuros, equivale a retirar a farda do alferes, sua pele (Orsini & Mori, 2024).

No texto “Trinta métodos para destruir a criatividade de candidatos a psicanalistas”, o psicanalista Otto Kernberg (1996) aborda com precisão o tema em questão. Critica o caráter prolongado e burocrático do processo formativo, repleto de revisões e exigências que, em vez de estimular, acabam por sufocar a criatividade e distanciar os psicanalistas de sua prática.

Entendemos que para a formação é necessário o estudo, análise, reanálises e supervisão. O problema surge quando a formação se transforma em um jogo de espelhos entre o analisando, a instituição e o analista didata, num ciclo de repetição constante. Esse modelo dificulta o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico, promovendo uma relação hierárquica rígida entre os analistas em formação e suas instituições.

A alienação na psicanálise pode surgir tanto como uma armadilha quanto uma escolha consciente. No entanto, há um movimento crescente dentro das instituições psicanalíticas que busca superar essas limitações, promovendo uma maior *integração entre a psicanálise e a sociedade*. Estão em andamento diversas iniciativas formativas que visam *democratizar a vida institucional*, incentivar o *engajamento dos psicanalistas com o mundo*, fomentar maior *grupalidade nos institutos e sociedades* e ampliar o acesso da população à psicanálise. Essas ações seguem em direção oposta às *receitas diabólicas* descritas por Kernberg (1996),

sinalizando uma mudança significativa no campo psicanalítico, encontram ressonância nos achados de nosso estudo.

O colega Julio Hirschhorn Gheller, da SBPSP, em “A formação analítica e riscos de fanatismos”, refere-se também ao processo de infantilização dos analistas em formação. Para ele, trata-se do “engessamento em um tipo de formação que produz analistas adaptados a um padrão determinado pelo modelo de seus respectivos didatas em conjunto com a cultura vigente na instituição” e, reproduzindo-se com isso comportamentos estereotipados. No ensaio, relata que, diante das ações antidemocráticas ocorridas em 2019, compreendeu a importância da participação das instituições psicanalíticas no debate público, enquanto que, ao mesmo tempo, percebeu que muitos colegas permaneceram alheios à realidade sociopolítica em que vivemos (Gheller, 2024).

Fundamentalismos ferem o espírito libertário da Psicanálise. Neste sentido, Gheller (2024) relaciona três aspectos da análise didática que merecem revisão para tornar o processo formativo mais criativo: 1) Excesso de controle institucional que limitam a liberdade do par analítico; 2) A análise virtual, que se mostrou eficaz durante a pandemia, foi validado pela IPA com a combinação de sessões presenciais e online, mas segue criticada por colegas conservadores; 3) A exigência de quatro sessões semanais, defendida por esses analistas conservadores, excede até as normas da IPA (três a cinco sessões). "A possibilidade de atingir os subterrâneos da mente não depende exclusivamente da frequência de sessões. Depende mais da qualidade do vínculo analista-analisando, que deve propiciar uma investigação produtiva dos aspectos transferenciais e do mundo interno do paciente" (Gheller, 2024).

Para o autor, o apego à tradição não deve ignorar a passagem do tempo nem as novas circunstâncias que surgem. A Psicanálise não pode se enclausurar em uma bolha resistente a

novos fatos e conhecimentos, mas deve considerar essas mudanças para atualizar as regras de formação com maior flexibilidade.

Mariano Horenstein (2024), no ensaio “Uma questão de perspectiva”, comenta que grande parte das controvérsias no movimento psicanalítico tem girado em torno da formação. Recentemente, os debates centrais focaram nas diferenças nos “*standards*”: desde a aprovação de três modelos da IPA (francês e uruguai, além do clássico Eitingon), até a flexibilização da frequência para três a cinco sessões semanais e a análise de formação à distância. No fundo, para ele, a discussão internacional sempre volta às perguntas: *O que entendemos por formação analítica? Qual é o horizonte na formação de um psicanalista? O que torna essa formação única?* Horenstein nos lembra que formar analistas não é como formar outros profissionais. A universidade, tradicional espaço de formação, não prepara para o ofício de psicanalistas. No início, os pioneiros, reunidos em torno de Freud, guiavam-se pelo entusiasmo. Só na década de 1920, e Berlim, sob Max Eitingon, algumas regras foram codificadas.

Horenstein entende que regras são essenciais, especialmente diante de cursos rápidos que prometem formar analistas ou práticas que banalizam o termo. No entanto, há riscos em tornar rígido o que deveria ser flexível, transformando princípios em regulamentos e *standards* em fetiches que ameaçam o frescor da Psicanálise. O autor cita também do psicanalista Kernberg (1996) que afirmou, há décadas, que os institutos psicanalíticos se situavam entre um mosteiro e uma faculdade técnica, quando deveriam se aproximar de uma “academia de arte”. Ainda assim, há um consenso: a formação analítica exige treinamento teórico, supervisão e análise pessoal.

O autor continua. O centro de gravidade do treinamento analítico, e de qualquer modelo proposto, é a análise do analista. Esse pilar é a espinha dorsal do processo, mas também envolve riscos, como o fanatismo, que surge quando a direção da cura ou o fim da

análise são mal compreendidos. Quando, ao final de uma análise didática, o resultado é tornar alguém um “fã” do analista ou de uma escola teórica, então algo deu errado, pois o foco deveria ser o desenvolvimento do pensamento crítico e a construção de um estilo próprio. Na análise intensa, a transferência é intensificada, especialmente seus efeitos de fascinação. Em muitas instituições, o nome do analista torna-se um símbolo de distinção, como se o treinamento fosse melhor quanto mais notável o analista. No entanto, o analista, em sua função, não é o mesmo sujeito que escreve ou dá aulas, mas um objeto na análise. A questão “com quem você se analisa?” muitas vezes revela mais sobre o analisando do que sobre o analista, e o risco de identificação fanática pode surgir. A instituição, muitas vezes vista como um limite para essa identificação, não resolve completamente o problema. O verdadeiro limite para a coalescência narcísica está na mente do analista, mediada pela própria análise. Esse limite é o conceito de castração, que proíbe o analista de fazer do outro um objeto próprio. Infelizmente, nem sempre isso ocorre. Em alguns casos, analistas que se sentem frustrados por não terem o brilho social desejado veem na didática uma forma de compensação, orgulhando-se de contar com discípulos. No entanto, a verdadeira função do analista é ser apenas um objeto transitório na análise. “Quer queiramos ou não, o analista como tal é apenas objeto, um nada e, no final de uma cura, um resto esquecível. E é por isso que, se quisermos fazer bem nosso trabalho, nós, analistas, devemos nos acostumar a ser abandonados” (Horenstein, 2024).

Assim, desconsiderando as variações nas diferentes tradições analíticas se pergunta: o que deve ser preservado na formação para garantir seus fundamentos? Retomando a ideia de perspectiva, afirma que o que organiza é o “ponto de fuga”, ou seja, forças ou movimentos que escapam de um sistema, de uma estrutura fixa ou de um campo organizado (Deleuze & Guattari, 1975/2014). O maior risco na análise é a coalescência narcísica. Porém, quando o tempo desfaz a assimetria necessária, ou quando o papel institucional do analista ou sua

história transferencial se tornam obstáculos, o maior risco na formação analítica é a endogamia. Se o prefixo “endo” é problemático, a solução está no “exo”. Em qualquer modelo formativo, o que deve ser priorizado é garantir que o ponto de fuga — aquilo que dá volume e perspectiva à análise — esteja distante das demais variáveis. Sem essa distância, uma análise de formação corre o risco de falhar, o que frequentemente se manifesta em um fã ou fanático, alguém que não foi verdadeiramente tocado pela experiência do inconsciente.

Para Luciana Saddi (2024), da SBPSP, em “Formação e riscos de fanatismo: sobre a clínica e as incertezas atuais – teorias, técnicas e manejos”, a formação psicanalítica é complexa e não visa fazer o analista em formação se identificar com um modelo homogêneo. Proselitismos e rivalidades geram regressão ou estagnação. A formação deve priorizar a autonomia e a criatividade, em vez da imitação. Ressalta, ainda, que a clínica contemporânea lida com pacientes com diversas configurações psíquicas, refletindo o aumento de compulsões, adições, *cuttings* e suicídios, sintomas que resultam da complexa relação entre psique e o mundo atual. Esses novos problemas envolvem a interseção de fatores intrapsíquicos, psicopatológicos e socioculturais, desafiando os modelos tradicionais da psicopatologia. A doença individual não pode mais ser vista separada da sociedade, e as novas patologias refletem as características culturais, sendo vistas como “dobras da cultura sobre o homem”.

Para Saddi, a clínica atual exige analistas capazes de compreender e tratar essas complexas manifestações, muitas vezes demandando equipes transdisciplinares. A formação psicanalítica precisa ser criativa e adaptável, pois as tradicionais abordagens de análise não são suficientes para lidar com os impasses clínicos e os desafios teóricos de hoje. A frequência nas sessões de análise didática, embora valorizada, não é garantia de uma formação capaz de enfrentar esses novos desafios.

Bernardo Tanis (2024), da SBPSP, no ensaio “Política institucional, clínica e formação no contexto da intolerância e do fanatismo” concorda que os psicanalistas não estão isentos de se comportarem como fanáticos. “Sempre é possível que um psicanalista transforme suas teorias e modelo da sua prática em uma verdade absoluta, sem abertura para as transformações.” Relembrando a história do movimento psicanalítico, desde seu início, diz:

Brigas fraticidas não faltaram. As disputas entre kleinianos e freudianos em Londres levaram à criação de dois Institutos; na França, as cisões na Société Psychanalytique de Paris (SPP) e posteriormente na Association Psychanalytique de France APF), e a excomunhão de Lacan pela IPA, que levou à criação da escola lacaniana e sua posterior dissolução por Lacan. Cisões também ocorreram em Buenos Aires, Rio de Janeiro e em outros lugares [...] o recusado retorna desde o Real (Tanis, 2024).

Para Tanis (2024), o fanatismo “oculto, denegado, recusado” está ali, à espreita. “[São] pontos cegos na escuta, na vida institucional, gerando dificuldades tanto na escuta dos analistas quanto na nossa leitura do social e na inserção social da psicanálise?” Para o autor, a formação nos institutos de psicanálise deve promover uma formação mútua e colaborativa, onde jovens e experientes se nutrem reciprocamente. Os jovens trazem as demandas do contexto atual, enquanto os mais experientes contribuem com conhecimento teórico e clínico, enriquecendo a psicanálise e a comunidade.

Assim, como podemos ver, o tema da *seleção e da formação em psicanálise* atravessa o cotidiano de nosso ofício, independentemente da posição hierárquica na qual nos encontramos em nossas instituições. Estamos todos permanentemente envolvidos nesses processos, que anualmente recebe novos interessados em realizar sua formação em psicanálise de forma institucionalizada. Seja pelo cuidado permanente com a nossa própria

formação, ou pelo fato de sermos responsáveis institucionalmente pela formação de outros colegas, o assunto atravessa nossa vida institucional.

Uma instituição para se manter atuante e reconhecida por seus membros precisa de todos seus membros (cada um com suas especificidades), olhando para o que se faz e o que se deixa de fazer na vida institucional. Para que a Instituição siga em uma trajetória saudável é necessário criar uma dinâmica grupal de funcionamento que produza movimentos de *vir a ser*. E, atenda às expectativas de manter um processo de capacitação permanente vivo, pelo exercício do pensamento:

O único risco é não pensar. E quem segue a tradição cegamente nem percebe que não pensa, apenas julga e divide os colegas entre verdadeiros e falsos psicanalistas.

Verdadeiros e falsos cristãos. É impressionante como ainda estamos próximos da religião. Somos tão antiquados nisso que até cansa! (Saddi, 2024, comunicação pessoal, em 29 de novembro de 2024).

Levy (2024), da SPPA, aborda também o tema do fanatismo e da polarização nas instituições psicanalíticas. Ele destaca que, enquanto algumas das instituições psicanalíticas demonstram flexibilidade e se aproximam mais do contexto social, outras permanecem rígidas, incapazes de evoluir ou se adaptar. O autor enfatiza a necessidade de debates substantivos, que transcendam rótulos como “conservador” ou “progressista” e rejeitem a ideia de que um grupo está salvando a psicanálise enquanto o outro a prejudica. Alerta para os riscos de uma lógica de “nós contra eles”, que impede a escuta genuína, e defende que “o debate de ideias fundamentadas em conceitos é essencial para o avanço científico e o desenvolvimento da psicanálise.”

Assim, para manter a vivacidade das instituições psicanalíticas, é necessário explorar novos caminhos para que o inconsciente e o desejo se coloquem de maneira produtiva e grupalizadora. Apostar em *Eros*, a exemplo do OP, respondendo às demandas de nossa época

que busca novas possibilidades de agenciamentos coletivos (Deleuze & Guattari, 1975/2014).

O mundo externo (brasileiro e mundial) exige engajamento e implicação nos processos coletivos nos quais nos envolvemos, com forte tomada de posição em prol de uma cidadania corresponsável por combater os processos de desigualdades instalados em nosso país. Trata-se de “salvar a nossa circunstância” para manter vivo o Eu pessoal e o institucional.

No âmbito da Febrapsi, estamos dialogando com profissionais de outros campos da cultura, no *podcast* Mirante, e elaborando os acontecimentos cotidianos que nos atravessam. Tanto para fora de nossas instituições quanto para dentro. Estamos seguindo, portanto, a recomendação de Freud, em “A questão da análise leiga” (1926/2014a), sobre escutar o que profissionais de outros campos da cultura pensam sobre a época que vivemos.

A psicanalista britânica Hanna Segal (1918–2011), preocupada com a presença em nossas vidas da mortífera bomba atômica, em seu livro “Psicanálise, literatura e guerra” nos convoca a uma reflexão sobre a tendência de reagirmos com apatia e autodecepção diante de “acontecimentos trágicos”. A escritora e educadora russa, Nadezhda Mandelstam (1899-1980), afirma: “o silêncio é o verdadeiro crime contra a humanidade” (Mandelstam, 1971, conforme Segal, 1998, p. 166). A psicanalista insiste, perguntando: “qual papel podemos desempenhar enquanto psicanalistas nesse drama trágico?” (Segal, 1998. p.166). A psicanalista nos lembra que, atentos à escuta de nossos pacientes e à presença deles em nosso trabalho e no mundo, podemos imaginar sonhar juntos com eles, por meio da transferência e contratransferência, as possibilidades de existência coletiva e não restringir nosso pensamento apenas às questões pessoais e familiares. Não somos indivíduos. Somos subjetividades produzidas pelas sociedades em que estamos inseridos.

Respondendo à convocação de Segal (1998), o OP realiza uma intervenção positiva no mundo, na psicanálise brasileira, e na sociedade ao nos colocar para pensar sobre os acontecimentos que nos afligem: emergência climática, a violência contra as mulheres e

crianças, a diversidade sexual, a democratização da política nacional e internacional, temas que seguem interferindo em nosso cotidiano e produzindo o sofrimento sociopolítico.

Da mesma forma, a vida institucional clama por atenção. É comum escutarmos colegas – recém-chegados ou até aqueles com mais tempo de casa – falarem dos aborrecimentos vividos devido aos atravessamentos institucionais que produzem situações entristecidas. Assim, nunca estará dado que nossas instituições psicanalíticas possam seguir estáveis e que a manutenção de nossa identidade psicanalítica esteja garantida, afinal o instituído é que pode nos levar ao dogmatismo. Contamos com os diferentes olhares que produzem as “linhas de forças” que nos desestabilizam das certezas na vida institucional.

A chegada de uma nova geração de psicanalistas que possuem uma trajetória situada e marcada por ações mais participativas na pôlis brasileira nos introduzem nesse novo tempo. Cresce uma consciência social importante da psicanálise em relação a certas questões estruturais de nossa sociedade que constituem as dinâmicas de sofrimento social e os impactos de eventos sociopolíticos e culturais na estrutura psíquica do sujeito. Afinal, a psicanálise traz a estrutura do social na sua gênese, a vida psíquica é constituída a partir dos processos de socialização.

Do exposto, fortalece-se a percepção de que o caráter ensaístico das publicações no OP tornou-se também um instrumento de construção coletiva do conhecimento, como se pode ver nas considerações expressas acima por psicanalistas da Febrapsi a respeito das questões da formação do analista, das relações entre psicanálise e cultura, pertencimento e grupalidade, entre outros temas relevantes para o nosso ofício. Esses autores, oriundos de diferentes regiões do País, de diferentes sociedades psicanalíticas, com suas circunstâncias, comparecem no OP com seus saberes localizados, tal como propõe a abordagem epistemológica de Haraway (1995).

A construção desse conhecimento nos aproxima, enquanto instituição, daqueles que nos seguem nas redes sociais, dialogando com o público em geral. Pudemos constatar, ao longo do texto acima, a perspectiva de que as reflexões dos psicanalistas no OP têm contribuído para ampliar nossa compreensão acerca do mal-estar que nos atravessa na época em que vivemos.

Por meio da análise de fenômenos caracterizados pela destrutividade frente às diferenças, esses profissionais dão continuidade à tradição inaugurada por Freud e se posicionam como psicanalistas-cidadãos. Dessa forma, desempenham um papel relevante na sociedade brasileira, que carece de discursos capazes de confrontar ações desprovidas de reflexão.

Em Defesa do Observatório Psicanalítico como Agenciamento

Durante o processo de pesquisa sobre o OP, iniciado desde sua criação, utilizei conceitos que entendi serem adequados para pensá-lo. A primeira aproximação conceitual foi elaborada a partir da ideia de *dispositivo* utilizado por Michel Foucault (1926-1984). Naquele momento, entendeu-se dispositivo como a rede que tece os seguintes elementos: discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o *dito e o não-dito*. O dispositivo possui uma função estratégica concreta e se inscreve em uma relação de saber e de poder. Em resumo, consiste numa série de práticas e mecanismos com objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito (Mori & Gui, 2021, p. 703).

Entretanto, durante as leituras dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, o conceito de *agenciamento* surgiu como uma outra possibilidade conceitual para o Observatório Psicanalítico.

No texto *Entre Dispositivos e Agenciamentos: O Duplo Deleuziano de Foucault*, de Eduardo Pellejero (2010), a diferença entre *dispositivo* e *agenciamento* é abordada a partir das leituras de Foucault e Deleuze. O autor mostra como os termos foram sendo construídos, acentuando a óbvia influência do trabalho de Deleuze em Foucault, assim como as respectivas semelhanças e diferenças.

Alfredo Veiga-Neto (2007) nos apresenta em seu livro “Foucault & a Educação” as principais contribuições do pensamento de Michel Foucault para a Educação. Utilizarei, a seguir, algumas dessas informações para melhor compreender o pensamento desse autor. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1975/1987) analisa as transformações nas práticas de punição e controle social, que passam de punições corporais públicas (típicas do regime da soberania durante o absolutismo monárquico) para formas mais sutis e disciplinadoras, características das sociedades modernas. Contraste, portanto, de dois modelos de tecnologia de poder: da

soberania (concentrado no monarca) e da disciplina (disperso e capilarizado). Foucault expõe como o poder se descentralizou e passou a operar de forma mais insidiosa, controlando corpos e mentes por meio de dispositivos disciplinares espalhados por toda a sociedade. Essa lógica não se limita às prisões, mas permeia as relações sociais cotidianas. *Vigiar e Punir* é considerada a obra que marca a transição do trabalho do Foucault entre uma primeira e uma segunda fase, onde a primeira fase é chamada de *arqueológica* – quando o autor se propõe a investigar os discursos e os saberes humanos de forma semelhante a um arqueólogo que escava camadas de vestígios do passado – e a segunda fase, chamada de *genealógica*: a genealogia, como metodologia de investigação histórica e crítica, inspirada pela filosofia de Friedrich Nietzsche, que se opõe à ideia tradicional de história linear e progressiva. Foucault desenvolve uma nova abordagem para a história do conhecimento e das práticas sociais.

Seguindo com Veiga Neto na primeira fase, três grandes livros se destacam: *A História da Loucura* (Foucault, 1961), revela como a loucura foi construída historicamente e como as práticas psiquiátricas são, na verdade, formas de controle social. Trata-se da história do processo de exclusão, medicalização e controle. As *Palavras e as Coisas* (Foucault, 1966), mostra que as formas de saber não são lineares nem progressivas, mas mudam de forma descontínua ao longo da história. O *homem*, que parece ser o centro do saber moderno, é, na verdade, uma construção histórica que pode desaparecer. Foucault sugere, portanto, que o que consideramos *verdade* em cada época depende de condições históricas específicas que regulam o que pode ou não ser dito. *Arqueologia do Saber* (Foucault, 1969/2012) é considerada uma obra metodológica, pois apresenta as bases teóricas e o método que Foucault utiliza em suas investigações anteriores.

A abordagem tradicional da história, inspirada por ideias iluministas, tende a ver o tempo como uma narrativa linear e evolucionista, onde os acontecimentos apontam para um progresso constante. Como Nietzsche (1887/1998), Foucault rejeita essa perspectiva. Ambos

afirmam que a história não é linear nem racional, mas fragmentada, descontínua e marcada por rupturas.

Assim, Foucault (1969/2012) adota o conceito de "descontinuidade histórica", onde os acontecimentos não se organizam de forma contínua, mas se constroem a partir de rupturas, conflitos e jogos de poder. Por exemplo, nos seus estudos sobre a loucura e a sexualidade, Foucault mostra como esses não são conceitos estáveis, mas mudam radicalmente de significado ao longo dos séculos, dependendo dos discursos e práticas sociais que os moldam. Busca identificar as condições históricas e discursivas que tornam possível a produção do conhecimento. Assim, em vez de buscar continuidade e evolução nas ideias, Foucault enfatiza as rupturas e os momentos de transformação nos discursos.

Na segunda fase de Foucault, encontram-se o livro *Vigiar e Punir* (Foucault, 1975) e *A história da sexualidade*, dividido em quatro volumes principais entre 1975 e 1984, quando Foucault argumenta que a sexualidade não foi simplesmente reprimida ao longo da história. Pelo contrário, ela foi objeto de um intenso controle discursivo e normatização social, especialmente com o advento das instituições modernas (família, medicina, psiquiatria, religião, etc.). Ele desafia a narrativa de “libertação sexual”, mostrando que o discurso sobre o sexo não cessa, mas se transforma em uma forma de controle. Por último, nessa fase, a partir de 1970, encontram-se ainda os diversos cursos de Foucault no Collège de France sobre: biopolítica, governamentalidade, neoliberalismo e filosofia grega.

Para Pellejero (2010), Foucault a partir do contato com a obra de Deleuze e Guattari salta da ideia de *episteme* para ideia de *dispositivo* como uma rede heterogênea de elementos que articula discursos, práticas, saberes e instituições. Seu principal objetivo é produzir formas de subjetivação. Assim, os dispositivos funcionam como mecanismos de poder que moldam os sujeitos de forma normatizada.

Dispositivo disciplinador, dispositivo carcerário, dispositivos de poder, dispositivos de saber, dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de subjetividade, dispositivo de verdade, dispositivos de segurança, dispositivo estratégico de relações de poder, etc. (Pellejero, 2010, p. 13)

O conceito de *episteme* traz a ideia de que todo conhecimento é sempre baseado em um *a priori* histórico. Assim, organizamos as categorias de saber a partir de uma condição histórica na qual estamos situados. Quer dizer, não existe uma epistemologia atemporal, no qual podemos nos basear. Mas, ao contrário, sempre falamos a partir do tempo em que nos *situamos* (Haraway, 2009). O conceito de dispositivo, assim, é uma ampliação de episteme.

Pellejero (2016) nos diz que Foucault fala indistintamente de agenciamento e dispositivo, ainda que certamente faça do agenciamento um uso muito restrito: agenciamento panóptico, agenciamento político da vida. “Foucault tem nisso sobretudo uma dívida com Deleuze” (p. 11).

Edgardo Castro, em O Vocabulário de Michel Foucault (2004) propõe considerar para a definição foucaultiana de dispositivo três elementos essenciais: 1) É uma rede de relações que se podem estabelecer entre elementos heterogéneos: discursos, instituições, arquiteturas, regulamentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não-dito; 2) Estabelece a natureza do nexo que pode existir entre estes elementos heterogéneos. Por exemplo, o discurso pode aparecer como programa de uma instituição, como um elemento que pode justificar ou ocultar uma prática, ou funcionar como uma interpretação *a posteriori* desta prática, oferecer-lhe um campo novo de racionalidade; 3) É uma formação que num momento dado teve como função responder a uma urgência [...] tem assim uma função estratégica, como, por exemplo, a reabsorção de uma massa de população flutuante que era excessiva para uma economia mercantilista

[assim, o hospital geral, pode funcionar como dispositivo de controlo-sujeição da loucura]

(p.98-99)

Assim, o conceito de dispositivo coube muito bem para o OP na medida em que acumula as três dimensões mencionadas por Castro (2004). Em um momento dado, o OP teve como função responder a uma urgência – da instituição Febrapsi reparar seu lugar na história da psicanálise brasileira, mais especificamente, por ter suportado em seus quadros, por exemplo, a existência de um médico que trabalhava nos porões da ditadura de 1964 como *candidato à psicanálise*. Daí, a função estratégica do OP de reparar essa atuação institucional por meio da convocação dos psicanalistas a falar sobre os acontecimentos de nosso tempo, auxiliados pela acentuada comunicação do mundo digital que habitamos e, assim, sair dos *não ditos* institucionais.

As sociedades pertencentes a Febrapsi passaram a se manifestar sobre os constantes ataques contra a democracia brasileira, seguida da atitude de descaso em relação a pandemia do coronavírus e, mais recentemente, ataques aos prédios públicos no acontecimento de 8 de janeiro e seus desdobramentos golpistas. Além disso, muitos outros eventos relacionados ao racismo, à homofobia, ao feminicídio brasileiro passaram pela discussão no OP fazendo com que a psicanálise fosse libertada das relações de poder institucionais (Parker & Pavón-Cuéllar, 2022).

Para Pellejero (2010), Deleuze e Guattari abordarão frontalmente a definição de *agenciamento* no livro sobre Kafka (1975/2014), mais especificamente no texto “O que é um agenciamento?”, contemporaneamente ao que se passava com Foucault e a noção de dispositivo. Após desafiar as estruturas rígidas da instituição familiar em *O Anti-Édipo* (Deleuze & Guattari, 1972/2011), inclusive em diálogo com a psicanálise, eles direcionam a atenção para caminhos não convencionais, explorando as linhas de fuga e os percursos nômades. Nesse movimento, buscam revelar novas conexões e diferenças que escapam das

formas estabelecidas, privilegiando a abertura para o novo e o inesperado. Essa postura marca uma ruptura com os sistemas fixos de controle e identidade, privilegiando o movimento, a multiplicidade e a transformação contínua. Para Pellejero (2016), “este texto certamente não passou despercebido a Foucault” (pp. 13-14).

A noção de agenciamento não é apenas uma estrutura estática, mas um processo dinâmico, sempre em transformação, influenciado por forças sociais e históricas. Segundo Pellejero (2016), o conceito de agenciamento é diferente do dispositivo de Foucault, na medida em que o agenciamento não se limita a práticas de controle, mas envolve a composição de elementos heterogêneos (objetos, corpos, ações e enunciados) que se conectam de forma contingente, sem hierarquia prévia. *O agenciamento não visa controlar, mas gerar novas possibilidades de ação, criação e transformação.* Ele tem uma lógica mais processual e produtiva, ao contrário do dispositivo, que tende a cristalizar relações de poder. Assim, enquanto o dispositivo tem uma função reguladora e normalizadora, o agenciamento é mais aberto, dinâmico e criativo. O dispositivo controla e subjuga, enquanto o agenciamento possibilita novas formas de subjetivação e conexão entre elementos diversos. A principal diferença é que o agenciamento parte do *desejo*, enquanto o dispositivo do *poder*.

Assim, há uma outra característica fundamental de qualquer agenciamento, pois por um lado, encontramos uma estratificação “mais ou menos dura” que se refere a uma estrutura relativamente rígida e organizada, associada aos dispositivos de poder, que operam por meio de leis, normas e formas de controle. Essa estratificação resulta na reterritorialização, ou seja, a reafirmação de fronteiras e limites que estabilizam o sistema. Deleuze e Guattari (1975/2014) descrevem isso como uma concreção de poder, desejo e territorialidade, controlada por uma lei abstrata e transcendente, a estratificação, ou seja, um princípio regulador externo que governa o comportamento das partes envolvidas. Por outro lado, os processos de desterritorialização representam também linhas de fuga, ou seja, movimentos de

ruptura que escapam da rigidez das estruturas estabelecidas. Essas linhas permitem a transformação, liberando o desejo de suas formas cristalizadas e de abstrações impostas.

Assim, o conceito de agenciamento trabalha com a tensão entre a estabilização do poder (estratificação) e a sua desestabilização (desterritorialização) que coexistem de forma dinâmica nos agenciamentos sociais, políticos e subjetivos. Por isso, o agenciamento seria mais amplo do que o dispositivo.

Assim, cabe perguntar, o que está em jogo para Deleuze?

Pellejero (2010, pp. 15-16) nos mostra como para Deleuze & Guattari (1975/2014) todos os agenciamentos funcionam como instituições nas quais o instituído e o instituinte estão em disputa. Afinal, não existe uma instituição sem certa hierarquia, sem uma relação de poder ou uma organização de funcionamento específica. Toda instituição carrega consigo uma “estrutura”, uma forma que a assimila, uma forma de poder. O agenciamento, portanto, tem essa face que é chamada de “estratificação mais ou menos dura”. Mas também existe outra dimensão de desterritorialização. Todo agenciamento possui uma “linha de fuga”, um “devir”, um “vir a ser”. Para Foucault, o sujeito passa por um processo de subjetivação que se molda a partir do poder, enquanto para Deleuze, o agenciamento é um efeito do desejo, que além das relações de poder, está sempre produzindo linhas de fuga. Assim, enquanto Foucault analisa como o agenciamento produz, por exemplo, técnicas disciplinares, processos de subjetivação e modelizações literais, governamentalidade e outras dimensões do poder, Deleuze foca na emergência das linhas de fuga, do devir que possibilita aos sujeitos escaparem das relações de poder.

Nesse sentido, podemos entender a expressão *linha de fuga* como uma espécie de saída pela tangente. A saída não vem de fora, mas de dentro. Não se trata de recorrer a um fora, a um dono do grupo, a um supervisor ou a uma transcendência. Não é necessário buscar uma ideia ou um valor transcendentais para ir contra a estrutura.

Assim, passei a entender o OP como um agenciamento e não um dispositivo, pois esse conceito apresenta essa ambivalência apontada por Deleuze. Se, por um lado, o Observatório Psicanalítico está marcado pelo poder das instituições psicanalíticas a que pertencemos, como nossas sociedades de origem – no meu caso a SPBsb –, a Febrapsi, a Fepal e a IPA, por outro, o OP pode funcionar com essa linha de fuga, sem comando, onde a fala de qualquer um de nós é acolhida. Portanto, “os mais jovens” e “menos experientes” não se calam ou são calados. Construímos as linhas de fuga por dentro, como se propõe o trabalho da Curadoria do Observatório Psicanalítico, visto como um agenciamento coletivo.

Por outro lado, nada impede que dentro do Observatório se criem relações e dinâmicas de poder, com segredos e microfascismos, como Deleuze descreve. Não há garantia de que isso não ocorra, ou que já não esteja acontecendo; afinal, nem todos se manifestam no GG - grupo de e-mails do OP, nem todos publicam ensaios e uma das hipóteses pode ser a de que as pessoas não se sintam à vontade para se expressar, especialmente porque no grupo estão presentes *os mais graduados*. Ou então, se esses *mais graduados* se recolherem quando confrontados em seus saberes.

Nesse sentido, pode-se dizer que o OP funcione conforme o lado estratificador do agenciamento. Contudo, ele é muito mais desterritorializador, pois não existe um sujeito no comando desse processo. O que existe é um processo que conecta partes, e dessas conexões surgem agenciamentos e regimes de enunciação diferentes.

A enunciação (o processo, a ação de produzir, o ato de falar ou de comunicar) para Deleuze e Guattari não é gerada por um único sujeito que produz algo por si só, mas sim por um agenciamento. Em outras palavras, um comentário, um ensaio, uma palavra no OP, para nós da Curadoria, não são vistos como produção de um sujeito. Isso significa que, ao invés de haver um sujeito consciente ou um *autor* por trás do discurso, o que está em jogo são os agenciamentos, ou seja, as relações, as forças e os sistemas que permitem e organizam a

produção de enunciações. Nesse sentido, recusa-se qualquer tipo de fechamento privado, privatista, que culpabilize um participante do grupo do OP.

Assim, para Pellejero (2010), enquanto Foucault de certa maneira fica constantemente no nível das relações de poder, Deleuze procura o que excede a isso. O agenciamento será maior do que o dispositivo, porque trata de um “agenciamento de desejos”. E, enquanto agenciamento de desejo, pode ter o dispositivo de poder operando no seu interior, mas ao mesmo tempo também pode estar produzindo linhas de fuga, devires, acontecimentos. Esses devires parecem não encontrar espaço na teorização do dispositivo. O desejo é ambivalente, ele pode produzir o poder, mas ele pode produzir também outras coisas. Não necessariamente só as opções de poder. Então o poder passa a ser uma das dimensões, não a única dimensão. Todo agenciamento tem um coeficiente de “transversalidade”, segundo Guattari (1972/2004), em “Psicanálise e Transversalidade”, podendo ser maior ou menor, mas uma forma de superar a hierarquia e a segmentação que marcam as relações de poder e os fluxos de comunicação nas instituições e nos agenciamentos coletivos.

O Observatório Psicanalítico, portanto, pode ser entendido como um objeto de reinvestimento da produção do desejo dos psicanalistas. Fora do espaço institucional em que cada um de nós é membro de uma sociedade, o OP se coloca como um espaço institucional de outra ordem. O OP é como uma dobra do dispositivo da instituição psicanalítica, como essa saída pela tangente, onde o desejo se agencia em outro lugar, não no dispositivo ou na instituição tradicional da associação psicanalítica que pertencemos. O conceito de agenciamento contempla melhor esse caráter duplo do Observatório Psicanalítico. O OP pode ser um deslizamento que envolve um reinvestimento do desejo do psicanalista, que se desloca da sua instituição *de origem* para agenciar seu desejo em um agenciamento coletivo de outra ordem. No Observatório Psicanalítico procura-se funcionar com um alto coeficiente de transversalidade, em contraste com o baixo coeficiente da instituição psicanalítica, onde os

que chegaram primeiro e criaram as instituições tendem a querer ocupar o alto lugar da hierarquia.

Concluo essa discussão entendendo ser necessário assumir conceitualmente o OP como um agenciamento, considerando as funções que vem ocupando: 1) espaço de escrita de ensaios; 2) olhar ampliado de psicanalistas localizados no Brasil e, mais recentemente, na América Latina e outras regiões onde sociedades da IPA se localizam, com saberes compreendidos como “parciais e situados” (Haraway, 1988/1995); 3) primazia do debate sobre a época que compartilhamos, nossa contemporaneidade; 4) implicação e engajamento de psicanalistas com os acontecimentos sociopolíticos, culturais e institucionais; 5) compreensão de que a clínica e a cultura não estão separadas, mas imbricados como uma fita de Möbius; 6) interdisciplinar, na medida em que o diálogo com outros campos da cultura se ampliou com o podcast Mirante; 7) participação, na escrita e no diálogo, de todos os segmentos de psicanalistas vinculados à Febrapsi, Fepal e IPA, portanto, de todos os segmentos institucionais; 8) enfrentamento das relações de poder que foram se estabelecendo em nossas instituições, conforme argumentos já apresentados; 9) como linhas de fuga para aqueles que desejam conversar sobre o que os sintomas que escutam e podem nos dizer sobre a nossa época adoecida ou que produz adoecimento; 10) como um espaço de produção de conhecimento e discussão, agregando perspectivas e contribuindo para o debate público e acadêmico, o que reflete um papel ativo na construção e disseminação de saberes psicanalíticos; e, por fim, 10) aproximação da sociedade em geral, de todo e qualquer leitor, via redes sociais, que se interesse por psicanálise e se preocupe com o mundo contemporâneo.

E, por último, embora não menos importante, ressalte-se o trabalho realizado pela equipe de Curadoria do Observatório Psicanalítico que trabalha para que esse agenciamento

continue a representar um ponto de fuga dos modos instituídos, fortalecendo nosso papel de psicanalistas-cidadãos.

Considerações Finais

Busquei investigar as bases conceituais do Observatório Psicanalítico Febrapsi. O percurso não se limitou a uma descrição do funcionamento do OP, mas visou a construção de um arcabouço teórico capaz de sustentar a prática experimental que esse agenciamento coletivo encarna. O ponto de partida foi uma inquietação fundamental: como entender conceitualmente essa atividade, desencadeada por psicanalistas, que busca desconstruir a fronteira entre o social/político/público e o individual/familiar/privado?

O percurso de construção da tese foi, ele mesmo, um *processo de experimentação*. A prática do OP foi investigada a partir de suas ações, suas interações e os sentidos atribuídos pelos participantes.

Se ao iniciar a tese havia a dúvida sobre como nomear e justificar a prática do Observatório, ao final foi possível afirmar que *acontecimento* e *agenciamento* constituem as duas chaves fundamentais para compreender essa prática transversal. O conceito de *acontecimento* permitiu-nos compreender a relação do Observatório com a realidade que ele observa, enquanto o conceito de *agenciamento* revelou a dinâmica interna do OP enquanto espaço de prática coletiva. Para compreender esses conceitos foi necessário ultrapassar as fronteiras da psicanálise e adentrar o campo da filosofia.

A escolha da filosofia não foi arbitrária. Desde Freud, a psicanálise dialoga com outros campos da cultura. A psicanálise enquanto prática e teoria precisa de interlocuções. E foi no campo filosófico, especialmente nas obras de Foucault, Deleuze, Guattari, Derrida e Donna Haraway, que encontramos as bases necessárias para oferecer um enquadramento teórico-conceitual que amplia as possibilidades interpretativas e operativas do Observatório.

Ainda na perspectiva filosófica, buscamos compreender o OP como saber situado, regional, portanto, produzido no Brasil, país latino-americano, a partir de perspectivas parciais, sem pretensão de representar a totalidade da psicanálise brasileira, como nos inspira

Donna Haraway. Embora não pretenda a universalidade de seu significado, para toda a psicanálise, o reconhecimento internacional desse agenciamento pela *International Psychoanalytical Association* (IPA) demonstra a potencialidade operativa do OP.

Dessa maneira, este trabalho não pretende encerrar o debate sobre o significado, o alcance e as potencialidades do OP. Pelo contrário, reconhecemos que o Observatório é, ele mesmo, *um conceito em devir*, um espaço em constante mutação. Se não há respostas definitivas, há, no entanto, a firmeza de um caminho percorrido em busca de consistência, rigor e coerência teórica.

A principal contribuição desta tese talvez seja a própria trajetória que ela narra: o percurso de uma pesquisadora que, ao buscar compreender uma prática experimental nascida de uma demanda pragmática, foi levada a cruzar fronteiras disciplinares e, assim, afirmar a potência do pensamento interdisciplinar. Se a *transversalidade* de Guattari nos ensinou algo, foi que a comunicação entre os diferentes segmentos da instituição psicanalítica não só é possível, mas desejável. E o OP é, talvez, a expressão prática dessa transversalidade.

Embora o Observatório tenha dois eixos de atuação — um voltado para fora, de olho nos acontecimentos externos, e outro voltado para dentro, para o interior das instituições psicanalíticas —, o impacto interno foi privilegiado dada a repercussão significativa da atividade sobre o público interno. Ainda que o Observatório produza ensaios e programas de *podcast* voltadas também para o público externo, a principal força de sua prática tem sido sua capacidade de provocar *autocrítica* e *transformação* no campo institucional psicanalítico. Nesse sentido, o Observatório se destaca de outras formas de publicação ou produção intelectual: visa o grande público, mas também, a comunidade psicanalítica.

Se nos interessou responder à pergunta “o que pensam os psicanalistas sobre o OP?”, identificando os sentidos atribuídos por esses profissionais ao dispositivo, uma nova questão de pesquisa emerge: o que pensa o público externo que acessa os ensaios e o *podcast*?

Embora observemos o crescimento da audiência das publicações escritas e por áudio, deixamos a pesquisa de impacto sobre esse público para pesquisa futura. Reafirma-se, dessa maneira, o caráter inacabado e progressivo da pesquisa.

A evolução do conceito de *editoria* para o de *curadoria*, trabalho realizado pela equipe que *cuida* do OP, parece ter sido um acerto do Observatório, reconhecido pelos pares. O Só depois é um trabalho curatorial exercido com esmero de quem cuida das vozes de outros e as apresenta da melhor forma possível, a exemplo, como dissemos, de uma exposição de obra de arte.

A equipe de Curadoria tem sido constituída por mulheres, cujo trabalho “sensível” tem sido reconhecido pelos colegas. Cabe pensar sobre como seria a incorporação da interseccionalidade no trabalho da equipe, considerando as múltiplas dimensões que atravessam as experiências individuais e coletivas, tais como gênero, raça, classe e sexualidade, e outros marcadores sociais, e avaliar o impacto de tal estratégia na percepção dos participantes do OP. Outra pauta para aperfeiçoamento do dispositivo e futuras pesquisas.

Referências

- Adorno (2003). O ensaio como forma. *Notas de Literatura I*, 15-46 (J. Almeida, Trad.). Editora 34.
(Trabalho original publicado em 1974)
- Albuquerque, C., Frausino, C. & Mori, M.E. (2017). *Projeto Observatório Psicanalítico Febrapsi*.
Documento Interno Febrapsi.
- Anzie, D. (1990). *O grupo e o inconsciente: imaginário grupal* (J. S. Bittencourt, Trad.). Casa do
Psicólogo.
- Arendt, H. (2002). *O que é política* (U. Ludz, Trad.). Bertrand Brasil. (Trabalho original publicado
em 1958)
- Assis, M. de. (2019). *O espelho e outros contos*. Príncips. (Trabalho original publicado em 1882)
- Azoulay, A. A. (2024). *História potencial: Desaprender o imperialismo* (C. Euvaldo, Trad.). Ubu
Editora.
- Badiou, A. (2018). *O ser e o evento* (F. F. Pólvora, Trad.). Autêntica.
- Bleger, J. (1991). O grupo como instituição e o grupo nas instituições. In R. Kaës, J. Bleger, E.
Enriquez, F. Foranri, P. Fustier, R. Roussillon & J-P.Vidal. *A instituição e as instituições:
Estudos psicanalíticos* (pp. 41-52). (C. Cohen, Trad.). Casa do Psicólogo.
- Bleger, J. (1989). *Psicologia da conduta* (E. de O. Diehl, Trad.) Martins Fontes.
- Carneiro, C. A., Mori, M. E. & Lazzarini, E. R. (2023). Intervenções clínicas para sobrevivência
psíquica em um mundo pandêmico. In D. M. Amparo, R. A. de Moraes, O.V. C. Guimarães &
A. H. Fernandes (Orgs.), *Pandemia e traumatismo: construções psicanalíticas e interfaces*.
[recurso eletrônico] (136-153). Appris.
- Cassorla, R. (2017, 15 de abril). Barbárie, terrorismo e paranoia – excertos. *Observatório
Psicanalítico Febrapsi*, número 1. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/barbarie-terrorismo-e-paranoia-excertos/>

Castro, E. (2004). *El vocabulário de Michel Foucault. Um recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

Chervet, B. (2023, 15 de março). Como está evoluindo a psicanálise? O enigma da libido.

Observatório Psicanalítico Febrapsi, número 381.

<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-381-2023/>.

Conceição, M. I. G. (2021). Análise temática: como fazer análise qualitativa de dados qualitativa. In E. M. F. Seidl, Queiroz, F. Iglesias & M. Neubern. (Eds.), *Estratégias metodológicas de pesquisas em psicologia clínica: possibilidades e avanços* (pp. 67–84). CRV. <https://doi.org/10.24824/978652512468.1>

Cusset, F. (2008). *Filosofia francesa: A influência de Foucault, Derrida, Deleuze e Cia* (F. Murad, Trad.). Artmed.

Deleuze, G. (1974). *A lógica do sentido* (L. R. S. Fortes, Trad.). Perspectiva.

Deleuze, G. (2020). *Diferença e repetição*. (L. B. L. Orlandi & R. Machado, Trads.). Paz e Terra.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2011). *O anti-édipo* (L. B. L. Orlandi & W.L. Maar, Trad.). Editora 34.

Deleuze, G. & Guattari, F. (2014). *Kafka: Por uma literatura menor* (C. V. de Castro, Trad.). Autêntica.

Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2. Volume 1 (A. L. de Oliveira, A. Guerra Neto & C. P. Costa, Trad.). Ed. 34.

Derrida, J. (2002). *O mal do arquivo. Uma impressão freudiana* (C.M. de Rego, Trad.). Ediouro.

Derrida, J. (2004). Auto-imunidade: Suicídios reais e simbólicos: Um diálogo com Jacques Derrida. In G. Borradori (Ed.), *Filosofia em tempos de terror: Diálogos com Habermas e Derrida* (R. Muggiani, Trad.), (pp. 95–147). Zahar.

Dunker, C. (2023). Prefácio à edição brasileira. In *Uma história da Psicanálise Popular* (pp. 7-14). (C. Euvaldo, Trad.) Ubu.

- Eizirik, C. L. (2009). Sobre os 100 anos da IPA: entre a informalidade e a institucionalização. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43 (4), 33-38. Febrapsi.
- Eizirik, C. L. (2022). Uma visão panorâmica da psicanálise brasileira contemporânea. *Revista de Psicanálise da Sociedade de Psicanálise de Porto Alegre*, XXIX (2), 183-202. SPPA.
- Eizirik, C. L. (2024, 7 de novembro). Entre o dogmatismo, a tradição e a abertura nas instituições psicanalíticas. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 538.
<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-538-2024/>.
- Febrapsi. (2016). Texto de apresentação da Diretoria de Comunidade e Cultura. *Site da Federação Brasileira de Psicanálise*. <https://www.febrapsi.org/quem-somos/comunidade-cultural/>
- Febrapsi (2024). Psicanálise e Cultura: Observatório Psicanalítico. *Federação Brasileira de Psicanálise*. <https://febrapsi.org/observatorio-psicanalitico/>
- Ferenczi, S. (2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Psicanálise IV. Obras Completas*, IV (pp. 29-42). (A. Cabral, Trad.). Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1927-28).
- Foucault, M. (2012). *Arqueologia do saber*. (8^a. Ed.). (L. F. B. Neves, Trad.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir* (R. Ramalhete, Trad.). Vozes.
- Foucault, M. (1978). *História da Loucura na idade clássica* (J. T. Coelho Neto, Trad.). Perspectiva.
- Freud, S. (2006). Estudos sobre a histeria. In *Sigmund Freud Obras completas* (2), (pp. 194-260). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1894)
- Freud, S. (2010a). Além do princípio do prazer. In *Sigmund Freud Obras completas* (14), (pp. 161-239.) (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2010b). Caminhos da terapia psicanalítica. In *Sigmund Freud Obras completas* (14), (pp. 279-292. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)

- Freud, S. (2010c). Considerações atuais sobre a guerra e a morte. In *Sigmund Freud Obras completas (12)*, (pp. 209-246). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010d). Deve-se ensinar a psicanálise nas universidades? In *Sigmund Freud Obras completas (14)*, (pp. 377-381). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2010e). O mal-estar na civilização. In *Sigmund Freud. Obras completas (18)*, (pp. 13-122). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2010f). Os instintos e seus destinos. In *Sigmund Freud. Obras completas (12)*, (pp. 51-81). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010g). Psicologia das massas e Análise do Eu. In *Sigmund Freud. Obras Completas (15)*, (pp. 13-113). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Freud, S. (2010h). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In *Sigmund Freud. Obras completas (10)*, (pp. 147-162). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado original em 1912)
- Freud, S. (2014a). A questão da análise leiga. In *Sigmund Freud. Obras completas (16)*, (pp. 124-230). (P. C. de Souza). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2014b). Teoria geral das neuroses. A fixação no trauma, o inconsciente. In *Sigmund Freud. Obras completas (13)*, (pp. 364-381). (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1916-1917)
- Freud, S. (2018). Compêndio de Psicanálise. In *Sigmund Freud. Obras completas (19)*, (pp. 189-273). (P. C. Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1940[1938])

- Freud, S. (2023a). Considerações teóricas. In *Sigmund Freud. Obras completas (2)*, (pp, 261-357). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Freud, S. (2023b). A etiologia da histeria. In *Sigmund Freud. Obras completas (3)*, (pp.191-231). (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893-1899)
- Gabarron-Garcia (2023). *Uma história da psicanálise*. (C. Euvaldo, Trad.). Ubu.
- Garcia-Roza, L. A. (2000). *Freud e o inconsciente*. 17^a edição. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1984)
- Gheller, J. H. (2024, 28 de outubro). A formação analítica e riscos de fanatismos. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 535.
<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-535-2024/>
- Giovannetti, M. F. (2012). Considerações sobre a escrita psicanalítica. *Ide* 34 (53), 243-248. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062011000200021
- Guattari, F. (2004). *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. (A. U. Sobral, Trad.). Ideias e Letras. (Trabalho original produzido em 1974)
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). Micropolítica. Cartografia do desejo. Vozes.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu. Situando diferenças*, 5, 7-41.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. London: Cornell University Press.
- Heidegger, M. (2005). *Ser e tempo*. (10a. edição). (M. S. C. Schuback, Trad.). Vozes e Universidade São Francisco. (Trabalho original publicado em 1927)
- Herrmann, F. (2003). Clínica extensa. In L.M.C. Barone (Coord.). *A psicanálise e a clínica extensa* (pp. 17-31). Casa do Psicólogo.

Hillman, J. & Ventura, M. (1995). *Cem anos de psicoterapia... e o mundo está cada vez pior.* (N. Telles, Trad.). Summus.

Horenstein, M. (2024, em 30 de outubro). Uma questão de perspectiva. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 536. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-536-2024/>

Husserl, E. (1996). *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Livro I: Introdução geral à fenomenologia* (P. A. Soethe, Trad.). Vozes. Trabalho original publicado em 1913)

IPA (2023). *IPA in the World Community Awards 2023.*

[#AwardsAndPrizes.](https://www.ipa.world/IPA/en/Awards_and_Prizes/Awards_Awards.aspx?AwardsAndPrizes=3)

IPA (2024). *A origem e o desenvolvimento da IPA.*

[https://pt.ipa.world/IPA/en/IPA1/ipa_history/history_of_the_ipa.aspx.](https://pt.ipa.world/IPA/en/IPA1/ipa_history/history_of_the_ipa.aspx)

Kaës, R. (1991). Realidade Psíquica e o Sofrimento nas Instituições. In R. Kaës, J. Bleger, E. Enriquez, F. Foranri, P. Fustier, R. Roussillon & J-P. Vidal. (Eds.). *A instituição e as Instituições: estudos psicanalíticos* (J. Pereira Neto, Trad.), (pp.1-39). Casa do Psicólogo.

Kernberg, O. (1996). Trinta métodos para destruir a criatividade de candidatos a psicanalistas. (S. Muskat, Trad.). In *Livro Anual de Psicanálise, XII*, 151-160.

Krebs, V. J., Jochamowitz, E. (2013). Catástrofe e despertar. O tempo em Walter Benjamin. *Calibán. Revista Latino-americana de Psicanálise (FEPAL)*, 11 (1), 175-181.

Lessa, R. (2024). *O primeiro Golpe no Brasil. Como D. Pedro I fechou a Constituinte, prolongou o escravismo e agravou as desigualdades entre nós.* Máquina de Livros.

Levy, R. (2024, 10 de dezembro). A essência simbólica do ser humano: sua força e sua fragilidade. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 546.

<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-547-2024/>

- Luz, A. B. (2019, 1 de abril). Envolvimento institucional: o quarto eixo. *Observatório Psicanalítico FEBRAPSI*, número 100. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/envolvimento-institucional-o-quarto-eixo/>
- Masson, J. M. (1986). A teoria transformada. In *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhem Fliess – 1887-1904*, (pp. 265-303), (V. Ribeiro, Trad.). Imago Meneses, M. M. (2008). O pensamento de Emmanuel Lévinas: uma filosofia aberta ao feminino. *Estudos Feministas*, 16 (1), 13-33. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100002>
- Mijolla, A. de (2005). *Dicionário internacional da psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições*. Imago.
- Montero, R. (2023). O perigo de estar lúcida. (M. Sanches, Trad.). Todavia.
- Mori, M. E. (2018a). A clínica psicanalítica: Uma prática política. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 52 (3), 91-105.
- Mori, M. E. (2018b). A esplanada dividida: Um pesadelo da cidadania. In *Blog Psychoanalysis Today*. IPA International Psychoanalytical Association. <http://psychoanalysis.today/pt-PT/Home.aspx>
- Mori, M. E. (2019). *O fanatismo nosso de cada dia*. Jornal FEBRAPSI, XXV (62), 9. Febrapsi.
- Mori, M. E. (2020). Observatório Psicanalítico da Febrapsi: Atravessando Fronteiras. *Calibán, Revista da Federação Latino Americana de Psicanálise*, 18 (1), 245-249.
- Mori, M. E. (2022). Uma ética de cuidado em tempos pandêmicos. In S. Terepins & S. Bracco (Orgs.), *Práticas psicanalíticas na comunidade. Relatos em dois atos*. (pp. 299–321). Blucher.
- Mori, M. E. (2024a). “Cada um tem sua opinião”: Um caminho banal rumo ao fanatismo? In *Conexão Fepal*, 33, 6-10. (Bilíngue: português e espanhol). <https://www.fepal.org/wp-content/uploads/2024/07/CF-33-POR-1-1.pdf>

Mori, M. E. (2024b). Conversando com Maria Elizabeth Mori. *Revista Bergasse 19, 14(1)*, 109-130
(Edição Digital). Sociedade Brasileira de Psicanálise de Ribeirão Preto.

<https://bergasse19.emnuvens.com.br/revista/article/view/128/102>

Mori, M. E. (2024c). Una ética del cuidado em tempos pandémicos. Profesionales de salud: escucha resistência. In *Prácticas psicoanalíticas en la comunidad: Relatos en dos atos*. In S. Terepins & S. Bracco, (Orgs.), (pp.287-308). Blucher.

Mori, M. E., Boianovsky, D., Frateschi, L. & Bilenky, M. (2020). Editorial Mês de Maio. In *Observatório Psicanalítico Febrapsi* (2020, 02 de junho).

<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/editorial-op-maio2020/>

Mori, M. E. e Gui, R. T. (2021). A escrita psicanalítica na pandemia do coronavírus: Tempos de elaboração no Observatório Psicanalítico Febrapsi. *Revista de Psicanálise da SPPA, 28(3)*, 695-718.

Mori, M. E., Boianovsky, D., Fratesch, L. & Degani, R. (2021, 4 de novembro). Só depois, 18. Editorial do mês de outubro. In *Observatório Psicanalítico Febrapsi*. Disponível em <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/editorial-observatorio-psicanalitico-outubro-2021/>

Mori, M. E. & Boianovsky, D. (2022). Mirante, o Podcast do Observatório Psicanalítico Febrapsi. *Boletim da Sociedade de Psicanálise de Brasília*.

https://spbsb.org.br/web/wp-content/uploads/2022/05/BI-1_2022_1-site.pdf

Mori, M. E. (Anfitriã). (2023, junho 20). Democracia: Política e Psicanálise. Mirante, o Podcast da *Federação Brasileira de Psicanálise, Febrapsi* (Audio Spotify).

<https://open.spotify.com/episode/6gmVkJVV9OjD13ktruuI?si=ZpPpy-rQSD-3nUhflwWndQ>

Mori, M. E., Seidl, E. M. F. & Lazzarini, E. R. (No prelo). Observatório Psicanalítico Febrapsi: O que pensam psicanalistas? *Revista Brasileira de Psicanálise*.

- Mori, M. E., Maia, A. V., Seben, G., Chiapin, G., Turkiewicz, G., Di Ciero, H. C., Schlachter, L. & Corrêa, V. (2024, 4 de junho). Editorial Só depois 49. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-editorial-maio-2024/>
- Mori, M. E., Maia, A. V., Seben, G., Chiapin, G., Turkiewicz, G., Di Ciero, H. C., Schlachter, L. & Corrêa, V. (2024, 24 de maio). OP 500: A escrita como acontecimento. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-500-2024/>
- Nick, S. (2024, 14 de novembro). O quarto eixo da formação psicanalítica e suas implicações. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 540. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-540-2024/>
- Nogueira, R. (2018, em 02 de janeiro). A Psicanálise em tempos de pós-verdade. *Observatório Psicanalítico FEBRAPS*, número 82. <https://www.febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-822018/>
- Nosek, L. (2017). *A disposição para o assombro*. São Paulo: Perspectiva.
- Orsini, C. & Mori, M. E. (2024, 24 de outubro). Aprendiz de feiticeiro e o bruxo do Cosme Velho. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 533. <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-533-2024/>
- Ortega Y Gasset, J. (2019). *Meditações do Quixote*. Vide Editorial. (Trabalho original publicado em 1914)
- Parker, I. & Pavón-Cuéllar, D. (2022). *Psicanálise e revolução: psicologia crítica para movimentos de liberação*. (L.R. Gil, Trad.). Autêntica.
- Pellegero, E. (2010). Entre dispositivos e agenciamentos: O duplo deleuziano de Foucault. *Revista Margens*, 6 (7). UFFA. Campus Abaetetuba (CUBT). <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/issue/view/146>

- Pires, P. R. (2018). Doze ensaios sobre o ensaio. *Antologia Serrote*. IMS.
- Pichon-Rivière (2005). *O processo grupal*. (7^a.ed.) (M. A. F. Velloso e M. S. Gonçalves, Trad.). Martins Fontes.
- Pinto Neto, M. de F. (2013). *A escritura da natureza: Derrida e o materialismo experimental*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).
- <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5663/1/000454356-Texto%2bCompleto-0.pdf>
- Pontual, H. D. (2021, 21 de maio). Brasil vive regressão civilizatória. In *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 245.
- <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-245-2021/>
- Prado, L. E. (2021). Atendimento psicanalítico por telefone: Donald Winnicott, Walter Benjamin, a clínica no país das vozes. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 55 (2), 87-100.
- Lamas, C. A. (2014). Aristóteles e o sentido político da comunidade ante o liberalismo. *Kriterion*, (129), 61-77.
- <https://www.scielo.br/j/kr/a/XjTrB66wvsrMgSD8RN4kXVD/?format=pdf&lang=pt>
- Rivera, T. (2017). Desejo de ensaio. In T. Rivera, L. A. M. Celes & E. L. A. Sousa (Orgs.), *Psicanálise* (pp.11-23). Funarte.
- Rivera, T. (2020). *Psicanálise antropofágica (identidade, gênero, arte)*. Artes & Ecos.
- Loussillon, R. (2019). *Manual da prática clínica em psicopatologia e psicopatologia*. (P. C. de Souza Jr., Trad.). Blucher.
- Saddi, L. (2024, 04 de novembro). Formação e riscos de fanatismo: sobre a clínica e as incertezas atuais – teorias, técnicas e manejos. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 537.
- <https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-537-2024/>

- Sartre, J. P. (1997). *O Ser e o Nada*. (P. Perdigão, Trad.). Vozes. (Trabalho original publicado em 1943)
- Segal, H. (1997). *Psicanálise, Literatura e Guerra. Artigos 1972-1995*. (E. B. Neves, F. V. V. Vonk & M. M. de A. Pinheiro, Trads.). Imago.
- Seligmann-Silva, M. (2018). *O local da diferença*. Editora 34.
- Starobinski (2018). É possível definir o ensaio? *Antologia Serrote*, 13-26. IMS.
- Tanis, B. (2022). Prefácio: A democracia excludente e a clínica psicanalítica em tempos de neoliberalismo. In S. Terepins & S. Braco (Orgs.), *Práticas psicanalíticas na comunidade: Relato em dois atos* (pp. 9-15). Blucher.
- Tanis, B. (2024, 10 de dezembro). Política institucional, clínica e formação no contexto da intolerância e do fanatismo. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 547.
<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-547-2024/>
- Tapajós, M. & Pinheiro, P. C. (1972). *Pesadelo*. Gravada por MPB4. Som Livre.
- Terepins, S. & Bracco, S. (2022). *Práticas psicanalíticas na comunidade: Relato em dois atos*. Blucher
- Terepins, S. & Bracco, S. (2022). Introdução. In S. Terepins & S. Bracco (Orgs.), *Práticas psicanalíticas na comunidade: Relato em dois atos* (pp.17-22). Blucher.
- Terepins, S. & Bracco, S. (2024). *Práticas psicoanalíticas em la comunidade: Relactos em dos actos*. Blucher.
- Ungar, V. (2024, 11 de novembro). Entre o dogmatismo, a tradição e a abertura nas instituições psicanalíticas. *Observatório Psicanalítico Febrapsi*, número 539.
<https://febrapsi.org/publicacoes/observatorio/observatorio-psicanalitico-op-539-2024/>
- Vale, E. A. N. (2003). *Os rumos da psicanálise no Brasil: um estudo sobre a transmissão psicanalítica*. Escuta.
- Veiga-Neto, A. (2007). *Foucault & a educação*. Autêntica.

- Vianna, H. B. (1994). *Não conte a ninguém... – contribuição ao histórico das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Imago.
- Wolfe, H. (2022). A psicanálise em tempos contemporâneos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 56 (3), 27-45.
- Zizek, S. (2017). *Acontecimentos: uma viagem filosófica através de um conceito*. (C. A. Medeiros, Trad.). Zahar.